

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL – PROPUR

Dissertação de Mestrado

***“UMA AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NA
PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS
DE LAZER EM CONJUNTOS HABITACIONAIS”***

Orientadora:

Maria Cristina Dias Lay, PhD.

Autora:

Virginia Paiva Dreux

Porto Alegre, dezembro de 2004.

Dissertação de mestrado submetida ao PROPUR-UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

AGRADECIMENTOS

A professora Maria Cristina Dias Lay, minha orientadora, pelo incentivo, motivação, pelo conhecimento transmitido, pela forma incansável com que conduziu a orientação deste trabalho, pelos “puxões de orelha” e principalmente por acreditar no meu potencial.

À minha família, pelo apoio e estímulo que me deram desde a minha mudança para Porto Alegre, até a conclusão deste trabalho. Sem vocês tudo isso seria impossível.

Aos colegas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da URCAMP-Bagé, pelo carinho e incentivo.

Aos moradores dos conjuntos habitacionais Ney Azambuja, Ivo Ferronato, Prado Velho e Stand, que contribuíram com suas informações, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos enfim, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	III
Sumário.....	IV
Lista de Figuras.....	IX
Lista de Tabelas.....	XII
Resumo.....	XIII
Abstract.....	XIV

1.

INTRODUÇÃO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA.....	1
1.1.1 Considerações sobre normas e legislações urbanísticas.....	2
1.1.2 Criação de legislações e normas urbanísticas no Brasil.....	7
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 OBJETIVOS.....	13
1.5 CONTEÚDO DO TRABALHO.....	14

2. A PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS E O DESEMPENHO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	16
2.1 INTRODUÇÃO.....	16
2.2 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL: planos diretores.....	17
2.2.1 Discussão sobre planos diretores.....	19
2.3 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER.....	25

2.4	DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	26
2.5	SOBRE O DESEMPENHO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	34
2.5.1	Uso (como forma de apropriação).....	38
2.5.2	Aparência e Imagem.....	40
2.5.3	Relacionamento entre moradores e sentido de comunidade...	41
2.6	CONCLUSÃO.....	42
3.	METODOLOGIA.....	44
3.1	INTRODUÇÃO.....	44
3.2	PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	45
3.3	ESTUDO DE CASO.....	46
3.3.1	Breve descrição do município de Bagé/RS.....	46
3.3.2	Definição do estudo de caso: conjuntos habitacionais localizados na cidade de Bagé/RS.....	49
3.3.3	Critérios para a seleção da amostra.....	50
3.3.4	Descrição dos conjuntos habitacionais.....	52
3.3.4.1	Núcleo Dr. Ney Azambuja.....	52
3.3.4.2	Núcleo Ivo Ferronato.....	55
3.3.4.3	Promorar Prado Velho.....	56
3.3.4.4	Promorar Stand.....	58
3.4	MÉTODOS DE COLETA DE DADOS.....	59
3.4.1	Levantamento de arquivo.....	60
3.4.2	Levantamento físico.....	60
3.4.3	Observações comportamentais.....	60
3.4.4	Entrevistas.....	62
3.4.5	Questionários.....	62
3.5	PERFIL DOS MORADORES.....	64
3.5.1	Faixa etária dos moradores.....	64
3.5.2	Densidade de ocupação dos moradores.....	64
3.5.3	Nível escolar.....	65
3.5.4	Renda familiar.....	66

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	67
3.7 SUMÁRIO DO CAPÍTULO.....	67

4. ANÁLISE DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	68
4.1 INTRODUÇÃO.....	68
4.2 RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE DE ÁREAS DE LAZER E INTERAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE.....	69
4.2.1 Características físico-espaciais dos conjuntos habitacionais.....	69
1) Núcleo Dr. Ney Azambuja.....	69
2) Núcleo Ivo Ferronato.....	73
3) Promorar Prado Velho.....	75
4) Promorar Stand.....	78
4.2.1.1 Síntese sobre a quantidade de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer existentes nos conjuntos habitacionais.....	81
4.2.2 Avaliação da quantidade e qualidade de áreas de lazer.....	82
4.2.2.1 Provisão e Adequação.....	82
4.2.2.2 Apropriação dos espaços abertos coletivos.....	86
a) Núcleo Dr. Ney Azambuja.....	87
b) Núcleo Ivo Ferronato.....	90
c) Promorar Prado Velho.....	92
d) Promorar Stand.....	95
4.2.2.3 Nível de interação social.....	98
4.2.3 Conclusões sobre a hipótese 1.....	103
4.3 RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE E A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER E O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS MORADORES.....	104
4.3.1 Relação entre satisfação com o conjunto e avaliação da aparência visual.....	106

4.3.2	Relação entre satisfação com o conjunto, percepção de agradabilidade e identificação de aspectos positivos e negativos.....	108
4.3.3	Relação entre satisfação com o conjunto onde mora, localização do conjunto e tempo de moradia.....	112
4.3.4	Conclusões sobre a hipótese 2.....	114
4.4	ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ESPAÇOS ABERTOS COMUNAIS UTILIZADOS PARA ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER SEGUNDO PARÂMETROS PROPOSTOS NA LITERATURA.....	115
4.4.1	Análise da adequação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer de acordo com as normas urbanísticas.....	119
VII		
4.4.2	Conclusões sobre a hipótese 3.....	124
5.		
	CONCLUSÃO	126
5.1	INTRODUÇÃO.....	126
5.2	PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS.....	126
5.3	HIPÓTESES.....	128
5.4	DISCUTINDO OS RESULTADOS.....	129
5.5	RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS.....	132
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
 ANEXOS		
	Anexo 1 CÓPIA DO QUESTIONÁRIO ORIGINAL	
	Anexo 2 FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO E LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO – Núcleo Dr. Ney Azambuja	
	Anexo 3 FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO E LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO – Núcleo Ivo Ferronato	

Anexo 4 FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO E LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO – **Promorar Prado Velho**

Anexo 5 FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO E LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO – **Promorar Stand**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Bagé no RS.....	47
Figura 2: Evolução do traçado urbano de Bagé/RS.....	48
Figura 3: Localização dos conjuntos habitacionais na cidade de Bagé/RS.....	52
Figura 4: Foto aérea do conjunto habitacional Ney Azambuja.....	53
Figura 5: Imagem de satélite do Núcleo Ney Azambuja.....	54
Figura 6: Av. Tupy Silveira – com pavimentação.....	54
Figura 7: Av. Marechal Floriano –sem pavimentação.....	54
Figura 8: Imagem de satélite do conjunto habitacional Ivo Ferronato.....	56
Figura 9: Imagem de satélite do conjunto habitacional Prado Velho e entorno.....	57
Figura 10: Tipologia das casas do Prado Velho, pela data de construção a maioria das unidades residenciais já sofreram alterações na planta original...	58
Figura 11: Imagem de satélite do conjunto habitacional Stand.....	59
Figura 12: Distribuição de renda nos conjuntos habitacionais (na linha vertical aparece o nº de respondentes).....	66
Figura 13: Departamento de Tradições Gaúchas – DTG.....	69
Figura 14: Praça (Núcleo Ney Azambuja).....	69
Figura 15: CAIC (escola, posto de saúde e creche).....	69
Figura 16: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Ney Azambuja	71
Figura 17: Área entre os blocos utilizada para estender roupas.....	72
Figura 18: Área entre os blocos utilizada para estacionamento.....	72
Figura 19: Acréscimos nos apartamentos térreos.....	72
Figura 20: Escola de Ensino Fundamental.....	73
Figura 21: Centro comunitário.....	73
Figura 22: Posto de Saúde.....	73

Figura 23: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Ivo Ferronato..	74
Figura 24: Acesso ao Ivo Ferronato.....	75
Figura 25: Armazém localizado junto à residência.....	75
Figura 26: “Boteco”- local de reuniões dos homens do Ivo Ferronato.....	75
Figura 27: Escola de Ensino Fundamental.....	75
Figura 28: Creche.....	75
Figura 29: Posto de Saúde.....	75
Figura 30: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Prado Velho.....	76
Figura 31: Centro comunitário.....	77
Figura 32: Sede do time de futebol.....	77
Figura 33: Casa da Família	77
Figura 34: Piso de cimento utilizado para as brincadeiras das crianças.....	77
Figura 35: Área vazia utilizada pelos moradores como campo de futebol.....	77
Figura 36: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Stand.....	79
Figura 37: Creche do Stand.....	80
Figura 38: Escola de Ensino Fundamental.....	80
Figura 39: Área vazia utilizada para jogos de futebol.....	80
Figura 40: Posto de Saúde utilizado pela população.....	80
Figura 41: Avaliação da quantidade de locais para lazer nos conjuntos habitacionais.....	83
Figura 42: Crianças brincando entre os blocos de apartamentos.....	87
Figura 43: Trailer de lanches: local de lazer dos homens.....	87
Figura 44: Departamento de Tradições Gaúchas (DTG).....	89
Figura 45 : Praça “particular” dos moradores do bloco B6.....	89
Figura 46: Crianças jogando bola no meio da rua.....	92
Figura 47: Adultos tomando chimarrão em frente à casa.....	92
Figura 48: Crianças andando de bicicleta e brincando no meio da rua.....	93
Figura 49: Adolescentes e crianças conversando nas esquinas.....	93
Figura 50: Crianças brincando em frente as suas casas.....	95
Figura 51: Jovens jogando futebol na área vazia atrás da escola.....	95

Figura 52: Adultos tomando chimarrão e conversando em frente a casa.....	95
Figura 53: Nível de satisfação com o conjunto habitacional.....	105
Figura 54: Agradabilidade do conjunto habitacional onde mora.....	109
Figura 55: Distância das escolas de 2º grau localizadas no centro da cidade, utilizadas pelos adolescentes e jovens dos conjuntos habitacionais.....	121
Figura 56: Distância da creche utilizada pelas crianças do conjunto habitacional Ivo Ferronato.....	122
Figura 57: Distância do novo Posto de Saúde utilizado pelos moradores do conjunto habitacional Stand.....	123

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Critérios para implantação de equipamentos nos planos diretores de São Paulo (1969) e Curitiba (1980).....	24
Tabela 2: Critérios de distribuição para comércio, jardins infantis e área de recreação.....	32
Tabela 3: Relação dos onze conjuntos habitacionais existentes em Bagé/RS.....	50
Tabela 4: Total de moradores por domicílio nos conjuntos habitacionais.....	65
Tabela 5: Nível escolar dos respondentes nos conjuntos habitacionais.....	66
Tabela 6: Relação de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer existentes nos conjuntos habitacionais.....	81
Tabela 7: Intensidade de uso da praça para atividades de recreação e lazer nos conjuntos habitacionais.....	85
Tabela 8: Local onde as crianças costumam brincar.....	86
Tabela 9: Síntese da intensidade de uso e tipo de apropriação dos equipamentos urbanos e espaços abertos coletivos em cada conjunto habitacional.....	97
Tabela 10: Relacionamento com os vizinhos nos conjuntos habitacionais.....	99
Tabela 11: Intensidade das relações de amizade nos conjuntos habitacionais....	100
Tabela 12: Distribuição da renda familiar nos conjuntos habitacionais.....	108
Tabela 13: Principais aspectos positivos do conjunto habitacional onde mora....	110
Tabela 14: O que os respondentes menos gostam no conjunto habitacional que moram.....	111
Tabela 15: Distância ao centro e utilização de praças para recreação e lazer.....	117
Tabela 16: Uso da escola nos conjuntos habitacionais.....	118
Tabela 17: Locais utilizados para compras nos conjuntos habitacionais.....	118

RESUMO

Este estudo trata da avaliação da legislação urbanística que promove a implantação e qualificação de espaços públicos de lazer e recreação e de equipamentos e serviços urbanos básicos, e questiona a metodologia empregada para a elaboração e a eficácia dos mesmos.

Para alcançar os objetivos desta investigação fez-se necessário: analisar as propostas existentes para a implantação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais de baixa renda; avaliar a provisão e adequação dos serviços e equipamentos urbanos tais como áreas de pequeno comércio e serviços, escola de 1º grau, centro de educação infantil, posto de saúde, praças para recreação e lazer, oferecidos à população de conjuntos habitacionais; medir o impacto da adequação/inadequação ou inexistência desses serviços e equipamentos na avaliação de desempenho do conjunto, no nível de apropriação dos espaços abertos do conjunto, e no relacionamento entre os moradores e na interação social da comunidade.

Foram selecionados quatro conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, localizados no município de Bagé/RS. Neste estudo foram utilizados levantamento de arquivo, entrevistas, questionários, levantamento físico através de levantamento fotográfico, medições e observações de comportamento, que permitiram cruzar as informações e dar maior confiabilidade às análises.

Este estudo mostra que os critérios para localização de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer variam conforme autores, planos diretores e cidades. O estudo demonstra também que em Bagé, apesar da falta de planejamento e de critérios determinados no plano diretor do município, os equipamentos urbanos, com algumas exceções, estão distribuídos de maneira satisfatória, mas nem por isso deve-se deixar de lado a preocupação em definir essas normas para implantação de projetos futuros que contemplem o uso e ocupação do solo de forma ordenada.

ABSTRACT

The goal of this research is to evaluate the basic directives about urban planning which promote the settlement and qualification of leisure public spaces, equipments and urban facilities, calling into question the methodology used to its elaboration and to achieve efficiency.

It was necessary to mention some steps to do this research, among them: analyzing the existing proposals to establish the urban equipments, services and leisure areas in housing schemes to low-income people, evaluating the provision and adjustment of services and urban equipment as small commercial areas, schools, day nurseries, health stations, leisure squares, available to the inhabitants of housing schemes, measuring the impact resultant from the fit/unfit or from the inexistent services and urban equipments in the performance evaluation in relation to the appropriated open spaces, in the relation among residents and also in the social interaction of community.

The methodology applied to doing this research were chosen four housing schemes to low-income people, located in the city of Bagé, Rio Grande do Sul. It was used some methods of information gathering such as data collection, interviews, questionnaires, physical survey through photographic survey and measurements, behaviour observations which allowed to define relations among data and give more veracity to the results.

This research shows that the criteria to locate the urban equipments, services and leisure areas can vary between authors, master plans and cities. It also shows that urban equipments are organized in the city of Bagé, although there is no planning and specific criteria in this master plan.

Anyway, it does not mean that laws to establish future projects, that have commitment of using and occupying the land in a organized way, are not necessary.

1. INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA

Este estudo trata da avaliação das diretrizes básicas do planejamento urbano que promovem a implantação de equipamentos e serviços urbanos básicos e a qualificação de espaços abertos coletivos utilizados para lazer em conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, e questiona a metodologia empregada para a elaboração e a eficácia das mesmas.

Segundo Maricato (1995), a ineficácia na provisão de equipamentos e serviços urbanos que atendam à população é uma realidade percebida em grande parte das cidades brasileiras, sendo que mais especificamente, aos projetos de habitação destinados à população de baixa renda geralmente localizados na periferia das cidades, sofrem as conseqüências da inadequação de infra-estrutura e serviços por ter como prioridade a diminuição dos custos de produção. Pela mesma razão, tem sido argumentado na literatura (p. ex. Maricato, 1995; Carvalho, 1985) que o conceito de organização espacial, que trata de manter distâncias adequadas entre as áreas de trabalho e habitação, bem como a possibilidade de acesso aos serviços e equipamentos necessários à vida da população inexistentes no ambiente residencial, tende a ser ignorado.

De acordo com Bonduki (1998), a lógica que regeu a implantação de conjuntos habitacionais nas grandes cidades brasileiras desde a criação do BNH e das Cohab's, na década de 60, partia do pressuposto que estes núcleos deveriam ser de grande dimensão e localizados no extremo da periferia. Esta política de localização de conjuntos contribuiu para agravar os problemas urbanos, estendendo a área urbanizada e gerando custos elevados na implantação de infra-estrutura e de equipamentos sociais. Para Carvalho (1985), essa infra-estrutura de serviços poderia servir de fator de integração da comunidade do conjunto e desta com a população do bairro, porém isto não acontece muitas vezes por características de projeto.

A localização desses conjuntos nas periferias das grandes cidades, onde os lotes são mais baratos, faz com que as distâncias entre essas áreas residenciais e o centro da cidade sejam cada vez maiores, resultando em longos deslocamentos diários da população moradora de conjuntos habitacionais. Por essa razão, questiona-se os critérios utilizados para a determinação de índices urbanísticos que estabelecem as formas de distribuição de equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer, que atendam à população de forma a manter distâncias adequadas entre as áreas de trabalho, habitação e lazer, sem a necessidade de maiores deslocamentos, e o papel da provisão desses equipamentos e serviços urbanos na formação de comunidade dentro dos conjuntos habitacionais.

Conforme Kohler (1999), esses índices urbanísticos são muitas vezes copiados de outras realidades, sem nenhuma reflexão sobre os seus efeitos em um contexto específico, e sem a preocupação em adequá-los a realidade na qual vão ser aplicados.

A formulação das diretrizes utilizadas no planejamento das cidades, ou a falta dessas diretrizes, que determinam a implantação de áreas de lazer, equipamentos e serviços urbanos em áreas residenciais constituídas por conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, e seus efeitos no desempenho desses conjuntos, é o tema a ser investigado nesta pesquisa.

De forma a contextualizar o tema, é discutido a seguir a evolução das normas e legislações urbanísticas que tratam da qualificação do espaço urbano.

1.1.1 Considerações sobre normas e legislações urbanísticas

As primeiras ações de intervenção nas cidades ocorreram na Inglaterra e na França, em meados do século XIX, com a criação das leis sanitárias devido à preocupação das autoridades com a proliferação das epidemias, na época ocasionadas principalmente, pelas condições de moradia dos trabalhadores que chegaram nas grandes cidades trazidos pela oferta de empregos (BENEVOLO, 1987, p.96-108). Então, inicialmente a preocupação foi com os bairros residenciais.

Na fase do “pré-urbanismo” até o fim do séc. XIX, as intervenções em estruturas urbanas já existentes eram apenas pontuais, tratando do remanejamento de espaços com base em intervenções sobre o sistema viário – os trabalhos de Haussmann em Paris (1853 a 1869), as obras da Regent Street de John Nash (1820 a 1830) -, sem que os problemas presentes nas cidades fossem enfrentados de uma forma mais abrangente (NYGAARD, 1995, pp.13-36).

Esse chamado “urbanismo sanitaria”, produziu o saneamento de áreas inundáveis, abertura de vias, canalização de esgotos que corriam soltos nas ruas e provocavam as epidemias. Em decorrência, surge a legislação urbanística, estabelecendo diretrizes para a abertura de vias, distanciamento entre edificações, definição do número de pavimentos, entre outros (CAMPOS FILHO, 1992, p.5-7).

A falta de diretrizes que tratem da provisão de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, começa a ser percebida com a vinda desses trabalhadores para as grandes cidades, que vão se instalar nas periferias, onde os lotes são mais baratos e conseqüentemente, sem nenhuma infra-estrutura.

Essa prática de loteamentos na periferia das cidades, foi sendo utilizada cada vez com mais intensidade, ocasionando no que hoje conhecemos por loteamentos clandestinos e por favelas.

Na década de 20 foi criado e realizado o I CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) , que teve na sua 4ª edição, em 1933, na Grécia, proclamada a “Carta de Atenas”, que pretendeu ser uma resposta ao estado “caótico” das cidades. Este documento empresta grande importância ao planejamento através das unidades de habitação e bairros (GONZALEZ, 1994). Nela a sociedade foi considerada um conjunto de órgãos e funções. Esta carta teve Le Corbusier como o principal redator.

O estudo do urbanismo modernista tem suas bases doutrinárias no urbanismo “racionalista” ou “funcionalista”, cujo conteúdo foi sintetizado na Carta de Atenas, talvez o documento mais importante do urbanismo modernista (NYGAARD, 1995). Diz na Carta que o urbanismo funcionalista,

...supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém

adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação.. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizante (Le Corbusier, 1993, pp. 12-13).

Com a Carta de Atenas surgiu o urbanismo modernista, inserido no contexto das transformações sociais, econômicas e políticas do século XIX (NYGAARD, 1995, p.33). Nela também foram estabelecidas as primeiras normas para provisão de equipamentos e serviços coletivos que atendam à população.

Para Le Corbusier (1971) a cidade modernista passa a ser uma composição de zonas, cada uma contendo unidades de habitação e seus prolongamentos, unidades de trabalho, unidades de escritórios, centro de negócios, unidades de lazer, interligadas por unidades de circulação; e cada unidade deveria ser atendida por todos os componentes, como: sol, espaço e vegetação, conforme reclamado pela Carta de Atenas. Este documento foi elaborado com a idéia de propor um modelo de cidade que atendesse as necessidades básicas dos indivíduos e que estas seriam as mesmas em todas as partes do mundo. A cidade deveria organizar-se para satisfazer quatro necessidades básicas: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular.

Com base nas propostas de intervenção desde o final do século XIX, foram criadas normas urbanísticas com o objetivo de regulamentar o uso do solo urbano de forma a atender as necessidades básicas dos indivíduos.

O zoneamento dividido em funções (separação das diversas atividades), chamado zoneamento funcional, é formulado pela primeira vez no manual de Reinhard Baumeister, publicado em 1876. Esse zoneamento adquire as características de um modelo de reorganização da cidade, porque estabelece parâmetros através dos quais se levam a cabo a reorganização, a hierarquização e as suas relações (MANCUSO, 1980, p.80).

Ainda conforme o autor, o zoneamento entra nas leis urbanísticas de alguns países a partir da primeira década do séc. XIX, trata-se de poucos países, e todos eles europeus, como por exemplo: a Suécia, onde a lei urbanística de 1907 prevê um zoneamento quase completo; a Holanda, onde a consequência da lei de 1901 é introduzida nas normativas de edificação de

muitas cidades; e Inglaterra, onde faz um ato de aparição imediatamente depois da adoção do Ato de Planejamento da Cidade em 1909.

A Alemanha é, para a maioria dos urbanistas ingleses, um exemplo a ser seguido quanto à normativa urbanística, pelos instrumentos adotados em relação ao uso do solo e pela construção de grandes infra-estruturas urbanas e industriais.

O primeiro plano de zoneamento, completo e acabado, foi feito pelo município de Frankfurt, em 1891. Este plano subdividiu a cidade em zonas dispostas de forma concêntrica e deu a cada uma delas normas diferenciadas segundo a atividade a que se destinava. As normas tratavam da densidade da edificação, parâmetros de altura dos edifícios e uso do solo (industriais, residenciais e mistas) (MANCUSO, 1980, p.27).

Burgess, em 1923, avançou na exposição científica da teoria do “zoning” (zoneamento), a partir de seus estudos sobre Chicago. O zoneamento é definido por ele como “ *a tendência da cidade a dispor-se por bairros concêntricos em volta de um bairro central de negócios ou em volta de um bairro tipo direcional*”. Na descrição da cidade de Chicago, Burgess apontava uma série de zonas concêntricas, cada uma correspondendo a funções bem definidas: o centro de negócios, que abrange a vida comercial, social, administrativa e dos transportes; a zona de transição, que circunda o centro e é representada por um anel de degradação formado por residências mais pobres; a zona de residências operárias, onde estão os trabalhadores; a zona de residência mais rica, que compreende as habitações individuais e casas de vários pavimentos; e, finalmente, uma zona externa onde estão os imigrantes cotidianos agrupados em volta dos nós das vias que convergem para a cidade.

Já o plano de zoneamento para a cidade de Berlim, de 1925, difere do plano de Chicago, pois em Berlim o regulamento do plano indica a disposição de cinco zonas (residenciais, de proteção, comerciais, industriais e mistas), mas que não estão dispostas na forma radiocêntrica (ROSSI, 1966, p. 85 e 86).

O zoneamento é tratado por Tony Garnier e Le Corbusier, em 1928, com a constituição do CIAM, onde é declarado que “*no urbanismo o primeiro posto está reservado para a classificação das funções: a habitação, o trabalho, a recreação; e que os meios para o cumprimento dessas funções são: o zoneamento, a regulação do tráfego e a legislação*” (MANCUSO, 1980, p.273 e 274).

Em 1933, a Carta de Atenas traz a definição, afirmando que “o zoneamento é aquela operação realizada sobre a planta de uma cidade com o fim de dar a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Baseia-se na necessária discriminação entre as distintas atividades humanas que requerem seu próprio e particular espaço: lugares para habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou espaços abertos destinados à recreação”.

Segundo suas próprias características, cada cidade possuiria um tipo de zoneamento, com um centro mais ou menos complexo, com características diferentes.

As questões referentes à provisão de equipamentos e serviços urbanos, elaboradas pelo CIAM, aparecem de forma clara no artigo 18 da Carta de Atenas (1933), onde diz:

...é arbitrária a distribuição das construções de uso coletivo dependente da habitação. A moradia abriga a família que constitui por si só todo um programa e coloca um problema cuja solução – que outrora já foi, por vezes, feliz- está hoje entregue, em geral, ao acaso. Mas a família reclama ainda a presença de instituições que, fora da moradia e em suas proximidades, sejam seus verdadeiros prolongamentos. São elas: centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, às quais se somarão organizações intelectuais e esportivas destinadas a proporcionar aos adolescentes a possibilidade de trabalhos ou de jogos adequados à satisfação das aspirações próprias dessa idade e, para completar, os “equipamentos de saúde”, as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um.

E diz ainda no documento que: “*Há que exigir que todo o bairro de habitação comporte, daqui em diante, a superfície verde necessária para a disposição racional dos jogos e desportos infantis, dos adolescentes e adultos*”, e diz também, “*há que exigir...que estas novas superfícies verdes sirvam para fins nitidamente definidos: incluir os jardins de infância, as escolas, os centros juvenis e todos os edifícios de comunidade intimamente ligados à habitação*” (Carta de Atenas, p.19 e 20).

1.1.2 Criação de Legislações e Normas Urbanísticas no Brasil

A legislação urbanística pode ser definida como um conjunto de leis que visa regulamentar a utilização do solo urbano. Os principais e mais comuns são os que tratam de zoneamento (Lei de Zoneamento), loteamentos (Lei de

Loteamento ou Lei de Parcelamento do Solo) e obras (Código de Obras ou Lei de Edificações). A estes se podem agregar a Lei do Perímetro Urbano e o Código de Posturas ou Lei de Política Administrativa, também considerados parte da legislação urbanística (GONÇALVES, 1990, p.65).

Para Bayer (1977, p.53) “ *a legislação urbanística brasileira ainda carente de melhor sistematização tem, na Lei Orgânica dos Municípios, um instrumento adequado para definir uma política urbanística, em âmbito estadual, e dotar os municípios de mecanismos legais para o processo de urbanização*”.

A ênfase aqui será dada à Lei de Zoneamento, que tem por objetivo dividir a cidade – especialmente a zona urbana – em setores ou áreas onde devem estar agrupadas atividades afins, como indústria, residências, comércio e imóveis de uso institucional, para possibilitar a melhor utilização dos serviços públicos e dos equipamentos de uso comunitário (GONÇALVES, 1990, p.69).

Quanto ao zoneamento de uso do solo, tem-se em grande parte das cidades brasileiras, uma zona central de comércio e serviços, e os locais de assentamentos humanos de populações de alta renda, que gozam de benefícios locacionais, usufruindo infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços urbanos adequados. Em contrapartida, tem-se a grande maioria da população, localizada nas chamadas “periferias urbanas”, afastadas dos centros das cidades, com infra-estrutura e equipamentos e serviços urbanos deficientes ou inexistentes (GONZALEZ, 1994, p.25-31).

Para Mancuso (1980, p.17) “*o zoneamento se baseia no princípio da subdivisão da cidade, dando a cada uma das subdivisões determinados parâmetros relativos à edificação*”. Em geral, estes parâmetros a que o autor se refere, são três: o *uso*, quer dizer, o tipo de função a que deve ser destinada cada parte do solo compreendida dentro das distintas zonas, ou o tipo de atividade que podem admitir os edifícios que ali se constroem; a *densidade*, ou a quantidade de volume que é possível realizar nelas, em relação à extensão das áreas e por último, a *altura* dos edifícios que podem ser construídos.

Para Nygaard (1995), a legislação urbanística trata da conformação física das cidades, das limitações do direito de construir, e é acima de tudo um instrumento político. Para Rovatti (1990) a legislação urbanística surge com o “desejo de criar um ambiente favorável ao progresso das sociedades”. O autor diz ainda que a legislação urbanística “impõe regras para se utilizar o solo

urbano, e é capaz de orientar uma alocação ótima das pessoas e das atividades urbanas, com vistas à melhoria da qualidade de vida(...)”.

Acompanhando a história, Nygaard (1995) argumenta que a intervenção do Estado no espaço urbano no Brasil tem início na época colonial, quando era definido desde o local de construção das cidades até à organização interna das mesmas. Esta política de organização interna valorizava o centro por meio de praças, nas quais se concentravam os edifícios principais, oficiais ou religiosos. No séc. XVII a maior preocupação municipal era com as ruas, as praças (sua conservação, seu calçamento, sua limpeza, seu alinhamento, sua largura) e com os prédios públicos, enquanto o abastecimento de água era feito diretamente pelos interessados, cabendo ao município apenas a limpeza e a conservação das respectivas fontes: poços, nascentes e mananciais.

A partir daí surgem os primeiros planos para as cidades, que no início eram apenas planos de melhoramentos que enfatizavam o saneamento, a beleza das vias, etc., e que foram intervenções muito pequenas. Esses planos, então, configuravam-se como planos viários, por exemplo, o Plano Maciel (1914) em Porto Alegre e pelo Plano de Avenidas (1930) em São Paulo.

A partir da década de 30, com a expansão demográfica das cidades, os planos foram tendo outros objetivos, e passaram a preocupar-se com o uso e a ocupação do solo, a distribuição de equipamentos, as condições de trabalho e moradia e com a qualidade de vida da população (NYGAARD, 1995, p. 15).

Analisando alguns planos elaborados para cidades de pequeno e médio porte, percebe-se que eram “cópias” de planos diretores desenvolvidos para cidades grandes, portanto, sem o conhecimento das necessidades, potencialidades e conflitos das cidades menores. As técnicas de elaboração dos planos diretores desconsideravam as particularidades e individualidades locais, o que resultou em planos com grandes distorções, sem conhecimento da realidade local, totalmente autoritários e centralizados (NYGAARD, 1995, p.20).

A partir da década de 50 começa a surgir um novo urbanismo, que se caracteriza pela preocupação com a questão social, que se tornou uma questão urbana fundamental. Atender ao direito mínimo do cidadão, que é o de habitar com dignidade, passou a ser uma importante reivindicação dos movimentos sociais da época. Isso significa dar ao cidadão uma casa ou apartamento, com transporte para o trabalho, algum lazer, os serviços

essenciais à saúde, como água potável; à segurança, como iluminação e pavimentação; e a educação em todos os níveis. Mas todos esses direitos e o atendimento a essas condições de vida eram dificultados principalmente pela questão da especulação imobiliária.

Já nessa época, o processo de loteamentos das cidades brasileiras deu-se sem a obediência às leis urbanísticas. Esse quadro só se modificou mais recentemente com a criação da lei federal de loteamentos nº 6.766/79 (Lei Lehman). Mas mesmo assim teve continuidade o processo de loteamentos clandestinos no país, com a proliferação de favelas em cidades como Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, que até então não as tinham em grande número (CAMPOS FILHO, 2001, p.83).

Foi com o fim do regime militar, que os conflitos em torno da apropriação do solo urbano ganharam a cena pública explicitando tensões presentes nas cidades, desde o grande movimento de urbanização da sociedade brasileira que se intensificou nos anos 60.

Desde o final dos anos 60, já existia uma tradição de elaboração de Planos Diretores e de regulação urbanística das cidades, de tal forma que "*... a vinculação do tema da função social da cidade ao Plano Diretor acabou por instaurar na esfera local uma controvérsia em torno do perfil e função dos planos diretores e normas urbanísticas*" (ROLNIK, 2000, p.74).

Constatou-se uma preocupação maior do governo com relação ao planejamento urbano das cidades brasileiras no início da década de 60, com a criação de organismos federais, entre eles o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU e o Banco Nacional de Habitação – BNH (1964).

Já em 1970, se discutia a falta de diretrizes para a ocupação do espaço, essas diretrizes quando existiam, raramente eram colocadas em prática, fazendo com que a distribuição dos equipamentos e serviços urbanos nas cidades, ocorresse sem planejamento, como se percebe até os dias atuais (CAMPOS FILHO, 2001)

De acordo com Nygaard (1995), na década de 80, no entanto, o planejamento urbano passou por um descrédito nos moldes até então estabelecidos. Foi com a Constituição Federal de 1988 (art.182), que os municípios brasileiros ganharam autonomia e passaram a ser os legisladores do território municipal. A base instrumental desta autonomia foram os Planos Diretores, responsáveis pela elaboração e execução da política de

desenvolvimento e expansão urbana. Na Constituição Federal de 1988 (artigo 182), em seu capítulo de política urbana, determina que *“todos os municípios com mais de 20.000 habitantes devem elaborar e aprovar um Plano Diretor, cuja função básica é explicitar, no âmbito de cada cidade, as condições de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana.”*

Para Nygaard (1995, p.06) o plano diretor *“é um instrumento que vem se consolidando no Brasil desde os primórdios deste século, tendo encontrado a sua expressão mais acabada entre fins dos anos 70 e meados dos 80”*.

O plano diretor pode ser visto como um produto técnico que foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. É a articulação de um determinado conjunto de concepções, de visões de mundo, valores, formadores de posições intelectuais, produtoras destes planos, as quais vieram evoluindo e se consolidando desde o início do século XIX (NYGAARD, 1995, p.07).

O objeto do planejamento urbano, a cidade, seus anseios e necessidades do homem que nela vive, se transforma continuamente, por essa razão os planos diretores das cidades precisam adequar-se permanentemente à emergência de novas realidades (econômicas, sociais, etc.). O plano diretor pode, portanto, ser definido como um instrumento técnico, político, que objetiva ordenar as ações no espaço urbano. Este instrumento é utilizado pela administração pública municipal para a estruturação da vida urbana.

Entre as diretrizes básicas inseridas nos planos diretores destacam-se:

- A promoção da qualificação e/ou implantação de espaços públicos de lazer e recreação;
- A promoção da ampliação e qualificação dos equipamentos urbanos básicos, entre outras (KOHLENER, 1999, p.04).

Portanto, as normas que estabelecem as distâncias e dimensionamentos, bem como a provisão de equipamentos e serviços urbanos para a população deveriam estar expostas de forma clara nos planos diretores municipais e nas leis estaduais e federais.

Essas normas, nada mais são que um conjunto de instrumentos legais que impõe regras para se utilizar o solo urbano, tem o objetivo de orientar uma alocação “ótima” das pessoas e das atividades urbanas, com vistas à melhoria da qualidade de vida, que deve ser buscada através da melhoria do ambiente urbano (ROVATTI, 1990, p.14). Está registrada no Plano Diretor, que é um

instrumento legal que normatiza as leis de ocupação do solo urbano, em seus diferentes usos.

No entanto, quando analisados alguns planos diretores (vide capítulo 2), nota-se que alguns não apresentam normas urbanísticas concretas para a implantação de equipamentos e serviços urbanos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema desta pesquisa concentra-se na provisão de áreas de lazer, equipamentos e serviços urbanos oferecidos aos moradores de conjuntos habitacionais de baixa renda. Tendo como base os argumentos mencionados na literatura, parte-se da premissa de que na maioria dos conjuntos habitacionais a existência destes equipamentos dá-se de forma deficiente, fazendo com que seus moradores supram suas necessidades através da adaptação da situação existente de forma a criar a infra-estrutura necessária para a realização das atividades desejadas. Por exemplo, quando serviços urbanos de necessidade básica, como padaria, mercearia, açougue, não são previstos, estes geralmente aparecem de maneira “espontânea”, através de alterações no uso das unidades habitacionais, que gradativamente tendem a ser transformadas em unidades de uso misto, conforme as demandas da população (p.ex., REIS, 1992, p.141). Essas modificações são realizadas tanto na unidade habitacional como nos espaços abertos comuns do próprio conjunto, e podem ser interpretadas como expressão da necessidade e aspirações da população moradora, o que ilustra sua capacidade de organizar o espaço conforme suas necessidades (CARVALHO, 1985).

A importância de áreas de uso institucional e de lazer em conjuntos habitacionais de baixa renda, não se dá somente por motivos legais, mas faz parte de uma concepção mais geral conforme proclamado na Carta de Atenas, que entende a habitação social como a casa, e os equipamentos coletivos como sendo indispensáveis para a vida, a sobrevivência e o crescimento intelectual do indivíduo, além de complementar a função de morar. Pois a habitação não se restringe à unidade de moradia, mas também às ruas, praças, calçadas, já que entre o espaço privado da residência e o espaço

público da cidade, constituem-se áreas de transição, de uso mais ou menos coletivo, pontos de encontro, de socialização (BONDUKI, 1998).

Estudos realizados sugerem que em determinadas situações, mesmo não havendo a disponibilidade de equipamentos e serviços urbanos que atendam à população, existe interação social entre os moradores, o que indica que outros meios e locais para o contato social são utilizados para aumentar a interação social na comunidade em que vivem (LAY, 2001).

Os resultados encontrados por Basso (2001) indicam que a população de baixa renda utiliza espaços próximos à moradia, que não demandem despesas, para suas atividades de lazer e recreação. Nesse sentido fica evidente a importância da provisão adequada de pequeno comércio/serviços e de áreas de lazer e recreação em áreas residenciais ocupadas por população de baixa renda. Fica também ressaltado o papel que os espaços abertos coletivos existentes em conjuntos habitacionais destinados a essa população desempenham em suprir tais necessidades (LAY e REIS, 2001).

Portanto, esta investigação trata das normas e legislação urbanística que determinam a implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, da adequação dessas normas na provisão de espaços abertos coletivos, equipamentos e serviços urbanos em conjuntos habitacionais e seus efeitos na avaliação de desempenho desses conjuntos. As hipóteses de trabalho formuladas a partir da revisão da literatura realizada no capítulo dois serão investigadas através da avaliação comparativa de quatro conjuntos habitacionais existentes no município de Bagé, RS.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema justifica-se pela importância da existência de normas urbanísticas adequadas que determinem a forma de implantação destes equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer e recreação nos conjuntos habitacionais. Também pela necessidade de verificar a importância da disponibilidade e adequação de serviços e equipamentos urbanos em áreas residenciais destinadas à população de baixa renda, e seus efeitos no nível de satisfação dos moradores com o conjunto habitacional onde vivem e na formação do sentido de comunidade.

Com os dados coletados será possível ter um diagnóstico das carências nessas áreas da cidade e gerar subsídios para um trabalho futuro que contemple os conjuntos habitacionais com a infra-estrutura que venha a ser identificada como necessária para garantir uma qualidade de vida adequada para os moradores dos conjuntos.

1.4 OBJETIVOS

Com base na premissa de que as normas e legislações urbanísticas existentes não são claramente definidas nos planos diretores e nas legislações vigentes, e conseqüentemente, não estariam sendo cumpridas pelos governos locais e estaduais no momento da implantação desses equipamentos urbanos, serviços e áreas de recreação e lazer nos conjuntos habitacionais, esta pesquisa tem como objetivos:

- Analisar as normas urbanísticas vigentes a partir de um estudo comparativo sobre legislações urbanísticas que tratam da implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos em áreas residenciais constituídas por conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda.
- Explorar as relações existentes entre a provisão de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos - tais como áreas de pequeno comércio e serviços, escola de 1º grau, centro de educação infantil, posto de saúde, praças para recreação e lazer - e a maneira como os moradores dos conjuntos habitacionais percebem, se apropriam e avaliam o ambiente residencial em que vivem.
- Avaliar o nível de dependência ou inter-relação que os moradores destes conjuntos habitacionais têm com outras áreas da cidade, decorrente da inexistência ou provisão inadequada dos serviços e infra-estrutura básicos para a realização das atividades necessárias, opcionais e sociais da população moradora dos conjuntos.

1.5 CONTEÚDO DO TRABALHO

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas algumas considerações sobre a criação das normas e legislações urbanísticas e discutido o papel dos planos diretores no planejamento urbano de forma a contextualizar o tema, que consiste no questionamento das diretrizes destes planos. Na seqüência, é definido o problema de pesquisa, e são apresentados os objetivos a serem alcançados.

O segundo capítulo faz uma revisão bibliográfica, estabelecendo uma base teórico-conceitual, enfocando principalmente a discussão e os critérios utilizados para determinar dimensionamentos e raios de abrangência para a implantação dos equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais. Trata de questões de zoneamento, densidade, e outros fatores referentes à ocupação do solo urbano. Discute a aplicação da legislação urbanística na implantação de conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, trata de estudos que examinam as conseqüências da falta de provisão de equipamentos no nível de satisfação dos moradores e na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais, e identificam relações entre avaliação de desempenho e variáveis como nível de manutenção, intensidade de uso dos espaços coletivos, e relacionamento entre os moradores.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia empregada, com uma descrição detalhada do estudo de caso composto por quatro conjuntos habitacionais localizados na cidade de Bagé, define os critérios para a seleção da amostra, e descreve os métodos de coleta e análise de dados utilizados.

O quarto capítulo apresenta e discute os resultados obtidos através dos métodos utilizados para coleta de dados, visando a investigação das relações contidas nas hipóteses.

O quinto capítulo apresenta a conclusão geral do trabalho, discute as hipóteses de pesquisa, e a importância destes resultados para futuros trabalhos no município de Bagé e em municípios similares.

2. A PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS E O DESEMPENHO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo estabelece a base teórico-conceitual a partir da revisão da literatura que trata das normas e legislações urbanísticas relativas à provisão de equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer. É realizada a revisão de alguns planos diretores no Brasil, identificando de que maneira essas questões vem sendo abordadas. São apresentados e discutidos os critérios utilizados por diversos autores para determinar dimensionamentos e raios de abrangência para a implantação dos equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais. Trata de questões de zoneamento, densidade, e outros fatores referentes à ocupação do solo urbano.

É discutida a aplicação da legislação urbanística na implantação de conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda e são apresentados alguns estudos que examinam as conseqüências da inadequação da provisão de equipamentos no desempenho de conjuntos habitacionais, assim como são identificadas na literatura variáveis relacionadas com o nível de satisfação dos moradores.

São apresentadas as legislações, os códigos de regulamentações urbanísticas, de edificação, uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, que deram origem aos planos diretores.

2.2 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL: planos diretores

O período em que ocorreram as maiores críticas aos planos diretores, foi no fim dos anos 70, época em que teve início o movimento de redemocratização do país. Isso ocorreu logo após o período de maior produção de planos diretores, que se deu durante o período do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - 1964-1974).

As principais doutrinas que fundamentaram a elaboração dos planos diretores foram: o positivismo, o “urbanismo moderno” e a ideologia do planejamento urbano defendida e divulgada pelo SERFHAU (NYGAARD, 1995, p.13-14).

Foi a partir da década de 50, com a concentração demográfica das cidades, que os planos diretores passaram a preocupar-se com as questões ligadas ao uso e ocupação do solo, a distribuição de equipamentos e as condições de trabalho, de moradia e de vida da população. Os planos diretores, então, foram ampliando seus objetivos e diversificando sua base instrumental. São exemplos desta época, os planos diretores de Santa Maria e de Passo Fundo (elaborados respectivamente em 1951 e 1953) (NYGAARD, 1995, p.15).

Os planos diretores pretendiam a transformação do espaço, localizando e realocando as atividades urbanas, distribuindo a população e os equipamentos sociais no espaço, definindo e dimensionando as vias e a circulação, situando os prédios no terreno, expandindo os serviços públicos, com a certeza de que melhorariam a qualidade de vida da população. Porém, esses planos tiveram forte rejeição política, não atendendo a todas essas finalidades.

Sobre as críticas aos planos diretores, Santos & Barata *apud* Nygaard (1995, p.20), afirmam que foram elaborados, principalmente após 1964, planos amplamente homogêneos, que desconsideravam as particularidades e individualidades locais, o que resultou em planos com graves distorções, bastante autoritários, centralizados e tecnocráticos.

Sendo assim, durante décadas, planos diretores foram sendo desenvolvidos por técnicos para tornar-se um instrumento mais completo e eficaz para intervir e controlar o espaço urbano, melhorando a qualidade de

vida da população. No entanto, as análises e críticas a que vinham sendo submetidos, não deixam dúvidas quanto ao fracasso desses planos quanto às técnicas e pressupostos utilizados na sua elaboração.

Para Júnior (1997, p.41),

...o plano diretor como instrumento básico dessa política no âmbito municipal compreende em razão de sua finalidade um conjunto de normas voltadas a disciplinar as atividades urbanísticas, bem como de estabelecer os procedimentos e instrumentos para o Poder Público municipal assegurar que as funções sociais da cidade e da propriedade urbana sejam exercidas em consonância com o direito à cidade.

O autor coloca ainda a importância das *funções sociais da cidade*, e diz que enquanto a população não tiver acesso à moradia, transporte público, saneamento, cultura, lazer, segurança, educação e saúde, não haverá como afirmar que a cidade está atendendo à sua função social. Diz ainda que:

...o urbanismo tem por objetivo a organização do espaço urbano visando o bem estar coletivo através de uma legislação, de um planejamento e de execução de obras públicas que permitam o desempenho harmônico e progressivo das funções urbanas elementares: habitação, trabalho, recreação do corpo e do espírito, circulação no espaço urbano (JÚNIOR, 1997, p.61-83).

Alguns autores vão mais além e introduzem o direito urbanístico para explicar e justificar a importância da legislação urbanística na elaboração e definição dos espaços habitáveis. Por exemplo, Meirelles *apud* Júnior (1997, p.84), diz que “o direito urbanístico é o ramo do direito público destinado ao estudo e formulação dos princípios e normas que devem reger os espaços habitáveis no seu conjunto cidade-campo”. Visa principalmente, a ordenação das cidades, sem deixar de lado as áreas rurais, no campo da ecologia e da proteção ambiental, que estão intimamente relacionadas com as condições de vida humana em todos os núcleos populacionais da cidade ou do campo.

De maneira sintética, Júnior (1997, p.173) diz que:

...a garantia do direito à cidade é entendida como o conjunto de medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida, mediante a adequada ordenação do espaço urbano e a função dos bens, serviços e equipamentos urbanísticos por todos os habitantes da cidade. O direito urbanístico é entendido como o conjunto de

preceitos que disciplinam ou limitam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos.

Fica claro, quando se trata das funções sociais da cidade, que deve compreender o acesso de todos os que vivem na cidade à moradia, aos equipamentos e serviços urbanos, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, enfim aos direitos urbanos que são inerentes às condições de vida na cidade. Para essas funções serem plenamente desenvolvidas é necessário que as normas de direito ambiental sejam respeitadas, diante da inegável valorização que foi conferida ao meio ambiente pelo novo ordenamento jurídico desde a Constituição Federal, passando pelas Constituições Estaduais e canalizando nas Leis Orgânicas (JÚNIOR, 1997, p.239).

Em se tratando de funções sociais da cidade, cabe aqui citar o urbanismo modernista como uma das doutrinas que fundamentaram a elaboração dos planos diretores (vide capítulo 1).

2.2.1 Discussão sobre planos diretores

Pretende-se aqui analisar as leis orgânicas de alguns municípios, e identificar nos artigos referentes, de que forma é tratada a provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nas cidades, e mais especificamente, quando possível, nos conjuntos habitacionais.

Ao analisar a literatura, constata-se que não existem referências específicas quanto à implantação destes usos institucionais (principalmente saúde, educação e lazer) nas leis em vigor, na maioria dos estados brasileiros. As leis tratam de maneira superficial, apenas salientando a importância de prever áreas reservadas para esses usos acima mencionados, sem delimitar distâncias ou raios de abrangência para melhor utilização por parte da população a ser atendida.

Conforme Bayer (1977, p. 54-55) as leis dos estados do Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, entre outros, estabelece a elaboração e execução de planos diretores de desenvolvimento integrado, mas não chegam ao detalhamento da implantação de equipamentos urbanos e seus raios de abrangência. Como exemplo pode-se citar aqui a Lei Orgânica dos Municípios

de Santa Catarina, que na seção IV, do capítulo VI, do Título II estabeleceu o seguinte:

“Art.118 – Na apreciação e aprovação dos projetos de loteamento e conjuntos habitacionais, o Município preservará a área reservada à construção de escolas e à fixação de áreas verdes.

Parágrafo único – No pertinente a áreas reservadas a escolas, o Município observará a distância a outras já existentes na região, levando em conta sua densidade demográfica e suas potencialidades, com vistas à construção de Escolas Básicas, Grupos Escolares ou outros prédios-escolas” (p.57, 1977).

Já a Lei Orgânica dos Municípios de Minas Gerais é a única que, na realidade, trata mais adequadamente do Urbanismo, porém sem definir medidas, quando dispõe na seção “Do Planejamento Urbanístico” o que vemos a seguir:

“Art. 205 – O planejamento das áreas para recreação poderá incluir lotes de recreio, parques e campos de recreação, parques de vizinhança e grandes parques.

§ 1º - A lei municipal definirá os requisitos de dimensão e equipamentos das áreas para recreação” (pp. 59 e 60, 1977).

Não foi encontrada em nenhuma Lei Orgânica dos municípios do Rio Grande do Sul, a determinação de dimensionamentos para a provisão dos equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer nas cidades. Todas elas citam somente a necessidade de destinar áreas para usos institucionais, como educação, saúde e lazer, sem, no entanto, especificar os parâmetros para sua localização.

Analisando alguns planos elaborados para cidades de pequeno e médio porte, percebe-se que eram “cópias” de planos diretores desenvolvidos para cidades grandes, portanto, sem o conhecimento das necessidades, potencialidades e conflitos das cidades menores. Conforme já foi dito, as técnicas de elaboração dos planos diretores desconsideravam as particularidades e individualidades locais, o que resultou em planos com grandes distorções, sem conhecimento da realidade local (NYGAARD, 1995, p.20).

Ao analisar alguns planos diretores brasileiros, percebe-se que a maioria não trata de forma abrangente a questão da implantação de

equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nas cidades, quanto ao seu dimensionamento e melhor localização. Tratam apenas de forma superficial, conceituando-os e caracterizando-os sem, contudo, aprofundarem-se nessa questão. Outros planos, no entanto, como por exemplo, o Plano Básico de São Paulo (1969) e o Plano de Curitiba (1968) tratam do dimensionamento de forma um pouco mais detalhada.

Quanto à provisão de equipamentos de educação, o plano de São Paulo diz que a localização das unidades de atendimento infantil como creche, ensino infantil e recreação, deve levar em consideração a população a ser atendida, a densidade, a distância máxima de percurso – estabelecida em 700 metros – e as classes de renda, pois elas deverão servir preferencialmente as populações de menor renda.

Sobre os equipamentos de recreação, cultura e esportes, o plano define apenas a área de lazer por habitante, que deve ser de 1,0 (um) m² para crianças de até 12 anos, e além dos equipamentos escolares, cita também centros educacionais e recreativos e campos esportivos. O Centro Recreativo e Comunitário deve ter a sua localização prevista em função das facilidades de transportes coletivos. Os campos esportivos deverão proporcionar uma área de 0,30 m² por habitante. A sua localização deve ser prevista nas grandes áreas ainda disponíveis e nas zonas de baixa densidade, complementando a rede de centros recreativos dessas áreas.

Por exemplo, em um conjunto habitacional com uma população de 2.500 pessoas, onde se têm aproximadamente 15% de crianças com idade até 12 anos, a área de lazer deve ter 375 m² (para atender 375 crianças). Já o campo esportivo, para atender uma população de 2.500 pessoas, deve ter uma área de 750 m².

Quanto aos equipamentos destinados à saúde, o plano não especifica nenhuma medida, distância ou raio de abrangência que esclareça sua melhor localização.

Foi analisado também o Plano Diretor de Recife, que também não especifica nenhum dimensionamento sobre estes equipamentos, somente conceitua as áreas de programas habitacionais como *“aquelas em que o Município deve implantar ações de urbanização, construção de residências e de equipamentos públicos que atendam preferencialmente a população a ser*

relocada por estar assentada em áreas de risco, leitos de canais e córregos, e áreas públicas”.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), aprovado em 2000, também apenas conceitua os equipamentos, e faz uma distinção entre equipamentos urbanos e comunitários. No cap. I, art. 5º, diz que:

a cidade deve ter lugares onde as pessoas possam se divertir, passear, buscar atendimento médico, comprar ou vender e aprender. Chamados de Espaços Abertos, estes locais precisam estar espalhados pela cidade de uma maneira que cada habitante chegue até eles, a partir de suas casas, com facilidade, seja a pé ou de ônibus. Podem ser constituídos por áreas verdes (praças e parques), ou por edificações, como um shopping, um teatro ou mesmo um estádio de futebol.

No cap. III do PDDUA, “Do Plano Regulador”, artigo 137, § 2º e 3º, encontra-se a conceituação de equipamentos urbanos e comunitários, onde diz que: *“os equipamentos públicos urbanos são os equipamentos que compõem as redes de abastecimento de água, os serviços de esgoto cloacal e pluvial, de energia elétrica, comunicação, iluminação pública e gás. E os equipamentos públicos comunitários são os de lazer, cultura, educação, saúde e segurança, sendo que os dois últimos de caráter local”.*

Em nenhum momento, o plano trata do dimensionamento desses equipamentos nos conjuntos habitacionais ou nas cidades.

O Plano Diretor de Curitiba tem a contribuição do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que há mais de 30 anos vem desenvolvendo estudos, planos e projetos de intervenção na área social. O Plano Diretor de Curitiba reconhece os equipamentos urbanos como componentes da estrutura urbana da cidade. Em 1968, o IPPUC instituiu o Plano de Educação, e deu início ao planejamento de uma Rede de Serviço Social (educação, saúde e creches). O planejamento obedece três parâmetros básicos:

- facilidade de acesso – distância máxima de 2 Km da residência da criança, com percurso livre de vias de trânsito intenso e barreiras naturais;
- oferta de ensino fundamental para jovens entre 7 e 14 anos;

- absorção da demanda do ensino fundamental em dois turnos, no período diurno.

Em 1980, como resposta às reivindicações da população de Curitiba, houve a expansão do número de creches, onde foram levadas em consideração, entre outros, o seguinte critério: quanto à acessibilidade deve estar localizada num raio que varia entre 500 e 1000 m e localizada próxima a um centro de saúde e odontologia - para facilitar a integração do atendimento.

Quanto à implantação das áreas de comércio ou de áreas de recreação e lazer, não se percebe o mesmo nível de detalhamento nos critérios de implantação. Porém, existe um projeto denominado “Ruas da Cidadania”, criado pela prefeitura de Curitiba em 1995. A Rua da Cidadania é a filial da prefeitura nos bairros, onde a população encontra a sede da Administração Municipal. Funciona como condomínios municipais de serviços essenciais à população. Prestam atendimento às necessidades individuais e coletivas da comunidade, além de abrigar serviços públicos como Bancos, Bombeiros, etc., e áreas de comércio, espaços de esporte e lazer comunitários. Os principais objetivos deste projeto são: aproximar os cidadãos das ações e dos serviços públicos para melhor conhecer e atender às suas necessidades; estabelecer um pólo de “animação”, de manifestação cultural e de esporte a comunidade local; diminuir a pressão sobre o sistema de transporte, entre outros.

Sobre a localização do comércio local, vale destacar Campos Filho (2001, p.109), que diz que o comércio local deve estar localizado, preferencialmente na periferia das unidades residenciais, junto às vias de tráfego mais intenso; mas que essa localização depende muito do nível de renda da população dessas unidades, pois se verifica que, quanto mais baixo o nível de renda, mais a população estará forçada a desenvolver um comércio na sua própria residência ou próximo a ela, por não ter condições de se deslocar ao centro da cidade. Isto é constatado em estudos realizados por Lay e Reis (2002) em conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, onde o comércio está localizado na própria residência, que além de abrigar a função de moradia, também abriga alguma atividade de comércio ou prestação de serviço.

Para melhor entendimento, as distâncias e dimensionamentos propostos para implantação de equipamentos urbanos pelos planos diretores

de Curitiba e São Paulo, são apresentadas na tabela abaixo, conforme determinação por densidade, metros ou raios de abrangência.

Tabela 1: Critérios para implantação de equipamentos nos planos diretores de São Paulo (1969) e Curitiba (1980).

	Distância máxima de percurso em metros/ raios de abrangência	Área necessária m²/habitante
Plano Diretor de São Paulo	Recreação, Ensino infantil e Creche – 700 metros de distância para percurso a pé.	Recreação, Cultura e Esportes p/ crianças até 12 anos – 1,0 m ² / habitante Campos esportivos – 0,30m ² / habitante
Plano Diretor de Curitiba	Creche – 500 a 1000 m de raio de abrangência e próxima a centro de saúde	Não determina critérios de implantação

E por último, também foi analisado o Plano Diretor de Bagé, que da mesma forma não aborda os aspectos relacionados às formas de implantação, dimensionamentos ou distâncias dos equipamentos urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais do município, o que é constatado no levantamento feitos nos conjuntos, onde se percebe a inadequação quanto à provisão dos equipamentos, mais especificamente de creches e áreas de lazer. Cabe salientar que um novo Plano Diretor de Bagé está em fase de elaboração, já que o Plano atual é de 1973.

Fica claro, após uma descrição da origem e evolução dos planos diretores no Brasil, bem como a análise de alguns planos, que as deficiências superam as eficiências. A função de atender às necessidades da população das cidades, quanto aos usos institucionais que fazem parte da dinâmica urbana, fica prejudicada, devido à superficialidade com que estes aspectos são tratados na maioria dos planos diretores.

2.3 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER

A densidade torna-se um referencial importante na avaliação da distribuição e consumo da terra urbana, da infra-estrutura e dos equipamentos e serviços urbanos em uma área residencial, quanto maior a densidade, melhor será a utilização dessa infra-estrutura (ACIOLY & DAVIDSON, 1998, p.16).

A densidade urbana foi definida de maneira sintética na Carta de Atenas, como “*a relação entre o número de habitantes e a superfície ocupada*”. Para Acioly & Davidson (1998, p.29), nos países de economia planejada, a densidade é um elemento-chave do processo de planejamento, seja no nível da dimensão do espaço coletivo dos bairros e cidades, dos serviços e equipamentos necessários, ou do espaço e tamanho das unidades residenciais.

É importante salientar a diferença entre baixa densidade e alta densidade. A baixa densidade corresponde à dilatação da área urbana sem aumento de população e, portanto, aumento de extensão e superfície das ruas, alongamento das redes e instalações de serviços públicos de água, luz, esgotos, telefones, transportes, etc., encarecendo as tarifas correspondentes, aumento dos trajetos dentro das cidades (MATTOS, 1952). E alta densidade corresponde a grande concentração de população em uma determinada área.

Um dos principais argumentos dos especialistas para justificar as altas densidades urbanas é a eficiência na provisão de equipamentos urbanos, serviços e infra-estrutura. Isto porque baixas densidades significam longas redes de infra-estrutura para poucos consumidores, gerando altos custos de investimentos (ACIOLY & DAVIDSON, 1998, p.31). Por exemplo, um conjunto habitacional de baixa densidade, longe do centro da cidade, irá acarretar longos percursos para os moradores, como a acessibilidade às escolas, postos de saúde, ao trabalho e as áreas de comércio.

Altas densidades estão normalmente associadas à população de baixa renda, embora isso não seja uma regra. As altas densidades colaboram com uma maior interação social por parte dos moradores, com maiores oportunidades de contatos sociais e de encontros casuais. Os impactos da densidade urbana também são influenciados pela configuração urbana, pela forma com que os espaços e as edificações são conectados entre si, pela

forma como os moradores e usuários se comportam entre si e em relação ao próprio ambiente construído.

A densidade urbana influencia também a quantidade e a qualidade da interação social, porém Hillier *apud* Acioly & Davidson (1998), diz que no caso de conjuntos habitacionais de alta renda, como os exemplares de prédios em altura, e o autor cita o exemplo de prédios localizados na área central de Londres, a configuração urbana pode ter um impacto maior que a densidade urbana (ACIOLY & DAVIDSON, 1998, p.35-49).

Para Mattos (1952, p.61), a densidade demográfica, ou seja, o índice de concentração humana sobre o terreno é um elemento de grande importância para o planejamento urbano. Sabe-se que, se por um lado o aumento da densidade implica em dificuldades crescentes para o preenchimento de condições adequadas de saneamento, por outro lado não é possível obter resultados economicamente satisfatórios com baixo aproveitamento do terreno.

Com base na densidade considerada adequada, autores estabelecem conceitos tais como “unidade de vizinhança”, “unidade residencial” e “setor”, discutidos a seguir, adotados como critérios de dimensionamento.

2.4 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES

Na Carta de Atenas, Le Corbusier diz que “a morada” não é suficiente e enfatiza a necessidade dos equipamentos formando a “unidade de habitação”, com a finalidade de proporcionar condições de existência, facilidades ou “comodidades essenciais”. E lembra ainda que “*nenhuma legislação interveio para fixar as condições da habitação moderna, que devem não somente assegurar a proteção da pessoa humana, mas também lhe dar meios para um aperfeiçoamento crescente*”. Sendo assim, o solo urbano, os bairros residenciais, as moradias, são distribuídos conforme as circunstâncias, dependendo dos interesses dos governantes.

Quanto à distribuição dos equipamentos de saúde, educação e lazer, Le Corbusier cita “a morada e seus prolongamentos”, como os centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, às quais somarão organizações intelectuais e esportivas (...), e para completar os

“equipamentos de saúde”, as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um.

A estruturação urbana adequada, ou seja, a localização da habitação e dos locais de trabalho (indústria, comércio e serviços), bem como o acesso aos equipamentos de centros comunitários de bairro, determinará em grande parte a qualidade dos padrões de vida, que deve ser o objetivo máximo a ser atingido pelo planejamento comprometido com o desenvolvimento e com a evolução sociocultural e humana da comunidade (GONZALEZ, 1994, p.40-51).

Quando se fala em zoneamento, divisão de funções, em urbanismo racionalista, entende-se a urbanística dos bairros. Conforme Tuan (1980), os moradores da cidade reivindicam maior qualidade para o seu bairro, do que para a própria cidade ou para sua casa.

Se tomarmos um estudo sobre a cidade vemos que o conjunto urbano está subdividido segundo três funções principais; estas são a residência, as atividades fixas e a circulação. As atividades fixas compreendem armazéns, edifícios públicos e comerciais, universidades, hospitais, escolas, etc. Além disso, a literatura urbanística fala de equipamentos urbanísticos, *padrões* urbanísticos, serviços e também de infra-estruturas. (ROSSI, 1966, p.110).

O zoneamento das atividades nos bairros, ou seja, a distribuição dos equipamentos urbanos, serviços, áreas de comércio e áreas de lazer e recreação, é de fundamental importância para o atendimento adequado às necessidades da população.

Conforme Debiagi (1978), a distribuição de equipamentos sociais atende muito mais a características de produção e distribuição espacial, do que a princípios teóricos de organização espacial, na medida que sua distribuição depende de uma série de fatores, e que cabe ao planejamento urbano inserir os equipamentos na malha urbana de forma a compatibilizar as diferentes ofertas em termos de acesso físico. Pode-se notar que a autora trata como “equipamentos sociais urbanos”, que segundo ela, são “*unidades espaciais que têm por função o desenvolvimento de atividades específicas correspondentes a serviços sociais urbanos*”. Segundo a autora, entende-se por serviços sociais “*aqueles que são prestados coletivamente, por organismos Estatais ou privados, visando atendimento de necessidades funcionais da população*”.

Ferrari (1991, p.300/305) classifica a distribuição dos equipamentos e serviços urbanos em unidades residenciais, unidades de vizinhança e setores.

Para o autor “*unidade residencial*” é um conjunto residencial que abriga uma população de 1.000 a 3.000 pessoas, e constitui a menor unidade urbana de relação e convivência. Corresponde a uma área circular, de aproximadamente 200 metros de raio. Segundo o autor, recomenda-se que a população de uma unidade de residência não ultrapasse 2.000 habitantes.

A “*unidade de vizinhança*” é um núcleo populacional urbano de 3.000 a 15.000 pessoas, e corresponde a uma área circular de mais ou menos 800 metros de raio. A unidade de vizinhança é predominantemente residencial e é definida e delimitada por seu equipamento básico: a escola primária (criança de 7 a 14 anos). Outro equipamento importante na U.V. é o comércio local representado, modernamente, pelo shopping center. O conceito de “*unidade de vizinhança*” foi formulado por Clarence Perry, depois de experimentar os benefícios de um ambiente suburbano bem planejado, um projeto modelo em Long Island, Forest Hill Gardens. O princípio de organização em vizinhança era colocar dentro de uma distância percorrível a pé, todas as facilidades diárias necessárias. A população para a unidade de vizinhança foi fixada ao redor de 5.000 habitantes (MUMFORD, 1961, p.638).

Ainda para Ferrari, o “*setor*” é um núcleo populacional urbano que abriga de 15.000 a 60.000 habitantes (o que equivale a 05 unidades de vizinhança).

Conforme já foi dito, o abastecimento das áreas residenciais com atividades essenciais à população, como comércio, postos de saúde, escolas, creches e áreas de lazer e recreação, deve ser realizado com base em parâmetros de implantação, com distâncias e dimensionamentos adequados. Porém, a falta de critérios para a implantação dessas atividades, também já foi aqui mencionada. Analisando a literatura, observa-se que os autores não têm parâmetros para a determinação dessas distâncias e dimensionamentos. Cada um trata de forma diferenciada, até mesmo quanto às medidas, fala-se em metros, centímetros, densidade, raios de abrangência, etc.

Apesar disso, ainda encontram-se alguns critérios de dimensionamento, determinado por alguns autores.

Algumas normas para a implantação de serviços e equipamentos urbanos em conjuntos habitacionais são tratadas por autores como Mattos (1952), Debiagi (1978), Alexander (1980), Santos (1988), Ferrari (1991), Moretti (1997), entre outros, que instituem distâncias, raios de abrangência e unidades

exigidas, de acordo com o serviço ou o equipamento a ser implantado. Observa-se que não existem critérios de distribuição, que variam conforme cada autor. Aqui serão citados somente os equipamentos e serviços existentes nos conjuntos habitacionais estudados.

Segundo Alexander (1980), os postos de saúde devem estar localizados de maneira que uma unidade atenda uma comunidade de 7000 habitantes. As escolas devem localizar-se próximas às praças, sendo possível acessar a pé. As praças devem ter 30 m² por pessoa. As creches devem estar localizadas ao lado das escolas, de modo que as crianças possam acessar visualmente as atividades realizadas, e devem atender a uma unidade de vizinhança. O autor sugere ainda que as áreas recreacionais estejam próximas aos usuários, a não mais do que três minutos de distância de suas casas, aproximadamente 225 metros.

Segundo Ferrari (1991), os serviços e equipamentos devem ser dimensionados da seguinte forma: as escolas de 1º grau devem atender a uma (01) unidade de vizinhança; a creche atende a uma população ótima de 25.000 habitantes, todavia, a melhor localização seria próxima a residência, ou seja, deve atender a uma (01) unidade de residência; os centros comunitários e postos de saúde devem atender a uma (01) unidade de vizinhança; assim como as igrejas. Quanto aos equipamentos de lazer, Ferrari classifica em lotes de brinquedos (play lots) que devem atender a um (01) bloco residencial, que segundo o autor, refere-se a 136 lotes residenciais; playgrounds ou parques de recreio que têm um raio de influência de 400 a 600m, cada playground serve a 540 crianças (área de jogos e brinquedos) e 5.000 habitantes (áreas de descanso), um playground serve a 600 a 800 crianças ou 3.000 a 10.000 habitantes, a localização de um playground deve ser por unidade de vizinhança nas proximidades da escola de 1º grau.

Ainda conforme o autor, experiências americanas atestam que um playground deve servir a, no mínimo, 200 crianças e, no máximo, 1.200 crianças. E um parque urbano tem um raio de influência de 8.000m, um parque serve de 50.000 a 100.000 habitantes.

Para Santos (1988) “...os equipamentos urbanos são aqueles serviços públicos que exigem áreas ou edificações próprias para funcionarem, há equipamentos voltados para vizinhanças e bairros, é o caso das creches, escolas, praças e postos de saúde”. Segundo o autor, as creches e as escolas

de 1º grau devem estar localizadas na vizinhança imediata das habitações ou grupos de habitações. As escolas de 2º grau devem atender bairros, ou quando especializadas, a toda a cidade. Os postos de saúde devem servir aos bairros para atendimentos freqüentes e imediatos. As praças e áreas verdes podem ser pequenas, embora não mencione as dimensões que estariam caracterizando uma praça pequena, servindo a grupos de vizinhança ou quarteirões.

Em um estudo realizado na cidade de Porto Alegre (RS), Debiagi (1978) analisou a distribuição dos serviços sociais de maneira a identificar os fatores que interferem na implantação desses serviços.

Em seu trabalho a autora identificou alguns critérios de implantação de equipamentos como postos de saúde, onde diz que, conforme o antigo INPS (1975), hoje INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), os postos de saúde devem atender a uma população de 5.000 habitantes. Para as áreas de recreação, sugere adotar o parâmetro de 2.000 m² como mínimo indispensável.

Moretti (1997) estabelece as normas de distribuição de equipamentos e serviços urbanos, baseado nas leis municipais e estaduais, e em densidades relativas as áreas totais da gleba. Indica a localização aproximada dos equipamentos e espaços livres, estabelecendo áreas públicas proporcionais à densidade, áreas estas que incluem o sistema viário, não podendo ser inferiores a 35% do total da gleba. Para Moretti chamam-se áreas institucionais aquelas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, além das creches, pré-escolas, escolas de 1º e 2º graus e postos de saúde, entre outros equipamentos. Para o autor, usualmente os projetos de parcelamento do solo estabelecem a exigência de doação de 5% do total da gleba como área institucional, independente da densidade populacional do empreendimento. Por exemplo, verifica-se que com uma densidade de 120 unidades por hectare, tem-se 4,2 metros quadrados de área institucional por unidade habitacional. Para áreas verdes, a legislação de parcelamento do solo dos municípios usualmente exige a doação de 10 a 15% de áreas verdes com relação ao total da gleba, sem exigir a implantação de praças e outros equipamentos nos espaços previstos. As áreas institucionais devem ser proporcionais à densidade populacional e serem dimensionadas prevendo-se a implantação, pelo menos, dos equipamentos de saúde, escolas de ensino infantil e escolas de 1º e 2º graus. Quanto a distribuição desses equipamentos,

o autor diz que compete ao órgão de planejamento municipal definir a finalidade, dimensões e a localização dos terrenos destinados ao seu uso.

Mattos (1952, p.113), por exemplo, faz alguma referência aos locais de comércio e áreas verdes e de recreação. Diz o autor que o comércio local deve encontrar localização adequada nos conjuntos habitacionais, sob forma de núcleos de comércio acessíveis a pé. Mattos utiliza uma medida até então não vista na literatura, onde diz que o espaço necessário a esse tipo de comércio é indicado por “extensão de fachada por habitante”, ou seja, 3 (três) centímetros por habitante nas localidades de pequeno poder aquisitivo.

A implantação de áreas verdes e de recreação tem recomendação na Inglaterra, por exemplo, de 28m²/hab, dos quais 16m²/hab a serem destinados a finalidades recreativas e desportivas. Fazendo um cálculo para exemplificar, é necessário 28.000 m² de áreas verdes para uma população de 1000 habitantes, dos quais 16.000 m² devem ser destinados a finalidades recreativas e desportivas. Analisando a realidade dos conjuntos habitacionais no Brasil, a falta de áreas disponíveis para implantação de equipamentos, constata-se que este dimensionamento é incompatível com a realidade brasileira.

Para Patrick Abercrombie *apud* Mattos (1952, p.119), o padrão mínimo é de 20m²/hab., sendo 3/5 para desportos e 2/5 para parques em geral, reservando 1/6 para áreas desportivas para crianças menores de 14 anos. Já Atílio Correia Lima *apud* Mattos (1952) aconselhava como padrão geral 1,33m²/hab. para jardins infantis de bairro, 10m²/hab para áreas desportivas em geral, e 8,67m²/hab para as demais finalidades, totalizando 20m²/hab.

Conforme Raymond Unwin *apud* Mattos (1952), autor do método destinado ao dimensionamento de áreas recreativas, 350 pessoas requerem 2,8 hectares, resultando em relação à população total, 28m² de espaço livre por pessoa, isso somente para atividades desportivas.

Já o grupo holandês do CIAM, propõe diversas categorias de parques e jardins, de acordo com as diferentes faixas etárias. Para crianças pequenas, os jardins de bairro devem ser acessíveis a qualquer habitação dentro do percurso máximo de 400 metros; para crianças entre 6 e 14 anos, campos de jogos devem estar reunidos em torno das escolas, e em distâncias inferiores a 1000 metros de qualquer habitação. Para adolescentes e adultos, campos desportivos não devem estar distanciados em mais de 1500 metros das

habitações (MATTOS, 1952, p.121). Outros equipamentos como os de saúde, educação, etc., não foram mencionados pelos autores.

Na tabela abaixo é possível observar as diferenças de dimensionamento para os equipamentos de comércio, áreas desportivas e recreativas, determinadas pelos autores acima citados.

Tabela 2 – Critérios de distribuição para comércio, jardins infantis, área de recreação, creche, posto de saúde e escolas de 1º grau.

	Comércio	Áreas desportivas e de recreação	Jardins infantis	Creche	Posto de Saúde	Escolas de 1º grau
Mattos	3 cm de fachada por habitante	16m ² /habitante	-	-	-	-
Debiagi	-	2.000 m ²	-	-	Deve atender a uma população de 5.000 hab.	-
Alexander	-	225 metros	-	Ao lado das escolas, atender a 1 un. de vizinhança	1 unidade deve atender 7000 hab.	Próximo as praças, acessível a pé
Santos	-	-	-	Próximo às habitações	Devem servir aos bairros	-
Moretti	-	-	-	-	-	-
Ferrari	-	-	Raio de abrangência: 400 a 600 metros	Atender a 1 un. de residência	Atender a 1 un. de vizinhança	Atender a 1 un. de vizinhança
Patrick Abervrombie	-	12m ² /habitante	-	-	-	-
Atilio Correia Lima		10m ² /habitante	1,33m ² /habitante			
Raymond Unwin	-	28m ² /habitante	-	-	-	-
Grupo holandês do CIAM	-	1000m (crianças de 6 a 14 anos) 1500m (adolescentes e adultos)	400m de raio	-	-	-

Apesar de todas essas normas e recomendações citadas por diversos autores, percebe-se que não apresentam regras claras quanto às distâncias e abrangências dos equipamentos comunitários em relação às unidades habitacionais. Alguns falam em metros, outros em quarteirões, ainda em distâncias percorriáveis a pé, o que não esclarece, nem auxilia no planejamento para implantação desses equipamentos para atender às necessidades dos usuários. Outros autores ainda foram consultados, como Benévolo (1976), Toledo (1978), Choay (1980) entre outros, mas também não tratam de forma detalhada dos critérios de implantação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nas cidades.

Após uma revisão da literatura nessa área, não foi encontrada nenhuma norma urbanística que especifique as melhores distâncias, ou as formas mais adequadas de planejar uma cidade ou um conjunto habitacional, a fim de facilitar os deslocamentos diários da população que vive nesses lugares, e proporcionar uma qualidade de vida a essas pessoas.

Portanto, percebe-se a importância de uma revisão dessas normas e critérios de distribuição de equipamentos e serviços de forma a contribuir na elaboração de diretrizes de planejamento no Plano Diretor, para que o cumprimento dessas normas urbanísticas na distribuição de equipamentos, serviços urbanos e áreas de recreação e lazer atendam às exigências da população.

2.5 SOBRE O DESEMPENHO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

Foram analisadas até aqui as questões relacionadas às normas e legislações urbanísticas que tratam da implantação de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer e recreação nas cidades, mais especificamente nos conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda.

A seguir, são analisados de que forma são tratadas as questões relativas a distribuição, distâncias e dimensionamentos dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de recreação e lazer nos conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda no Brasil. São também apresentadas as variáveis relacionadas ao desempenho dos conjuntos habitacionais analisados nesta pesquisa.

Os conjuntos habitacionais têm sido caracterizados por duas tipologias principais: os blocos repetitivos de apartamentos, geralmente de quatro andares, e casas isoladas no terreno em lotes individuais pequenos. Enquanto os blocos de apartamentos apresentam uma abordagem modernista com edifícios localizados em espaços abertos contínuos, as casas isoladas no terreno permitem uma divisão convencional de lotes com uma organização de quadras estreitas (LAY, 1992,p. 9).

Os conjuntos habitacionais são geralmente localizados na periferia urbana, às vezes construídos há muitos quilômetros do centro das cidades, expandindo seus limites. Cabe salientar que, quando as cidades são de pequeno porte, as distâncias diminuem consideravelmente.

A ordenação espacial das unidades habitacionais em conjuntos residenciais financiados pelo BNH para a população de baixa renda é caracterizada, na maioria dos casos, por uma fraca densidade de ocupação, uma dispersão e uniformidade, implicando, por conseguinte, altos custos de urbanização, manutenção e recuperação, daí decorrendo muitas vezes o estado precário de conservação observado em alguns prédios. (CARVALHO, 1985). A densidade é maior nos conjuntos habitacionais cuja tipologia são blocos de apartamentos.

Outra característica que é importante ressaltar é a homogeneidade do tratamento das edificações, de aspecto visual idêntico, dificultando inclusive a orientação dos próprios habitantes do local. Mas as semelhanças desses projetos habitacionais não se limitam à aparência dos prédios, também as praças e equipamentos mal dimensionados e mal localizados, repercutem no desempenho destes espaços, o que, segundo Carvalho (1985), prejudica ainda mais a população moradora e populações vizinhas.

Um fator a ser analisado aqui, é a diferença nas tipologias encontradas nos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH. Os conjuntos habitacionais investigados nesta pesquisa caracterizam-se por duas tipologias: casas isoladas no terreno e blocos de apartamentos de 04 (quatro) pavimentos.

Quanto ao desempenho de conjuntos habitacionais de casas isoladas no terreno, percebe-se que os usuários geralmente fazem as modificações em suas casas, visto que os projetos originais financiados pelo BNH contemplavam um (01) ou dois (02) dormitórios, sem lazer, saúde e facilidades recreacionais, telefone e transporte público (REIS, 1992). Estas modificações vão desde o

aumento de suas próprias residências, até alterações de uso das mesmas, tornando-as de uso misto (comércio e residência). Ao mesmo tempo em que ocorre um aumento substancial na área construída das casas, há uma redução expressiva das áreas de espaços abertos privados. As atividades de recreação são desenvolvidas nos pátios das casas (espaços privados), nas calçadas em frente a moradia (espaços semi-públicos), e nos espaços abertos comunitários, as praças de uso coletivo (espaços públicos), quando elas existem no conjunto (LAY e REIS, 2002p.13).

Já quando a tipologia é de blocos de apartamentos, o estudo realizado por Lay e Reis (2002) indica que as modificações nas unidades habitacionais ocorrem principalmente nas unidades térreas, onde são construídas áreas de serviços, garagens, churrasqueiras para esses apartamentos. E as consequências dessas construções irregulares são diversas. Quando são realizadas no pátio dos prédios (espaços abertos semi-privados), estes espaços deixam de existir para se tornarem espaços construídos privados, o que reduz as oportunidades de convívio social entre os moradores. Quando essas construções irregulares são como “puxados” (acréscimos) dos apartamentos térreos, elas eliminam os espaços de convívio e ainda afetam a estrutura do próprio prédio.

Pesquisas realizadas por vários autores desde a década de 70, revelam que a maioria dos problemas relacionados às qualidades espaciais que afetam o desempenho de conjuntos habitacionais, dizem respeito à inadequação dos projetos arquitetônicos desses conjuntos, ou seja, os projetos não atendem as necessidades básicas dos usuários, afetando as oportunidades de uso dos espaços abertos e construídos (p.ex. REIS e LAY, 2001).

Essas constatações são reforçadas por uma série de argumentos (p. ex. COOPER-MARCUS & SARKISSIAN, 1986) que indicam que existem lacunas entre as propostas dos arquitetos/projetistas e as reais necessidades dos usuários, fazendo com que o desempenho dos conjuntos habitacionais fique comprometido.

A partir das várias pesquisas realizadas (p. ex. LAY e REIS, 1992; 1999; 2003), foi possível identificar diferenças no nível de desempenho em conjuntos habitacionais no Rio Grande do Sul, em projetos executados desde a década de 60. Essas diferenças são atribuídas, entre outros fatores, às

diferentes formas de implantação do conjunto no sítio, que estariam originando relações diferenciadas entre os espaços abertos e as edificações.

Nesse sentido percebe-se a importância do conceito introduzido por Lynch (1960) denominado de *legibilidade*, que é “a facilidade com que o sítio pode ser reconhecido e organizado em um padrão coerente”. Isso significa que, quanto mais legíveis e definidos forem os espaços abertos coletivos, do ponto de vista físico ou social, mais legível é o layout do sítio, e conseqüentemente os espaços serão utilizados de forma mais apropriada (LAY e REIS, 2001).

Um fator importante é a maneira de “adaptação”, ou seja, o modo de inserção do indivíduo no meio físico, e “acomodação” destes conjuntos na malha urbana, ou seja, o modo de inserção do conjunto no traçado urbano da cidade.

Quanto à “adaptação” e “acomodação” destes conjuntos habitacionais no traçado urbano da cidade, nos conjuntos habitacionais de casas isoladas no terreno percebe-se uma integração destes com a malha viária da cidade, enquanto que os conjuntos habitacionais de blocos de apartamentos tendem a tornarem-se mais “segregados” por terem seu desenho, muitas vezes, de difícil compreensão, ou seja, pouca clareza quanto à frente e fundos dos prédios e identificação das entradas.

Muitos conjuntos habitacionais, particularmente os verticais (unidades multifamiliares), destacam-se na paisagem e nem assim conseguem criar uma identidade própria que os diferencie dos outros conjuntos. Ao longo dos limites desses conjuntos, em função desse tipo de implantação de destaque, cria-se uma faixa vazia, de ocupação indefinida entre o conjunto e os bairros vizinhos, o que propicia o isolamento e a desintegração deste junto à estrutura urbana (CARVALHO, 1985).

A partir da revisão da literatura sobre o desempenho de conjuntos habitacionais (por exemplo, Francescato et al. (1979), Bolaffi, (1972), Cooper (1975), Lay, 1992) constata-se uma série de problemas comuns a vários conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, não somente no Brasil como em diversos países, relacionados com o grau de responsividade ambiental proporcionado pelo layout dos conjuntos, referindo-se mais especificamente à maneira com que o ambiente construído responde, simbólica e funcionalmente, às necessidades dos usuários, possibilitando (ou não) oportunidades de uso e variações no grau de adequação do espaço físico, e a

maneira como esse ambiente é percebido, usado e mantido pelos seus moradores.

Segundo Lay (1992), embora exista diversidade de idéias expressas na literatura sobre os efeitos que o ambiente construído possa ter no comportamento dos indivíduos, evidências encontradas na literatura indicam que a presença ou a ausência de certos elementos específicos de projeto pode gerar ambientes mais ou menos responsivos, tornando-os mais ou menos adequados às necessidades e valores dos usuários, e conseqüentemente afetando a maneira como os espaços são percebidos e usados.

As variáveis relacionadas ao problema desta pesquisa referem-se às formas de organização da comunidade que vive nos conjuntos habitacionais, de que maneira estas variáveis afetam a apropriação destes conjuntos habitacionais estudados, e a provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nestes conjuntos, as distâncias e dimensionamentos para implantação destes equipamentos. Dentre as variáveis analisadas, foram identificadas as que interferem diretamente no problema de pesquisa deste estudo, são elas: o uso (como forma de apropriação do espaço), a aparência, e o sentido de comunidade.

2.5.1 Uso (como forma de apropriação)

Um aspecto considerado no desempenho de espaços abertos coletivos e na organização da comunidade são as atividades desenvolvidas pelos usuários nestes locais. O uso é um dos aspectos que influenciam na apropriação dos espaços, pois, de acordo com Whyte (1980) a presença de pessoas é o que mais atrai outras pessoas para os espaços.

Neste sentido Gehl (1987) classifica as atividades desenvolvidas na cidade em três tipos. As *atividades necessárias* são aquelas realizadas em função do estudo, trabalho, compras, deslocamentos, etc. As *atividades opcionais*, são as realizadas por opção e não por obrigação ou necessidade – dependem especialmente das condições físicas oferecidas, ou seja, da qualificação dos espaços. Estas opções referem-se especialmente às atividades recreacionais e de lazer. E as *atividades sociais*, são aquelas que dependem da presença de outras pessoas. Diferentes tipos de atividades

sociais podem ocorrer em vários lugares, tanto nos espaços privados, como nos públicos e essas atividades implicam em diferentes tipos de apropriação.

Conforme Lay e Basso (2003) os espaços abertos (praças, parques, ruas), além de produzir os canais para a circulação, também promovem as relações sociais, o contato com a natureza, etc.

Para Carr et al. (1992) os espaços abertos são diferentes em termos de apropriação devido às forças culturais e à estrutura física do lugar, que afetam as condições para a demanda e a realização de atividades, isto envolve variáveis como acessibilidade, aparência, segurança, entre outras.

Estudos realizados por Lay e Reis (2002) mostram que a ausência de ordem e falta de relação entre espaços abertos e edificações geralmente resulta em espaços não definidos hierarquicamente, ocasionando tanto em não-apropriação por parte dos usuários (rejeição), com dificuldades em reconhecimento e demarcação do território, assim como em determinadas situações tem propiciado e até mesmo incentivado o processo de invasão dos espaços abertos de conjuntos habitacionais pelos residentes ou até mesmo por não-residentes (p.ex. REIS, 1996).

Portanto, os espaços abertos públicos, assim como os serviços e equipamentos urbanos são de fundamental importância para o indivíduo na realização de diversas atividades, tais como: circulação, comércio, passeio, recreação, contato com a natureza, socializar ou simplesmente observar a vida que neles acontece. E é basicamente através dessas manifestações comportamentais que ocorre a apropriação desses espaços, e conseqüentemente da cidade (LYNCH, 1985; LANG, 1987).

Um dos fatores que torna o espaço aberto coletivo bem-sucedido, e que faz parte desta pesquisa, é a interação social da comunidade que dele se utiliza para suas atividades diárias, ou seja, se as relações sociais dão-se de maneira satisfatória, há maior probabilidade destes lugares serem apropriados pela população. Conseqüentemente, há uma maior manutenção e satisfação por parte dos usuários.

Vários autores, (p. ex. WALLACE, 1952; PORTEOUS, 1977) salientam que a rede de relações sociais é considerada como essencial para a interação efetiva dos residentes na comunidade em que vivem, e o comportamento territorial é parte de um sistema que permite que a organização social

aconteça, promovendo integração na vizinhança e formação de comunidade (LAY, 2002).

Os residentes de conjuntos habitacionais, geralmente afastados dos centros das cidades, ao mesmo tempo em que querem se relacionar com o restante da população, também querem a privacidade no seu espaço pessoal, no conjunto habitacional em que moram. Dessa forma, o sentido de privacidade estaria contribuindo para ter um sentido total de comunidade (WILSON & BALDASSARE, 1996).

Conforme LAY (1992, p.80) o grau de clareza da definição física dos espaços, por sua vez, produz efeitos na definição social (em termos espaciais), que na literatura é chamado de *territorialidade*. Ainda segundo a autora, nos projetos onde há falta de aspectos que confirmam caráter e identidade do sítio, existe a falta de controle sobre o mesmo, e isso afeta a *territorialidade* e os comportamentos específicos desta – como apropriação e controle – que podem ser considerados como indicadores do grau de clareza na definição física dos espaços.

GEHL (1987, p.59), diz que a maneira como os espaços são fisicamente definidos pode afetar a maneira como os espaços são socialmente definidos e utilizados.

Essa afirmação nos faz entender que se um ambiente é suficientemente claro na sua demarcação territorial ele será usado de maneira adequada, pois passará uma forte sensação de proteção e domínio para seus usuários.

2.5.2 Aparência e Imagem

A aparência geral do conjunto, bem como do entorno imediato na qual está localizado, parece ser um fator muito importante que afeta a satisfação do usuário com o conjunto. Isto é argumentado por Cooper Marcus e Sarkissian (1986, p.219) que analisam vários estudos de avaliação da moradia, onde mostram que a aparência exterior das moradias individuais importa menos para os residentes do que a implantação e a paisagem do conjunto como um todo.

A percepção da aparência visual faz parte do processo de construção da imagem descrito por Lynch (1960) que sugere que seus componentes físicos ou simbólicos têm um importante papel em inibir ou facilitar a criação de

uma imagem coletiva positiva do lugar, afetando a avaliação do usuário sobre o ambiente residencial.

A aparência está diretamente relacionada a manutenção, já que esta é influenciada pelo gerenciamento e pelos cuidados dos residentes (FRANCESCATO et al, 1979).

Lay (1992) relata em seus estudos que, para criar uma aparência atrativa, não são tão importantes as qualidades formais e estéticas do desenho, mas sim, são relevantes não só as percepções dos atributos que expressam preferências, mas os valores e aspirações sociais dos moradores e a qualidade dos espaços externos.

Portanto, a aparência é um fator que pode vir a afetar positiva ou negativamente o nível de satisfação do usuário dos espaços abertos, e conseqüentemente, o grau de apropriação desses espaços por parte de seus usuários.

2.5.3 Relacionamento entre moradores e sentido de comunidade

Pesquisas realizadas por Lay (1992) mostram que a relação entre os residentes e o sentido de comunidade afeta a aparência de espaços abertos coletivos e de equipamentos, ou seja, quanto melhores são as relações, mais organizada é a comunidade na provisão e manutenção de espaços abertos.

Para habitar em um conjunto habitacional é preciso saber viver em comunidade, e para isso é importante que estejam integrados e que exista uma certa harmonia entre eles. A necessidade de promover interação social nos conjuntos habitacionais requer a valorização dos espaços abertos comuns a fim de proporcionar recreação, já que estes podem fortalecer as relações sociais entre os moradores (LANG, 1987).

Portanto, a falta de organização e manutenção nos conjuntos habitacionais evidencia a existência de problemas entre os residentes, e ilustra os efeitos que as características físicas do conjunto podem exercer em promover ou inibir o sentido de comunidade entre os moradores.

Segundo Wilson & Baldassare (1996) o sentido de comunidade tem sido relacionado a resultados sociais positivos, como relações de vizinhança e participação de comunidade.

Conforme Lay e Basso (2003) existe uma relação entre o uso de espaços abertos coletivos e o tipo e intensidade das relações entre os residentes: os usuários mantêm melhor as relações entre eles mesmos do que os residentes não usuários dos espaços abertos, quando isso acontece os espaços tendem a ser mal utilizados. E, ainda, embora não tenha sido identificado um padrão entre sentido de comunidade e tipos de moradia, percebe-se que os residentes de casas isoladas no terreno, geminadas e casas em fita são mais bem relacionados entre si, do que os residentes de blocos de apartamentos.

As comunidades que não possuem um lugar destinado às atividades de lazer e contato social, não são organizadas socialmente, ou seja, não há uma interação. Havendo organização da comunidade, maior será a probabilidade dos espaços abertos coletivos destes conjuntos habitacionais terem um nível adequado de manutenção. Para Francis (1987), além destes espaços abertos tradicionais, outros espaços considerados inovadores para a realidade norte-americana, desenvolveram-se nas últimas décadas: são os *espaços abertos comunitários*, desenvolvidos e administrados por residentes locais e os *espaços abertos de vizinhança*, como as calçadas, esquinas, lotes vazios, que são muito utilizados por crianças e adolescentes. Ambos se transformam em importantes locais de socialização.

2.6 CONCLUSÃO

A revisão da literatura sobre as normas e legislações urbanísticas, os planos diretores, de aspectos fundamentais para a estruturação urbana das cidades, como o zoneamento do uso do solo e a densidade urbana, indica que não existem parâmetros para definir a distribuição dos equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais.

Foram apresentados alguns planos diretores, a ênfase dada por cada um deles aos critérios de distribuição de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais, e também os critérios utilizados por alguns autores para distribuição desses equipamentos. Até mesmo a falta de unidade de medida quanto ao dimensionamento, já que os autores citam raios de abrangência, hab./m², centímetros por fachada, etc.

A revisão da literatura sugere que existem aspectos a serem explorados, pois existem várias regras, não se sabe sob que critérios são implantados os equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nas cidades, e em quais critérios os conjuntos habitacionais de Bagé se enquadram.

A revisão da literatura que trata da avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, mostra a importância do papel dos espaços abertos coletivos para a interação social dos moradores. Foram identificadas as principais variáveis que afetam a avaliação de desempenho desses conjuntos habitacionais, tais como uso, aparência, imagem e interação social.

Por outro lado a revisão da literatura sugere que a avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais pode ser afetada pelo nível de adequação dos equipamentos urbanos nos conjuntos. Isto será investigado através da metodologia a ser utilizada, com a qual espera-se identificar se a ausência de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais selecionados, localizados na cidade de Bagé, afeta a interação social e a avaliação de desempenho desses conjuntos por parte dos moradores que neles vivem.

3. METODOLOGIA

3.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior foram discutidas as questões relativas à legislação e normas urbanísticas para a implantação de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais, e foram identificadas as principais variáveis relacionadas ao desempenho de conjuntos habitacionais.

Neste capítulo, apresenta-se uma breve descrição do problema de pesquisa, os objetivos, e as hipóteses a serem investigadas. Também é apresentado o trabalho realizado necessário para a operacionalização das hipóteses, seguido de um breve histórico do município de Bagé-RS, e as características das áreas selecionadas para a investigação, bem como uma descrição detalhada dos critérios definidos para a seleção da amostra e também uma descrição dos vários métodos utilizados para a coleta e análise dos dados.

Para a operacionalização da pesquisa e o alcance dos objetivos anteriormente expostos, foi estabelecida uma série de atividades, que foram desenvolvidas de acordo com um cronograma pré-estabelecido.

Esta pesquisa baseia-se na área de estudos ambiente-comportamento, a qual concentra-se no estudo das relações entre indivíduos e o ambiente físico construído, tendo como premissa a existência de um processo interativo em que o ambiente é constantemente modificado pelas ações dos indivíduos, ao mesmo tempo em que as experiências e comportamentos destes são modificados por este ambiente. O entendimento destas relações visa facilitar a construção de espaços mais congruentes com as necessidades humanas (LANG, 1987).

3.2 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESES

O problema desta pesquisa concentra-se na provisão de áreas de lazer, equipamentos e serviços urbanos oferecidos aos moradores de conjuntos habitacionais de baixa renda.

Foi estabelecido a partir de uma constatação na literatura sobre deficiências existentes em conjuntos habitacionais, quanto a provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer e recreação para os moradores destes conjuntos, bem como na falta de coerência em definir os critérios geralmente utilizados para estabelecer normas urbanísticas utilizadas para a implantação destes equipamentos nestas áreas da cidade.

Parte-se da premissa de que na maioria dos conjuntos habitacionais a existência destes equipamentos dá-se de forma deficiente, fazendo com que seus moradores supram suas necessidades através da adaptação da situação existente de forma a criar a infra-estrutura necessária para a realização das atividades desejadas.

Portanto, esta investigação trata da provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais e seus efeitos na intensidade de relacionamento social entre os moradores e na avaliação de desempenho desses conjuntos, analisando também se existe correspondência com algumas das diferentes propostas sugeridas na literatura para determinar a implantação destes equipamentos nos conjuntos habitacionais. O trabalho consiste de uma avaliação comparativa entre estudos de quatro conjuntos habitacionais existentes no município de Bagé-RS.

Para alcançar os objetivos desta investigação fez-se necessário: analisar as normas urbanísticas vigentes a partir de um estudo comparativo sobre legislações urbanísticas que tratam da implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos em áreas residenciais constituídas por conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda; explorar as relações existentes entre a provisão de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos - tais como áreas de pequeno comércio e serviços, escola de 1º grau, centro de educação infantil, posto de saúde, praças para recreação e lazer - e a maneira como os moradores dos conjuntos habitacionais percebem, se apropriam e avaliam o ambiente residencial em que vivem; avaliar o nível

de dependência ou interrelação que os moradores destes conjuntos habitacionais têm com outras áreas da cidade, decorrente da inexistência ou provisão inadequada dos serviços e infra-estrutura básicos para a realização das atividades necessárias, opcionais e sociais da população moradora dos conjuntos.

Pretende investigar as seguintes hipóteses:

- se a quantidade e a qualidade de áreas de lazer afeta a interação social da comunidade de conjuntos habitacionais;
- se a qualidade e a quantidade de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer influenciam na avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais;
- se a adequação dos equipamentos, serviços e áreas de lazer disponibilizados para os moradores de conjuntos habitacionais afeta a intensidade de uso de equipamentos, serviços e áreas de lazer localizados distantes do conjunto;

Apresenta-se a seguir uma breve descrição do estudo de caso, e da seleção da amostra a ser considerada nesta pesquisa.

3.3 ESTUDO DE CASO

Inicialmente faz-se necessário apresentar as razões que levaram à escolha da investigação dos conjuntos habitacionais de baixa renda no município de Bagé-RS.

3.3.1 Breve descrição do município de Bagé-RS

O município de Bagé, está localizado na fronteira Sul do estado do Rio Grande do Sul, é vizinho ao Uruguai (República Oriental del Uruguay), distando 60 Km da fronteira (onde está o município de Aceguá) (ver figura 01). Tem uma população de aproximadamente 120.000 habitantes (118.767 em 2000 (IBGE)), uma densidade demográfica de 11,80% hab./Km² (a menor do RS).

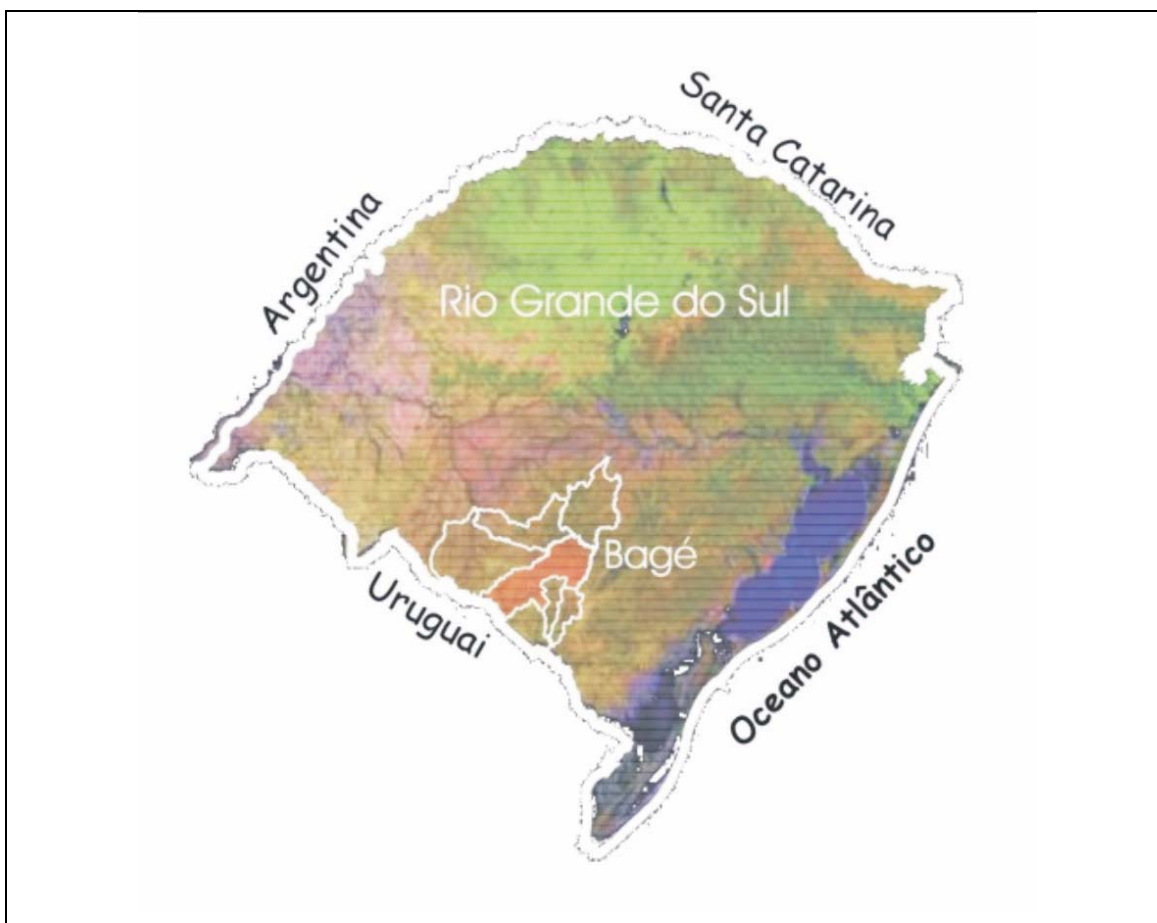


Figura 1: Mapa de localização do município de Bagé no RS

Fonte: CAU-URCAMP, 2003

Bagé está localizada na chamada Região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), é o município pólo, com 55,49% da população desta região.

A base de sua economia é a agropecuária, que representa 3% da economia do Estado. Praticamente a metade da região é ocupada por grandes propriedades rurais, cujo principal produto é o arroz e a principal atividade é a pecuária de corte. Mais recentemente percebe-se um incentivo à economia da região com a implantação da fruticultura e da vitivinicultura, atividades que devem estimular a economia do município.

Quanto à estrutura urbana, Bagé teve na sua origem a característica do traçado xadrez, hoje marcado na área antiga da cidade (do Cemitério à Igreja Matriz), e no núcleo central composto pelas ruas principais (ver Figura 2). O restante, ou seja, os bairros mais afastados e mais recentes, têm seu traçado orgânico, totalmente desconectados do xadrez original. Por este motivo, é comum entre os bageenses (principalmente técnicos e pessoas ligadas à

questão urbana), dizer que a planta do município tem a forma de uma “aranha”, onde o corpo seria o traçado xadrez e as pernas, os bairros de traçado orgânico e mais afastados do centro.

Um novo Plano Diretor para o município de Bagé/RS está atualmente em fase de elaboração, já que o Plano atual vigente no município foi elaborado em 1973. Neste Plano não está especificada, de forma detalhada e clara, nenhuma norma que contemple a distribuição de equipamentos e serviços urbanos na cidade, que se reflete na carência de alguns equipamentos destinados à população de baixa renda nos conjuntos habitacionais aqui estudados.

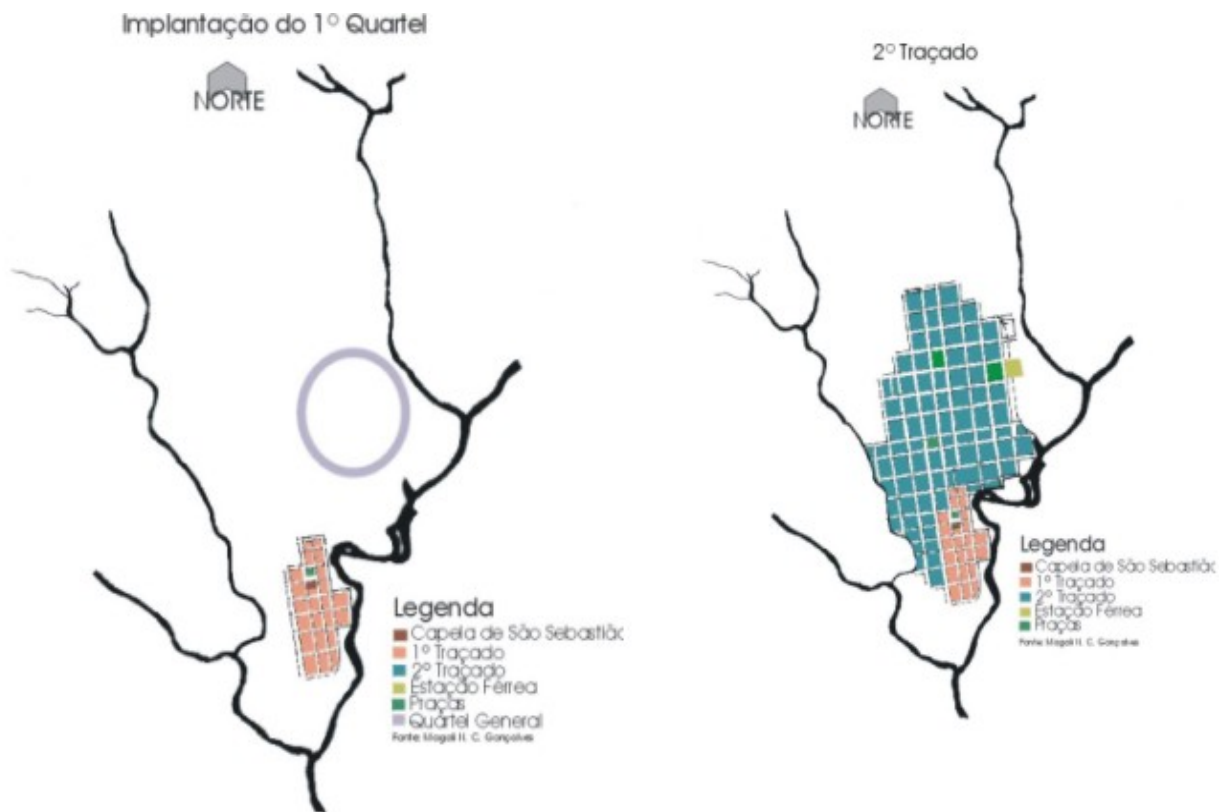


Figura 2: Evolução do traçado urbano de Bagé/RS

3.3.2 Definição do estudo de caso: conjuntos habitacionais localizados na cidade de Bagé/RS

A partir da década de 70 houve o crescimento desordenado do município de Bagé com a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais distantes da área central, dificultando a criação e manutenção da infra-estrutura e provocando o aparecimento de grandes vazios urbanos. A implantação dos conjuntos habitacionais deu-se de forma aleatória, ou seja, é questionável até que ponto houve um estudo de localização, pois nota-se que grande parte destes estão localizados na periferia do município, distantes do centro da cidade e desprovidos de infra-estrutura e serviços necessários à população.

Existem no município de Bagé, onze conjuntos habitacionais de baixa renda, implantados desde a década de 70, por diferentes cooperativas, a COHAB e o programa PROMORAR (vide tabela 1).

O projeto implantado pela COHAB (o único desta cooperativa no município) é um conjunto habitacional de blocos de apartamentos de quatro pavimentos cada um. Os outros conjuntos habitacionais existentes no município foram implantados pela PROMORAR (programa federal), totalizando dez conjuntos, cuja tipologia são casas isoladas no terreno.

Na tabela abaixo estão relacionados os onze conjuntos habitacionais existentes no município.

Tabela 3: Relação dos onze conjuntos habitacionais existentes em Bagé/RS.

CONJUNTOS HABITACIONAIS	ANO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	Nº RESIDÊNCIAS
NÚCLEO NEY AZAMBUJA	1980	COHAB	Blocos de apartamentos	576unidades
ARVOREZINHA	1981	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	458unidades
PASSO DAS PEDRAS	1981	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	983unidades
HABITAR BRASIL	1999	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	385unidades
MORGADO ROSA	1985	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	685unidades
PRAADO VELHO	1981	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	730unidades
IVO FERRONATO	1985	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	659unidades
CONJUNTOS HABITACIONAIS	ANO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	Nº RESIDÊNCIAS
VILA KENNEDY	1ªetapa1965 2ªetapa1978	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	101unidades
MASCARENHAS DE MORAES	1ªetapa1969 2ªetapa1975	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	1ªetapa 237u 2ªetapa175u
STAND	1981	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	473unidades
HIDRÁULICA	1981	PROMORAR	Casas isoladas no terreno	459unidades

3.3.3 Critérios para a seleção da amostra

Pela indisponibilidade de tempo necessário para avaliar os onze conjuntos habitacionais existentes no município, foi selecionada uma amostra representativa de conjuntos habitacionais existentes no município: habitação multifamiliar (blocos de apartamentos) e unifamiliar (casas isoladas no terreno); conjuntos com equipamentos e serviços urbanos disponíveis; localização do conjunto em relação ao centro da cidade; conjuntos desprovidos de alguns equipamentos e serviços urbanos.

A seleção foi baseada na definição de três categorias de análise, que estão relacionadas às características tipológicas (blocos de apartamentos e casas isoladas), existência de equipamentos e serviços urbanos, nível de manutenção dos conjuntos e nível de organização da comunidade.

Dos onze conjuntos habitacionais existentes, foram selecionados os seguintes:

- 1) **Núcleo Dr. Ney Azambuja (COHAB):** Condomínio vertical com blocos de 04 pavimentos, este é o único exemplar de habitação multifamiliar, com equipamentos e serviços urbanos disponíveis.
- 2) **Núcleo Ivo Ferronato:** Conjunto habitacional formado por casas isoladas no terreno, desprovido de algum tipo de equipamento urbano, distante do centro da cidade.
- 3) **Promorar Prado Velho:** Conjunto habitacional formado por casas isoladas no terreno, com equipamentos e serviços urbanos disponíveis, mas distante do centro da cidade.
- 4) **Promorar Stand:** Conjunto habitacional formado por casas isoladas no terreno, com equipamentos e serviços urbanos disponíveis, mas distante do centro da cidade.

No mapa abaixo (Figura 3) as áreas em vermelho indicam a localização dos onze conjuntos habitacionais na cidade. E as áreas numeradas mostram os conjuntos habitacionais a serem estudados nesta pesquisa: **(1)** Núcleo Ney Azambuja-COHAB, **(2)** Núcleo Ivo Ferronato, **(3)** Promorar Prado Velho e **(4)** Promorar Stand.

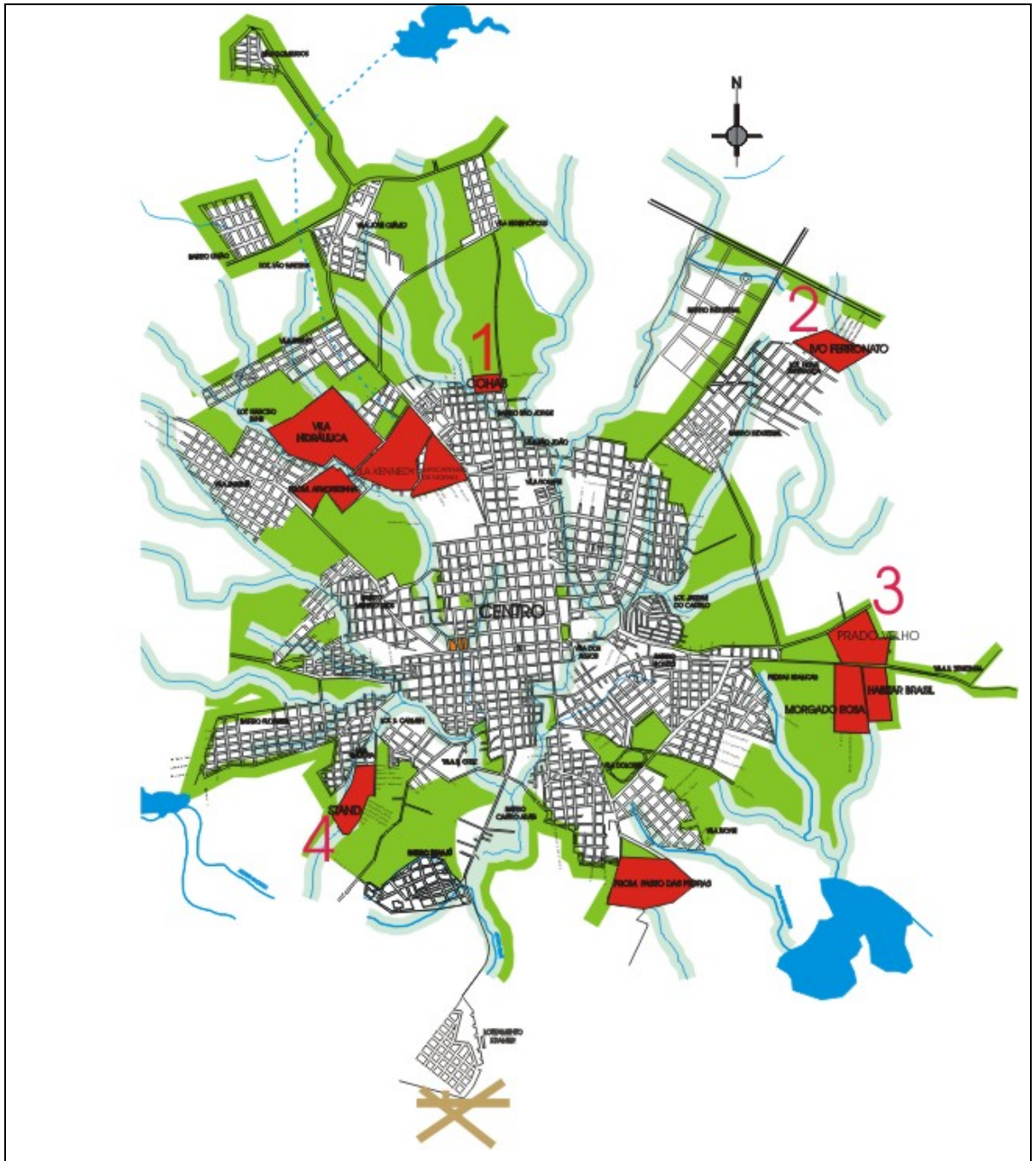


Figura 3: Localização dos conjuntos habitacionais na cidade de Bagé/RS

3.3.4 Descrição dos conjuntos habitacionais

3.3.4.1 Núcleo Dr. Ney Azambuja (COHAB)

Este é o único exemplar de habitação multifamiliar existente no município de Bagé, construído em 1980, configurado por 576 apartamentos de um, dois e três dormitórios, distribuídos em blocos de apartamentos de quatro

pavimentos (Figuras 4 e 5), com uma população de aproximadamente 2.400 pessoas, localizado ao norte do município, no bairro São Jorge, limite do perímetro urbano, distando aproximadamente 1,5 Km do centro da cidade. Nele terminam duas das principais avenidas da cidade, a Av. Tupy Silveira (Figura 6) e a Av. Marechal Floriano (Figura 7), o que faz com que o acesso ao centro da cidade seja facilitado.



Figura 4: Foto aérea do conjunto habitacional Ney Azambuja

Possui uma praça com poucos brinquedos infantis, bancos e uma parada de ônibus e localiza-se ao lado da escola estadual de ensino fundamental – CAIC (Centro de Atendimento Integrado à Criança), que atende a população do conjunto habitacional e moradores dos bairros vizinhos. Também nesta escola funciona o posto de saúde disponível para atender os moradores deste conjunto e dos bairros vizinhos.



Figura 5: Imagem de satélite do Núcleo Ney Azambuja
 Fonte: Prefeitura Municipal de Bagé, 2004.



Figura 6: Av. Tupy Silveira – com pavimentação
 – Núcleo Ney Azambuja



Figura 7: Av. Marechal Floriano –sem
 pavimentação – Núcleo Ney Azambuja

Alguns dos espaços vazios entre os prédios, sem nenhum tratamento, são utilizados como estacionamento para os carros dos moradores. Neste conjunto, observa-se os acréscimos nos apartamentos térreos feitos pelos moradores, transformados em churrasqueiras, áreas de serviço, etc.

Quanto às medidas das ruas, observa-se uma pequena variação. as faixas de rolamento das avenidas Tupy Silveira e Marechal Floriano medem em 10 metros e as calçadas aproximadamente 1,50 metros. As calçadas não são pavimentadas, a rua Roberval Carvalho e a avenida Marechal Floriano são pavimentadas com paralelepípedo regular e a rua Álvaro Aires Machado e a avenida Tupy Silveira não são pavimentadas.

3.3.4.2 Núcleo Ivo Ferronato

Conjunto habitacional formado por 859 casas isoladas no terreno, construído em 1985, com uma população de aproximadamente 3.500 pessoas, localizado na entrada do município, há aproximadamente 4 Km do centro da cidade (Figura 8). Possui escola municipal de ensino fundamental, centro comunitário e posto de saúde. No mesmo prédio onde funciona o posto de saúde são realizados cursos profissionalizantes organizados pela Pastoral da Terra (organização religiosa administrada por freiras do município).

Recentemente foi inaugurada a “Casa da Família”, que faz um cadastramento das famílias do conjunto, prestando serviços de psicologia e assistência social, e faz o encaminhamento dessas famílias aos programas sociais desenvolvidos pela prefeitura tais como “bolsa-família”, “Repartir o pão”, “horta caseira”, etc.

Este conjunto habitacional não possui creche. A creche mais próxima utilizada pelas crianças está localizada em outro bairro, há aproximadamente 2 Km de distância.

Quanto às medidas dos lotes e ruas, observa-se uma pequena variação. Os lotes medem entre 10x20m a 10x26m, as faixas de rolamento das ruas medem em torno de 7 metros (também há uma variação), e as calçadas aproximadamente 2,30 metros. As calçadas não são pavimentadas, as ruas são em asfalto em más condições.



Figura 8: Imagem de satélite do conjunto habitacional Ivo Ferronato
Fonte: Prefeitura Municipal de Bagé, 2004.

3.3.4.3 Promorar Prado Velho

Conjunto habitacional formado por 730 casas isoladas no terreno, com uma população de aproximadamente 3.000 pessoas, localizado há aproximadamente 3 Km do centro da cidade (Figura 9). Possui escola municipal de ensino fundamental, centro comunitário, centro de educação infantil (creche) e posto de saúde que são utilizados pelos moradores do bairro e também pela população de dois bairros vizinhos desprovidos de equipamentos como creche e posto de saúde. Neste conjunto também foi inaugurada recentemente a “Casa da Família”, com a mesma finalidade e as mesmas atividades desenvolvidas no Ivo Ferronato.

É um dos conjuntos habitacionais mais antigos do município (1981), (Figura 10), e a maioria das casas apresenta alterações de área. Possui vegetação abundante com árvores de grande porte (copa de até oito metros), que proporcionam conforto ambiental nos passeios e lotes do conjunto.

Quanto à medida dos lotes existe uma variação, alguns com 9 x 15m outros com 10 x 20m. As ruas têm uma largura aproximada de 6 metros, e as calçadas aproximadamente 2 metros, e não são pavimentadas.



Figura 9: Imagem de satélite do conjunto habitacional Prado Velho e entorno
Fonte: Prefeitura Municipal de Bagé, 2004.



Figura 10: Tipologia das casas do Prado Velho, pela data de construção a maioria das unidades residenciais já sofreram alterações na planta original

3.3.4.4 Promorar Stand

Conjunto habitacional formado por 473 casas isoladas no terreno, com uma população de aproximadamente 1.900 pessoas, em área localizada há aproximadamente 2 Km do centro da cidade (Figura 11). Possui escola municipal de ensino fundamental, centro de educação infantil (creche), e associação de moradores. Uma característica marcante neste conjunto é a limpeza observada nas ruas, e manutenção das casas do conjunto habitacional. Juntamente com o Prado Velho, é um dos conjuntos mais antigos do município (1981). Possui vegetação abundante com árvores de grande porte (copa de até oito metros), que proporcionam conforto ambiental nos passeios e lotes do conjunto.

Quanto à medida dos lotes, 155 lotes medem 10x25m, e 318 lotes medem 10x20m. As ruas e as calçadas não são pavimentadas. A largura média das faixas de rolamento é de 6m e as calçadas 2m. O estado de conservação das ruas é extremamente precário.



Figura 11: Imagem de satélite do conjunto habitacional Stand
Fonte: Prefeitura Municipal de Bagé, 2004.

3.4 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

Com o objetivo de investigar os conjuntos habitacionais selecionados para a amostra, foram utilizados diversos métodos de coleta de dados.

Os métodos qualitativos (como entrevistas e observações de comportamento), permitiram esclarecer alguns aspectos que os dados coletados através de métodos quantitativos (como os questionários) não permitem tratar com maior detalhamento.

Neste estudo foram utilizados levantamento de arquivo, entrevistas, questionários, levantamento físico através de levantamento fotográfico e medições, observações de comportamento, que possibilitaram cruzar as informações e dar maior confiabilidade às análises.

Para alcançar os objetivos foram estabelecidas as seguintes etapas de investigação.

3.4.1 Levantamento de arquivo

A primeira etapa consiste no levantamento dos dados de arquivo, tais como: mapas e plantas originais dos conjuntos habitacionais a serem investigados, fotos de satélite, bem como a identificação dos critérios adotados para distribuição e localização e da disponibilidade de equipamentos, serviços urbanos e áreas de lazer existentes em cada um dos conjuntos.

3.4.2 Levantamento Físico

A segunda etapa consiste no levantamento dos aspectos físicos do sítio, realizado em cada um dos conjuntos habitacionais selecionados, através da verificação dos usos do solo, da medição das alterações feitas nas edificações e espaços abertos a partir das plantas originais e do levantamento fotográfico dos conjuntos habitacionais. Incluiu também o levantamento do mobiliário urbano, vegetação existente, nível de manutenção das áreas públicas dos conjuntos, vias de circulação de veículos e pedestres. Esse levantamento foi registrado através de anotações em plantas e levantamento fotográfico, com o objetivo de produzir plantas atualizadas dos conjuntos habitacionais.

O levantamento físico dos conjuntos habitacionais foi realizado com o objetivo de identificar de que forma os moradores adaptam os espaços comunais do conjunto às suas necessidades, e de que forma se apropriam desses espaços, convivendo com suas características físicas.

3.4.3 Observações comportamentais

Observação de comportamento é um método que consiste no registro das atividades que ocorrem no ambiente construído, permitindo ao pesquisador identificar a maneira como o espaço é utilizado.

As observações permitem identificar como indivíduos e grupos de indivíduos usam o ambiente construído, quais atividades realizadas pelos moradores, e restrições do espaço que estão utilizando, visto que o mapa comportamental é baseado em uma análise visual do observador (REIS & LAY

(1995). Foram observados indivíduos isolados e em grupos, de diferentes faixas etárias, a partir da definição de categorias de comportamento.

As observações são registradas em mapas comportamentais elaborados a partir de cada observação realizada. Essa técnica deve ser complementada pela aplicação de questionários, para que o pesquisador entenda o porquê das atividades acontecerem de determinada maneira e não de outra.

As observações comportamentais foram realizadas em duas etapas. Na primeira, foram feitas as observações preliminares nos conjuntos habitacionais para definir as áreas em que seriam realizadas as observações. Em todos os conjuntos, o percurso estabelecido inclui as ruas de maior movimento de pedestres, preferencialmente aquelas onde estão localizados os equipamentos urbanos do conjunto (tais como creche, escola, posto de saúde e centro comunitário) e a rua de acesso ao conjunto. Em uma segunda etapa, foram realizadas as observações sistemáticas, com base nos mapas dessas áreas, produzindo os mapas comportamentais. Essas observações foram realizadas durante duas semanas ininterruptas, totalizando 28 mapas comportamentais por conjunto habitacional, considerando duas observações a cada dia, pela manhã e à tarde. Os horários de observação contemplavam a saída das crianças das escolas, e a volta dos adultos do trabalho. Os mapas comportamentais foram complementados com fotografias.

As observações foram realizadas durante o mês de abril (abrangeu o feriado da Páscoa), com temperaturas mais amenas nos finais de tarde, mas ainda altas nos finais da manhã (em torno de 28°C). Durante os dias de observação também houveram dias de chuva, alternados, ora pela manhã, ora pela tarde, totalizando dois períodos de observações afetadas pela chuva.

Para registrar a faixa etária dos usuários e os tipos de atividades realizadas, foram utilizados códigos com cores e formas diferenciadas, que auxiliaram na diferenciação dos usuários observados.

1) Usuários - foram consideradas as seguintes faixas etárias: 0 a 5 anos (amarelo), 6 a 11 anos (azul), 12 a 18 anos (vermelho), 19 a 40 anos (verde claro), 41 a 60 anos (marrom) e acima de 60 anos (verde escuro). Adotou-se essa divisão por identificar em observações preliminares, a diferença de atividades realizadas pelos moradores. Não foi perguntada a idade a cada um, apenas observada a aparência do usuário.

2) Atividades – para a identificação das atividades desenvolvidas pelos usuários, foi adotada a seguinte simbologia: caminhar (tracejado), brincar/andar de bicicleta/correr (triângulo), conversar/sentar/tomar chimarrão (quadrado) e trabalhar (círculo).

3.4.4 Entrevistas

A entrevista é um método de coleta de dados que tem a vantagem de poder esclarecer eventuais distorções da interpretação de observações ou das respostas dos questionários. Permite uma abordagem mais aprofundada de determinadas questões que não são explicadas nos questionários ou nas observações (REIS e LAY, 1995).

A característica principal das entrevistas é o contato direto do entrevistador com o entrevistado. As entrevistas são abertas, feitas de maneira informal, onde o entrevistado expõe suas opiniões sobre diversos aspectos relativos ao ambiente em estudo. Não foram feitas entrevistas estruturadas, mas sim de maneira informal, quando os respondentes terminavam os questionários, alguns continuavam uma conversa informal, descrevendo o seu conjunto habitacional, as preferências e comentários a respeito de aspectos considerados negativos e positivos em relação aos outros moradores e a características físicas do conjunto.

3.4.5 Questionários

Os questionários são utilizados para descobrir regularidades entre grupos de pessoas através da comparação das respostas dadas a um mesmo conjunto de perguntas feitas para um número representativo e significativo de respondentes. As questões são formuladas para medir as reações comportamentais, as atitudes e o nível de satisfação dos usuários em relação a aspectos funcionais, técnicos e comportamentais do ambiente construído (LAY e REIS, 1994, p.41).

Conforme Lay e Reis (1994, p.42), para a aplicação de questionários em usuários de renda média-baixa, o contato entre o pesquisador e o respondente parece ser a forma mais apropriada para garantir um bom entendimento das perguntas e o retorno dos questionários. Portanto, para

aplicação dos questionários foi determinada uma amostra da população destes conjuntos e os questionários foram aplicados pela pesquisadora.

Para obter resultados confiáveis, os questionários foram aplicados à uma amostra representativa da população de cada conjunto, em indivíduos com idade acima de 17 anos.

No Ney Azambuja e no Ivo Ferronato a maioria dos respondentes estava na faixa de 19 a 40 anos, enquanto que no Prado Velho e no Stand a faixa etária predominante dos respondentes foi dos 41 aos 60 anos.

No caso do conjunto de blocos de apartamentos, a definição dos respondentes que fizeram parte da amostra foi efetuada com base nos seguintes critérios:

- os residentes de blocos de apartamentos são representativos dos moradores dos diferentes andares;
- apartamento com vista para áreas verdes;
- apartamento com vista para os outros blocos;
- apartamento com vista para a avenida principal;
- apartamento com vista para espaços abertos onde são realizadas atividades;
- e pela proximidade entre o apartamento e os equipamentos urbanos existentes no conjunto.

Os respondentes dos conjuntos habitacionais de casas isoladas no terreno foram representativos:

- com relação à proximidade de suas casas a equipamentos e serviços urbanos oferecidos no conjunto;
- das visuais desde sua casa para o colégio, a creche, o posto de saúde, etc;
- e se estão localizados no centro ou na periferia do conjunto em que moram.

Cabe aqui salientar que no Núcleo Ivo Ferronato, identificado como um dos conjuntos habitacionais do município com maiores índices de violência, esses critérios não puderam ser totalmente obedecidos. Só foram aplicados questionários nas residências cujos moradores estavam na porta de sua casa.

3.5 PERFIL DOS MORADORES

Na revisão da literatura foi identificado que as características individuais dos usuários pode interferir na forma de apropriação e uso, no desempenho dos conjuntos habitacionais e no tipo de atividade desenvolvida pelos usuários. A seguir são apresentadas as características dos moradores dos conjuntos habitacionais investigados, como a predominância de diferentes faixas etárias, nível escolar, renda, tempo de moradia.

3.5.1 Faixa etária dos moradores

A partir da amostra selecionada, nota-se que as crianças com menos de 5 anos, e entre 6 e 11 anos estão presentes em maior número no Ivo Ferronato. Os adolescentes e jovens aparecem em maior número no Stand , e em menor número do Ney Azambuja. Os idosos aparecem em maior número no Ney Azambuja e no Stand.

3.5.2 Densidade de ocupação da moradia

Analisando a composição das famílias desses conjuntos habitacionais, a média é de quatro pessoas por domicílio, mas existem casos de domicílios com até nove pessoas, encontrados nos conjuntos Prado Velho (3,3% da amostra) e Stand (3,3% da amostra).

Na tabela abaixo é possível verificar o número de moradores por domicílio nos conjuntos habitacionais.

Tabela 4: Total de moradores por domicílio nos conjuntos habitacionais

Conjunto habitacional	Total de moradores por domicílio								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Ney Azambuja	23,3% (7)	26,7% (8)	26,7% (8)	20% (6)	-	3,3% (1)	-	-	-
Ivo Ferronato	3,3% (1)	16,7% (5)	20% (6)	33,3% (10)	13,3% (4)	3,3% (1)	3,3% (1)	6,7% (2)	-
Prado Velho	10% (3)	10% (3)	16,7% (5)	26,7% (8)	20% (6)	10% (3)	-	-	6,7% (2)

Stand	10%	16,7%	10%	23,3%	10%	20%	3,3%	3,3%	3,3%
	(3)	(5)	(3)	(7)	(3)	(6)	(1)	(1)	(1)

A partir do levantamento do número de moradores por domicílio, nota-se que o Ney Azambuja é o conjunto que possui maior número de moradores que moram sozinhos, e a faixa estaria desses moradores é a partir de 60 anos.

A maioria dos domicílios dos conjuntos tem quatro moradores, com exceção do Ney Azambuja, onde a maioria dos domicílios possuem três moradores. No Prado Velho, no Stand e no Ivo Ferronato foi possível encontrar até oito e nove moradores por domicílio.

3.5.3 Nível escolar

A escolaridade predominante nos respondentes dos conjuntos habitacionais investigados é até 1º grau. No Ney Azambuja 40% da amostra tem escolaridade até o 2º grau. Existem moradores analfabetos no Ivo Ferronato (16,7% da amostra), e no Prado Velho (6,7% da amostra). A tabela abaixo mostra a distribuição da escolaridade nos conjuntos habitacionais.

Tabela 5: Nível escolar dos respondentes nos conjuntos habitacionais

Escolaridade por conjunto	Nível escolar dos respondentes			
	Nunca foi à escola	Até 1º grau	Até 2º grau	Até 3º grau
Ney Azambuja	-	56,7% (17)	40% (12)	3,3% (1)
Ivo Ferronato	16,7% (5)	56,7% (17)	26,7% (8)	-
Prado Velho	6,7% (2)	83,3% (25)	6,7% (2)	3,3% (1)
Stand	-	86,7% (26)	13,3% (4)	-

3.5.4 Renda familiar

A renda familiar predominante é entre 1 e 3 salários mínimos nos conjuntos Ney Azambuja, Prado Velho e Stand. A renda mais baixa concentra-se no Ivo Ferronato (até 1 salário mínimo), e as rendas mais altas aparecem no Ney Azambuja, no Prado Velho e no Stand. A figura abaixo ilustra a distribuição de renda nos conjuntos.

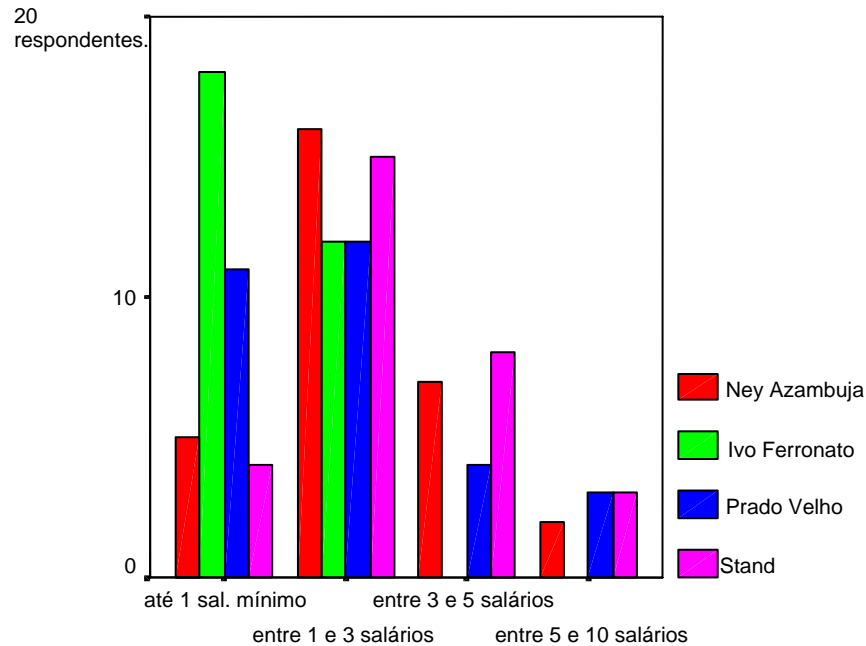


Figura 12: Distribuição de renda nos conjuntos habitacionais (na linha vertical aparece o nº de respondentes)

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados levantados através dos diferentes métodos de investigação, permite interpretar e explicar as informações coletadas, com o objetivo de responder às questões formuladas no trabalho. As informações coletadas através dos questionários, foram analisadas através de testes estatísticos não-paramétricos que permitem identificar as relações entre as variáveis investigadas. A estatística não-paramétrica não assume um comportamento normal de distribuição da freqüência de dados (p.ex., médias e desvios padrões não são aplicáveis) e permite inferências independentemente das características ou da forma de distribuição da freqüência dos resultados. Os resultados obtidos através dos questionários são interpretados de acordo com a natureza das variáveis e de acordo com os tipos de testes realizados.

Os dados obtidos através dos questionários (dados quantitativos), foram tabulados através do programa estatístico SPSS/PC. Foram realizados testes Kruskal-Wallis, tabulação cruzada e freqüências, e teste de correlação Spearman. É importante salientar que alguns dos testes de correlação

(Spearman) e testes Kruskal-Wallis realizados não foram significantes, cujos resultados podem ter sido afetados pelo tamanho reduzido da amostra.

A análise dos dados levantados através de observações de comportamento, foi efetuada através de mapas comportamentais.

3.7 SUMÁRIO DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi apresentada a metodologia utilizada que inclui a descrição do estudo de caso, definição de critérios para a seleção da amostra, e os métodos para coleta e análise dos dados coletados.

No próximo capítulo são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da metodologia, que permitiram a avaliação dos conjuntos habitacionais investigados nesta pesquisa, assim como medir o impacto causado pela provisão e/ou inadequação dos equipamentos urbanos, serviços e espaços abertos comunais existentes nos conjuntos habitacionais e entorno imediato.

4. ANÁLISE DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da investigação obtidos através dos diversos métodos utilizados (levantamento físico, questionários, entrevistas e observações de comportamento), com o propósito de explorar as hipóteses levantadas sobre as relações existentes entre aspectos sociais, econômicos, quantidade, qualidade, localização, manutenção, aparência, imagem, interação social e intensidade de uso dos espaços abertos comunitários e equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais estudados.

As relações contidas nas hipóteses são investigadas através da avaliação de desempenho dos espaços abertos coletivos e equipamentos urbanos existentes nos conjuntos habitacionais, considerando as características físico-espaciais dos conjuntos avaliados e o perfil comportamental dos moradores de cada área.

Inicialmente procede-se a verificação da primeira hipótese da pesquisa, que diz respeito à investigação das relações entre a quantidade e a qualidade dos espaços abertos comunitários nos conjuntos habitacionais, e a interação social da comunidade desses conjuntos. A segunda hipótese trata da influência da quantidade e qualidade de equipamentos urbanos tais como, escola, creche, posto de saúde e centro comunitário, na avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais. E a terceira hipótese investiga se a intensidade de uso dos equipamentos e serviços urbanos e espaços abertos comunitários localizados no centro da cidade é afetada e/ou influenciada pelas distâncias entre os

equipamentos e serviços disponibilizados para os moradores nas áreas residenciais.

4.2 RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE DE ÁREAS DE LAZER E INTERAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE

Para a investigação da hipótese de que “*a quantidade e a qualidade das áreas de lazer afeta a interação social da comunidade de conjuntos habitacionais*”, foi necessário verificar as características físicas e espaciais das áreas selecionadas, identificar os espaços abertos coletivos utilizados pela população para realizar as atividades de recreação e lazer, e a forma de apropriação e manutenção dos espaços abertos destes conjuntos habitacionais.

4.2.1 Características físico-espaciais dos conjuntos habitacionais

Primeiramente são apresentadas as características físico-espaciais identificadas através do levantamento físico dos conjuntos habitacionais, tais como ruas, calçadas, arborização, características físicas e de uso das edificações e espaços abertos coletivos existentes, e nível de geral de manutenção do conjunto.

1) Núcleo Dr. Ney Azambuja



Figura 13: Departamento de Tradições Gaúchas - DTG



Figura 14: Praça



Figura 15: CAIC (escola, posto de saúde e creche)

Este conjunto é formado por doze conjuntos de blocos, totalizando 576 apartamentos utilizados por uma população moradora de aproximadamente 2300 habitantes, há uma distância aproximada de 1,5 Km do centro da cidade.

O conjunto está localizado ao lado do Centro de Atendimento Integrado à Criança (CAIC), cujos serviços atendem aos moradores do conjunto habitacional e dos bairros vizinhos. No CAIC (figura 15), além da escola de ensino fundamental, está localizado o posto de saúde, o grupo de idosos que oferece várias atividades aos moradores desta faixa etária, e um galpão onde funciona o DTG (Departamento de Tradições Gaúchas) (Figura 13), construído recentemente com a ajuda de alguns moradores do conjunto habitacional (na maioria jovens de 17 a 22 anos) e da direção da escola. A escola abriga ainda o projeto “Escola Aberta”, abrindo nos fins de semana para oferecer atividades de lazer para a comunidade, principalmente às crianças.

As ruas do conjunto são, em sua maioria, pavimentadas com paralelepípedos. Apenas as ruas Álvaro Aires Machado e Roberval Carvalho não são pavimentadas. O interior dos quarteirões, ou seja, as áreas semi-privadas existentes entre os blocos de apartamentos, não possuem pavimentação, com exceção dos caminhos que dão acesso aos blocos de apartamentos, os quais são pavimentados com cimento, porém encontram-se em mau estado de conservação. Somente na Av. Marechal Floriano e na Rua Roberval Carvalho existem calçadas pavimentadas, no restante não existem calçadas demarcadas.

O conjunto possui uma praça (Figura 14), que consiste no espaço aberto semi-público destinado a realização de atividades de recreação e lazer da população. O mobiliário da praça resume-se a alguns brinquedos para crianças, que consistem de três balanços e um escorregador, e doze bancos, todos em mau estado de conservação. Segundo os comentários de alguns moradores, embora exista a intenção de manter a praça em boas condições, as iniciativas não duram muito tempo, e os próprios moradores deixam de auxiliar na sua preservação. Há também no mesmo quarteirão da praça, uma quadra de vôlei de areia, e uma “área verde” com dois bancos, totalmente deslocados do restante da praça. Percebe-se que a idéia inicial de projeto não foi concluída, ficando essas áreas residuais sem maior aproveitamento por parte dos moradores.



Figura 16: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Ney Azambuja

As árvores existentes no conjunto são de grande porte, provavelmente da época de implantação do conjunto (1980). Algumas estão localizadas próximas aos blocos de apartamentos, e três delas estão localizadas na praça, proporcionando boa sombra para quem a utiliza.

No lado oposto à praça, na Av. Marechal Floriano, existe uma área vazia, onde segundo o projeto, estava prevista a construção do centro comunitário, que nunca foi executado. Esta área vazia, muitas vezes serve como depósito de lixo. Nela existe um trailer de lanches, localizado no passeio público, junto ao limite com a área vazia, que serve de local de lazer e socialização para os homens com faixa etária a partir de 25 anos.

As áreas semi-privadas (entre os blocos) não possuem bancos ou recantos apropriados que propiciem convívio entre os moradores. Apesar disso observa-se que é o local utilizado pelos moradores de diversas faixas etárias para realizar as atividades de lazer diárias, como conversar e tomar chimarrão,

e local de brincadeira das crianças. Estas áreas também servem para os moradores pendurarem roupas para secar, e como local de estacionamento para os moradores que tem carro (Figuras 17 e 18).

Neste conjunto habitacional, observa-se a existência de “acréscimos” em alguns apartamentos térreos, com construções que abrigam, principalmente, áreas de serviço e churrasqueiras (Figura 19). Essas intervenções são similares àquelas identificadas na revisão da literatura (vide capítulo dois), que consistem de ações individualistas realizadas em benefício próprio, independente da opinião dos outros moradores do conjunto. As conseqüências dessas alterações são quase sempre negativas: modificam a aparência das edificações e do conjunto como um todo, atrapalham na circulação das pessoas, diminuem a área de espaços abertos coletivos. Quando isto ocorre, percebe-se a diminuição das áreas semi-privadas, que passam a ser privadas, pertencendo a um único apartamento.



Figura 17: área entre os blocos utilizada para estender roupas

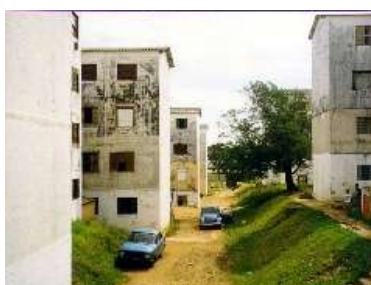


Figura 18: área entre os blocos utilizada para estacionamento



Figura 19: acréscimos nos apartamentos térreos

O conjunto é bem servido de transporte público, através de uma linha de ônibus que atravessa a cidade, passando pelo centro. A parada de ônibus está localizada na praça, e é suficiente para atender aos moradores, bem centralizada no conjunto, sendo ali o “fim da linha” da empresa de transporte que atende este bairro.

Quanto ao comércio existente no conjunto, constata-se que existe um pequeno comércio nas redondezas, ou seja, em ruas próximas ao conjunto, caracterizado por mercearias, padaria, e um supermercado de médio porte localizado há cinco quarteirões dos blocos de apartamentos.

2) Núcleo Ivo Ferronato

Conjunto habitacional formado por 859 casas isoladas no terreno, com uma população aproximada de 3.450 pessoas, localizado na entrada do município, há aproximadamente 4 Km do centro da cidade, teve sua construção concluída em 1985. A ligação do conjunto habitacional com o centro da cidade se dá através de ruas sem pavimentação e com muitos buracos, que atravessam a avenida de acesso à cidade (asfaltada), com grande fluxo de veículos (Figura 24).

Possui escola municipal de ensino fundamental (figura 20), centro comunitário (Figura 21) e posto de saúde (Figura 22). Em um mesmo prédio funciona o posto de saúde, e o centro comunitário, onde são realizados cursos profissionalizantes organizados pela Pastoral da Terra (organização religiosa administrada por freiras do município). Esta atividade estimula as relações sociais entre os moradores que freqüentam estes cursos. Recentemente foi inaugurada a “Casa da Família”, que atende as famílias carentes do conjunto, prestando serviços de psicologia e assistência social. Para instalação deste serviço, foi adaptada uma casa do próprio conjunto.



Figura 20: Escola de Ensino Fundamental

Figura 21: Centro comunitário

Figura 22: Posto de Saúde

Quanto às medidas dos lotes e ruas, possuem uma pequena variação. Os lotes medem entre 10x20m a 10x26m, as faixas de rolamento medem em torno de 7,00m (também há uma variação, com algumas bem mais estreitas chegando a medir 4,00m) e as calçadas tem aproximadamente 2,30m de largura. As ruas internas do conjunto são pavimentadas com um asfalto em péssimo estado de conservação com imensos buracos, e as calçadas não são pavimentadas.



Figura 23: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Ivo Ferronato

Os equipamentos urbanos existentes, tais como escola, posto de saúde e centro comunitário, estão localizados no maior quarteirão do conjunto, onde sobram grandes áreas vazias, ociosas, sem nenhuma atividade (Figura 23).

Quanto ao mobiliário urbano, telefones públicos (orelhões), paradas de ônibus, etc., percebe-se a grande deficiência neste conjunto. Existem poucos telefones públicos, apenas dois localizados em frente ao centro comunitário, e não existem paradas de ônibus devidamente sinalizadas, tornando difícil a sua identificação por não-moradores do conjunto.

Por ter sido recentemente implantado (foi um dos últimos construídos no município), o conjunto é desprovido de vegetação de porte. Existem poucas árvores, apenas pequenos arbustos estão localizados no interior dos lotes das residências.

Quanto ao comércio existente no conjunto, tem mercearias, padaria, e pequenos bares, os populares "botecos" (são aproximadamente quinze botecos), ponto de encontro dos homens moradores nesse conjunto (Figuras

25e 26). Geralmente, as residências são adaptadas para o funcionamento dessas atividades.



Figura 24: Acesso ao Ivo Ferronato



Figura 25: Armazém localizado junto à residência



Figura 26: "Boteco": local de reuniões dos homens do Ivo Ferronato

3) Promorar Prado Velho

Implantado em 1981, o conjunto habitacional é formado por 730 casas isoladas no terreno, com uma população aproximada de 2.900 pessoas, e está localizado há aproximadamente 3 Km do centro da cidade (Figura 30). Possui escola municipal de ensino fundamental (Figura 27), centro de educação infantil (creche) (Figura 28) e posto de saúde (Figura 29), que são utilizados pelos moradores do bairro e pela população dos dois bairros vizinhos localizados em frente ao conjunto, há uma distância de aproximadamente 500 metros, os quais são desprovidos destes equipamentos. Possui ainda um centro comunitário (Figura 31) e um prédio onde funciona a sede do time de futebol do conjunto habitacional (Figura 32).



Figura 27: Escola de Ensino Fundamental



Figura 28: Creche



Figura 29: Posto de Saúde



Figura 30 : Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Prado Velho

Recentemente foi inaugurada a Casa da Família, com os mesmos objetivos do conjunto Ivo Ferronato, e nas mesmas condições de instalação do Ivo Ferronato, ou seja, foi instalada em uma casa do próprio conjunto, localizada bem no centro do conjunto, há 200 metros do acesso principal (Figura 33).



Figura 31: Centro comunitário



Figura 32: Sede do time de futebol



Figura 33: Casa da Família

No mesmo quarteirão estão localizados lado a lado, o centro comunitário, a creche, a escola e a sede do time de futebol do bairro. Atrás destes equipamentos há uma enorme área vazia, onde acontecem os jogos de futebol nos fins de semana (Figura 33). Há também ao lado da creche uma área pavimentada que, conforme moradores, seria uma quadra esportiva que não foi devidamente executada: o piso de cimento encontra-se em más condições, e não possui traves para jogos ou qualquer estrutura que propicie lazer à população. Esta quadra é utilizada pelas crianças para brincadeiras como jogar bola, soltar pipa, etc (Figura 34).



Figura 34: Piso de cimento utilizado para as brincadeiras das crianças



Figura 35: Área vazia utilizada pelos moradores como campo de futebol

O mobiliário urbano existente é precário: existem quatro telefones públicos (orelhões) no conjunto, dos quais dois estão localizados em frente ao posto de saúde, um terceiro está localizado em uma das esquinas do conjunto, e próximo à escola está localizado o quarto telefone público. Somente uma das paradas de ônibus possui abrigo (em péssimo estado de conservação).

Nas paradas restantes não existe nenhuma sinalização, ou marcação, sendo reconhecidas apenas pelos moradores do conjunto.

A ligação deste conjunto habitacional com o centro da cidade se dá por uma estrada de terra, em péssimas condições de manutenção, que apresenta grande fluxo de veículos ligando quatro bairros de grande porte ao centro da cidade.

A arborização do conjunto é caracterizada por árvores de pequeno, médio e grande porte. Por ser um conjunto habitacional antigo, possui árvores de grande porte, com copas de até 8m de diâmetro. Algumas dessas árvores de grande porte, que propiciam uma área grande de sombra, estão localizadas ao lado da escola, local onde pessoas utilizam para conversar, principalmente os homens.

O comércio existente no conjunto caracteriza-se por mercearias, lancherias e um mercado de médio porte, localizados em unidades habitacionais do próprio conjunto, portanto sem uma distribuição estratégica (Figura 35).

4) Promorar Stand

Conjunto habitacional formado por 473 casas isoladas no terreno, com uma população aproximada de 1.900 pessoas, em área localizada há aproximadamente 1,2 Km do centro da cidade, teve sua construção concluída em 1981 (Figura 36). Possui escola municipal de ensino fundamental (figura 38), centro de educação infantil (creche) (Figura 37) e associação de moradores.

Uma característica marcante é a aparente manutenção das ruas e casas do conjunto habitacional. São raras as casas em más condições, com vidros quebrados, aberturas danificadas, etc.



Figura 36: Mapa do levantamento físico do conjunto habitacional Stand



Figura 37: Creche do Stand



Figura 38: Escola de Ensino Fundamental

Apesar da falta de locais destinados a atividades de lazer e contato social, percebe-se uma tentativa de organização dos pais junto à escola, com o intuito de realizar atividades comunitárias.

Também neste conjunto, a escola e creche localizam-se no mesmo quarteirão, e atrás destes equipamentos há uma grande área verde vazia, onde os jovens jogam futebol, servindo também de atalho de uma rua para outra (Figura 39).



Figura 39: Área vazia utilizada para jogos de futebol



Figura 40: Posto de Saúde utilizado pela população

O Posto de Saúde existente neste conjunto foi desativado na época em que estavam sendo aplicados os questionários. Um novo Posto foi inaugurado após a finalização do trabalho de campo, há uma distância de aproximadamente 500m do conjunto habitacional, com instalações mais amplas do que o posto recentemente desativado e com capacidade de atender aos quatro bairros vizinhos, em torno de 8.000 pessoas (Figura 40). Com o fechamento do posto de saúde do conjunto, houveram manifestações de

descontentamento por parte de alguns moradores, devido a necessidade de deslocamento para outro bairro, mesmo a distância sendo pequena.

O mobiliário urbano existente é precário, existem poucos telefones públicos (orelhões) e as paradas de ônibus não são sinalizadas e nem possuem abrigos.

A ligação deste conjunto habitacional com o centro da cidade se dá através de uma das vias com grande fluxo de veículos que dá acesso a área rural do município. O trecho da rua de ligação com o centro mais próximo ao conjunto não é pavimentado e apresenta manutenção deficiente.

A arborização deste conjunto é caracterizada por poucas árvores de grande porte, localizadas no lote da escola, e arbustos e arvoretas em frente às casas.

Existem em torno de quinze mercearias localizadas junto às residências, distribuídas de forma aleatória (Figura 40), e um mercado de médio porte localizado na rua de acesso do conjunto, muito utilizado pela população do conjunto e de bairros vizinhos.

Observa-se que a curta distância existente entre o conjunto e o centro da cidade faz com que muitos dos moradores se desloquem até o centro a pé. Este é o conjunto habitacional localizado mais próximo do centro.

4.2.1.1 Síntese sobre a quantidade de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer existentes nos conjuntos habitacionais

Tabela 6: Relação de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer existentes nos conjuntos habitacionais

	NÚCLEO NEY AZAMBUJA	IVO FERRONATO	PRADO VELHO	STAND
Escola de 1º grau	X	X	X	X
Posto de Saúde	X	X	X	
Creche	X		X	X
Centro comunitário		X	X	
Praça	X			
Praça semi-privada	X			
Associação de moradores		X	X	X

Sede do time de futebol			X	
Clube de Mães			X	

4.2.2 Avaliação da quantidade e qualidade de áreas de lazer

A seguir são analisadas a quantidade e a qualidade dos equipamentos urbanos, serviços e espaços abertos coletivos utilizados para lazer e recreação existentes nos conjuntos habitacionais, as formas de apropriação, a intensidade de uso e a aparência destes locais, a partir dos dados obtidos através de observações, questionários e entrevistas.

4.2.2.1 Provisão e Adequação

Conforme foi constatado no item anterior, a provisão de equipamentos, serviços urbanos e espaços abertos coletivos utilizados para lazer e recreação nos conjuntos habitacionais se dá de maneira diferenciada em cada um deles, o que afeta a avaliação dos moradores sobre a quantidade e a qualidade dos locais de lazer e as formas de apropriação desses espaços pelos moradores.

A aplicação da metodologia proposta, permitiu medir se os espaços abertos coletivos atendem às necessidades da população moradora.

Foi constatado que a grande deficiência que os conjuntos investigados apresentam segundo o que foi observado e mencionado pelos respondentes, refere-se à falta de provisão adequada de espaços abertos de uso coletivo, como praças, campos de futebol, quadras esportivas, etc. que possibilitam convívio e socialização entre as pessoas. Essa deficiência é confirmada através da avaliação dos respondentes sobre a quantidade de locais para lazer nos conjuntos habitacionais, como segue.

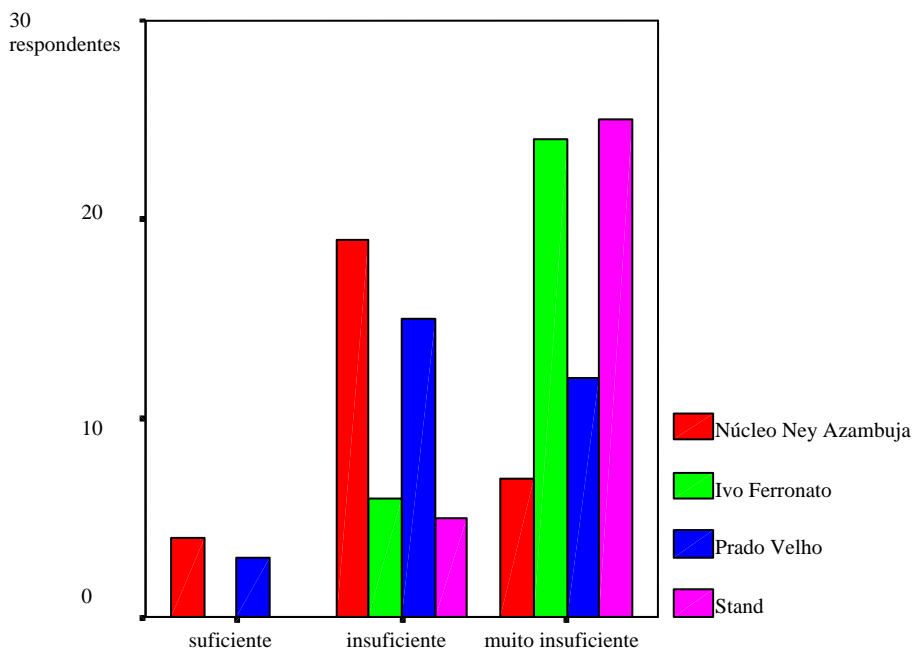


Figura 41: Avaliação da quantidade de locais para lazer nos conjuntos habitacionais

No Núcleo Ney Azambuja, que é o único conjunto dentre os quatro conjuntos avaliados que possui um espaço aberto coletivo destinado originalmente para a realização de atividades de recreação e lazer da população moradora, 86,6% dos respondentes acham insuficiente ou muito insuficiente a quantidade de locais para lazer no conjunto, enquanto que apenas 13,3% acham suficiente. Embora seja baixo, este número deve-se a presença da praça como opção de lazer no conjunto, cujos atrativos são notadamente escassos, conforme descrito anteriormente (vide ítem 4.2.1). No Ivo Ferronato, 100% dos respondentes acham insuficiente ou muito insuficiente. Já no Prado Velho, 90% acham insuficiente ou muito insuficiente, e apenas 10% acham suficiente. Os respondentes que acham suficiente, mencionaram a presença da área vazia utilizada como campo de futebol nos finais de semana e a presença do ginásio recentemente construído no bairro localizado na frente deste conjunto, a uma distância de 100 metros, como locais alternativos para lazer dos moradores. E no Stand, 100% dos respondentes acham insuficiente ou muito insuficiente a quantidade de locais para lazer em seu conjunto.

Quando questionados sobre o que falta no conjunto habitacional (qual a prioridade), a praça foi o item mais citado (56,7%) pelos respondentes de todos

os conjuntos. No Prado Velho e no Stand esse percentual foi mais alto, sendo que no Prado Velho, 56,7% dos respondentes citou a praça como prioridade e no Stand, 83,3% citou como prioridade. No Ivo Ferronato, a falta de creche foi o item mais citado (73,3%), porém a praça aparece em segundo lugar com 50%, e no Núcleo Ney Azambuja que já possui praça, os respondentes também citaram a praça como sendo prioridade (36,7%), pois acham que a praça existente não satisfaz às necessidades dos moradores, pelo seu estado de conservação, a falta de atrativos, bancos, quantidade de brinquedos, quadras esportivas, etc.

Portanto, sobre a provisão de espaços abertos coletivos, já havia sido constatado através do levantamento físico que somente o Núcleo Ney Azambuja possui praça, mas em mau estado de conservação. Nos outros conjuntos habitacionais estudados, não há um local apropriado para as atividades de lazer. Observa-se no Promorar Prado Velho, uma área vazia que é utilizada pela população adulta (os homens), para a prática de futebol nos fins de semana. Em frente ao Prado Velho, em um bairro chamado Morgado Rosa, foi inaugurado na época da aplicação dos questionários (abril/2004), um ginásio de esportes, que está sendo bastante utilizado pela população deste bairro e dos bairros vizinhos, entre eles o Prado Velho, suprimindo as necessidades dessa população.

Apesar dos conjuntos Prado Velho, Ivo Ferronato e Stand não terem praças, os respondentes do Ivo Ferronato e do Stand disseram que utilizam uma praça para suas atividades de lazer e recreação. Essa praça mencionada pelos respondentes localiza-se no centro da cidade, e é uma das principais praças do município. Somente no Prado Velho observa-se o contrário: a maioria dos respondentes não utiliza uma praça para seu lazer.

A tabela abaixo ilustra as diferenças na intensidade de uso de praças pelos moradores dos quatro conjuntos habitacionais.

Tabela 7: Intensidade de uso da praça para atividades de recreação e lazer nos conjuntos habitacionais

Uso de praça no conjunto e fora do conjunto para realização de atividades de recreação e lazer	NÚCLEO NEY AZAMBUJA	IVO FERRONATO	PRADO VELHO	STAND
Sim	70%	50%	30%	36,7%
Não	30 %	50 %	70 %	63,3 %

No Prado Velho, onde a maioria dos moradores não utiliza nenhuma praça para seu lazer, nota-se que a faixa etária predominante da amostra de moradores encontra-se entre 41 e 60 anos, caracterizando uma população madura que geralmente tem hábitos típicos das pessoas dessa faixa etária em cidades de interior como Bagé, como ficar em casa, tomando chimarrão e reunindo-se com a família nos finais de semana.

Quando explorada a possibilidade de relação entre a quantidade e a qualidade de locais para lazer existentes no conjunto, foi identificada uma correlação altamente significativa entre o *nível de satisfação com a quantidade de locais para lazer* e o *nível de satisfação com a qualidade dos locais para lazer no conjunto em que moram* (Sig.= 0,000; Spearman = 0,722).

Considerando os dados apresentados, essa correlação indica que quando as áreas destinadas ao lazer são consideradas insuficientes ou inexistentes, os moradores tendem a avaliar negativamente a qualidade dos lugares para lazer no conjunto. Por outro lado, a interpretação inversa também é pertinente, isto é, quando a qualidade das áreas utilizadas para recreação e lazer é avaliada negativamente, os moradores tendem a avaliar negativamente a quantidade de áreas de lazer. Esta interpretação pode ser ilustrada através da situação existente no conjunto Prado Velho, onde tem grandes áreas vazias que são efetivamente utilizadas para jogos de futebol, mas são avaliadas negativamente tanto em relação a quantidade quanto a qualidade dos espaços abertos.

4.2.2.2 Apropriação dos espaços abertos coletivos

De forma a possibilitar a aferição do nível de interação entre os moradores, foi investigada primeiramente a maneira como os moradores apropriam-se dos espaços abertos coletivos do conjunto através da realização de diferentes atividades. Os dados foram levantados através de questionários e observações de comportamento, registradas em mapas comportamentais.

Sobre o uso dos equipamentos urbanos existentes nos conjuntos habitacionais, verifica-se que os moradores dos conjuntos tendem a utilizar os equipamentos no seu próprio conjunto. Foram poucos os casos em que mesmo tendo os equipamentos no conjunto, os respondentes vão a outros bairros ou ao centro da cidade para realizar essas atividades relacionadas aos mesmos equipamentos. Isso acontece, por exemplo, no conjunto Ney Azambuja que mesmo possuindo uma praça, os moradores utilizam a praça localizada no centro da cidade, já citada anteriormente.

A tabela abaixo mostra os locais onde as crianças costumam brincar no seu conjunto habitacional.

Tabela 8 : Local onde as crianças costumam brincar

	Ney Azambuja (nºquest. / %)	Ivo Ferronato (nºquest. / %)	Prado Velho (nºquest. / %)	Stand (nºquest. / %)
Dentro de casa	4 (13,3%)	7 (23,3%)	4 (13,3%)	3 (10%)
Na calçada / proximidades do bloco / casa	11 (36,7%)	9 (30%)	5 (16,7%)	10 (33,3%)
No pátio	-	14 (46,7%)	13 (43,3%)	9 (30%)
Na pracinha	8 (26,7%)	-	-	-
Na creche	1 (3,3%)	-	-	-
Não tem crianças	16 (53,3%)	10 (33,3%)	15 (50%)	15 (50%)

Conforme os dados apresentados acima, as observações de comportamento realizadas corroboram estes dados, em alguns aspectos. Os locais mais utilizados e as atividades de lazer e recreação desenvolvidas nesses conjuntos habitacionais são diferenciadas de acordo com a faixa etária e as áreas oferecidas em cada conjunto.

Quando questionados sobre quais os lugares que os respondentes costumam utilizar em seus conjuntos habitacionais, para realizar qualquer tipo de atividade de recreação ou lazer, foi constatado o seguinte:

a) Núcleo Ney Azambuja

No Núcleo Ney Azambuja, 50% dos respondentes mencionam o CAIC como o local mais utilizado. Cabe lembrar que ali funcionam a escola, o posto de saúde, o projeto “Escola Aberta”, o grupo de idosos, e o DTG. Outros locais foram citados, porém em menor número: 26,7% utilizam a praça, e 13,3% a casa de vizinhos ou parentes que moram no mesmo conjunto habitacional.

Foi constatado que as crianças do Núcleo Ney Azambuja brincam nas áreas entre os blocos de apartamentos (Figura 42) e na praça; nos fins de semana elas brincam também no CAIC, graças ao projeto “Escola Aberta”, já mencionado aqui, que permite a abertura da escola nos fins de semana com a presença de monitoras que orientam as crianças nas brincadeiras.



Figura 42: Crianças brincando entre os blocos de apartamentos



Figura 43: Trailer de lanches: local de lazer dos homens

A seguir pode-se observar os mapas comportamentais elaborados a partir das observações de comportamento no Núcleo Ney Azambuja. Os mapas estão separados por turnos, ou seja, observações realizadas nos turnos manhã e tarde.

As brincadeiras mais freqüentes são correr, andar de bicicleta, soltar pipa, etc. Os adolescentes e jovens até 18 anos, geralmente encontram-se em grupos nas esquinas dos blocos, conversando e tomando chimarrão. Uma opção para essa faixa etária é o DTG (Departamento de Tradições Gaúchas) localizado dentro do CAIC (Figura 44), que reúne os jovens simpatizantes das tradições campeiras. Neste local, eles realizam atividades como, “tiro de laço em vaca parada”, fazem reuniões, organizam desfiles tradicionalistas, fazem uma roda de chimarrão, etc. Os adultos se reúnem nas áreas semi-privadas do conjunto (entre os blocos de apartamentos) para tomar chimarrão, ou na praça, e os homens se reúnem no trailer de lanches localizado em uma área entre os blocos (Figura 43).

Nas observações de comportamento no Ney Azambuja, verificou-se que no bloco B6, localizado em uma das extremidades do conjunto, existe uma área adotada pelos moradores deste bloco, que a consideram uma “pracinha particular”, e é utilizada somente pelos moradores desse bloco. Possui uma área de sombra, dois bancos e canteiros com flores (Figura 45).

Os moradores desse bloco acham bastante agradável essa área, pois fica próxima ao acesso do bloco, em um local mais reservado, já que é uma área de pouco movimento.



Figura 44:- Departamento de Tradições Gaúchas (DTG)



Figura 45: Praça “particular” dos moradores do bloco B6

Um fato interessante, ocorrido durante as observações de comportamento no Ney Azambuja, num domingo à tarde, foi um “baile gaúcho” com jovens e adultos (poucas pessoas), em uma área semi-privada de um

bloco, proporcionado pelo som de uma caminhão. Por falta de outra opção de lazer para essa faixa etária, essa foi uma opção encontrada por essas pessoas para seu divertimento.

b) Ivo Ferronato

No Ivo Ferronato, a escola foi o lugar citado por 33,3% dos respondentes como o lugar mais utilizado, seguido pela casa de vizinhos ou parentes (30% dos respondentes) e das mercearias (30% dos respondentes).

Neste conjunto habitacional, as respostas dos questionários onde diz que as crianças brincam no pátio de suas casas e nas ruas, divergem um pouco do que foi percebido nas observações de comportamento.

Nas observações é possível notar as crianças brincando no meio da rua, principalmente nos fins de semana. As brincadeiras mais frequentes são correr, jogar futebol (no meio da rua) e andar de bicicleta (Figura 46).

Os adolescentes e jovens até 18 anos se reúnem para conversar nas esquinas, na frente dos bares em grupos para conversar e próximo à escola, nos finais da manhã e nos finais da tarde. A falta de atividade para essa faixa etária é um problema ainda maior neste conjunto habitacional, já que é um dos mais violentos da cidade. Os adultos e idosos se reúnem em frente às suas casas para conversar e tomar chimarrão. Os homens se reúnem em um bar localizado na rua principal do conjunto, em qualquer dia ou horário é possível encontrá-los reunidos, conversando e bebendo. Vale salientar que este bar tem uma área bem reduzida, até seu pé-direito é fora da medida padrão, e apesar dessas instalações precárias está sempre cheio de gente. Nas áreas vazias existentes no conjunto, não são realizadas nenhum tipo de atividade. Somente no quarteirão da escola e do posto de saúde, eventualmente são encontradas algumas crianças e adolescentes soltando pipas ou andando de bicicleta.

A seguir pode-se observar os mapas comportamentais elaborados a partir das observações de comportamento no Ivo Ferronato.

Os adultos e idosos têm como opção conversar e tomar chimarrão no pátio em frente às suas casas (Figura 47). Isso foi observado, tanto no final das manhãs como nos finais de tarde, durante a semana ou nos finais de semana. Outra atividade observada por essas pessoas foi a limpeza de suas casas e pátios nos finais de semana, já que durante a semana estão trabalhando. Lavar o carro em frente à casa, limpar e capinar o pátio, lavar e estender roupas, fazer reparos na casa, foram as atividades observadas nesses conjuntos habitacionais.



Figura 46: Crianças jogando bola no meio da rua



Figura 47: Adultos tomando chimarrão em frente à casa

c) Prado Velho

No Prado Velho, 33,3% dos respondentes utilizam a casa de vizinhos ou parentes, e 30% utilizam as mercearias.

No Prado Velho, as crianças brincam no pátio de suas casas e nas ruas de menor movimento de veículos. As brincadeiras mais frequentes são correr e andar de bicicleta (Figuras 48 e 49), nesse conjunto não é comum ver as crianças jogarem futebol no meio da rua, conforme se observou no Ivo Ferronato. Os adolescentes reúnem-se nas esquinas para conversar, alguns com suas bicicletas, ou nas áreas de sombra do conjunto, próximo à escola e à creche. Os adultos e idosos tem o hábito de ficarem sentados na varanda ou no pátio de suas casas para conversar e tomar chimarrão. Ao contrário do Ivo Ferronato, nesse conjunto não há o hábito dos adultos (homens) reunirem-se nos bares do conjunto.



Figura 48: Crianças andando de bicicleta e brincando no meio da rua



Figura 49: Adolescentes e crianças conversando nas esquinas

Durante as observações de comportamento, foi possível ver que nos fins de semana, no campo de futebol adaptado, localizado atrás da creche e da escola, acontecem jogos de futebol pela manhã, que reúnem em torno de 100 pessoas entre crianças, jovens e adultos. As pessoas sentam na grama ou levam suas cadeiras para assistir os jogos, já que não existe infra-estrutura para esse tipo de atividade.

A seguir pode-se observar os mapas comportamentais elaborados a partir das observações de comportamento no Prado Velho.

d) Stand

No Stand, o supermercado do conjunto foi citado por 60% dos respondentes como o lugar mais utilizado, e a casa de vizinhos ou parentes foi citada por 30% deles.

Neste conjunto observa-se que as crianças brincam no pátio de suas casas e no meio das ruas. As brincadeiras mais freqüentes são correr, andar de bicicleta e jogar bola (Figuras 50). Os adolescentes reúnem-se nas esquinas para conversar, alguns com suas bicicletas, ou em frente à escola, onde há uma grande área sombreada por árvores, ou jogam futebol na área vazia atrás da escola (Figura 51). Os adultos e idosos tem o hábito de ficarem sentados na varanda ou no pátio de suas casas para conversar e tomar chimarrão (Figura 52). Ao contrário do Ivo Ferronato, nesse conjunto não há o hábito dos adultos (homens) reunirem-se nos bares do conjunto.



Figura 50: Crianças brincando em frente as suas casas



Figura 51: Jovens jogando futebol na área vazia atrás da escola



Figura 52: Adultos tomando chimarrão e conversando em frente a casa

Na tabela abaixo é apresentada uma síntese da intensidade de uso e tipos de apropriação dos equipamentos urbanos e espaços abertos coletivos utilizados pelos moradores nos conjuntos habitacionais. É possível notar algumas semelhanças quanto às atividades realizadas pelos moradores como, por exemplo, andar de bicicleta, jogar bola, tomar chimarrão e conversar em frente às casas, etc., devido à ausência de áreas de lazer nesses conjuntos habitacionais.

Tabela 9: Síntese da intensidade de uso e tipo de apropriação dos equipamentos urbanos e espaços abertos coletivos em cada conjunto habitacional conforme faixas etárias

	Núcleo Ney Azambuja	Ivo Ferronato	Prado Velho	Stand
Crianças	Brincam nas áreas semi-privadas entre os blocos de apartamentos e na praça do conjunto	Brincam no pátio das casas, nas calçadas e jogam bola no meio da rua	Brincam no pátio das casas, nas calçadas, andam de bicicleta no meio da rua e em uma área pavimentada ao lado do centro comunitário	Brincam no pátio das casas, nas calçadas, jogam bola e andam de bicicleta no meio da rua
Adolescentes/ jovens	Encontram-se para conversar nas áreas semi-privadas entre os blocos de apartamentos e no DTG localizado no CAIC	Reúnem-se na frente da escola a pé ou de bicicleta, nas esquinas do conjunto e na frente de suas casas para conversar	Reúnem-se nas esquinas do conjunto e nas áreas de sombra próximas à escola e à creche para conversar.	Reúnem-se próximo à escola a pé ou de bicicleta em uma área de sombra para conversar
Adultos	Costumam tomar chimarrão nas áreas semi-privadas entre os blocos de apartamentos, e os homens reúnem-se em um trailer de lanches para conversar e beber	Reúnem-se em frente as suas casas para conversar e tomar chimarrão, e os homens reúnem-se em um boteco para conversar e beber	Reúnem-se em frente as suas casas para conversar e tomar chimarrão e os homens jogam futebol nos finais de semana em um campo localizado atrás da escola	Reúnem-se em frente as suas casas para conversar e tomar chimarrão
Idosos	Utilizam o CAIC que oferece atividades como missa, grupos de idosos, ginástica para idosos, etc.	Somente os homens costumam se reunir no boteco para beber e conversar	Não costumam utilizar as áreas do conjunto	Não costumam utilizar as áreas do conjunto

Nota-se uma relação significativa do tempo de moradia com os respondentes que utilizam as calçadas próximas à sua casa para suas atividades de lazer (Sig.= 0,025). Os que moram há mais tempo costumam sair à rua e utilizar as calçadas para caminhar e conversar com os vizinhos. Outra relação significativa encontrada foi com os respondentes que disseram ter amigos no conjunto (Sig. = 0,012). Os que moram a mais tempo no conjunto são os que disseram ter mais amigos.

Quanto ao tempo de moradia no conjunto, a maioria dos respondentes de todos os conjuntos moram há mais de 5 anos (a resposta foi há mais de 20 anos, na maioria). Os respondentes do Ivo Ferronato são os que moram há menos tempo no conjunto; isso se justifica por ser o conjunto habitacional mais novo.

4.2.2.3 Nível de interação social

O nível de interação social entre a comunidade de cada conjunto habitacional foi aferido a partir dos dados apresentados acima, relativos a constatação sobre como e por quem os espaços coletivos dos conjuntos, incluindo áreas de recreação e lazer, equipamentos e serviços, são utilizados, complementados pela identificação da maneira como os moradores se relacionam entre si e participam das atividades e do cotidiano de seu conjunto. Os dados levantados foram obtidos através das observações de comportamento já analisadas no item acima e questionários.

Os questionários permitiram avaliar as relações de amizade e vizinhança existente entre os moradores dos conjuntos. A tabela abaixo mostra a importância dada para as relações de vizinhança pelos moradores dos conjuntos habitacionais.

Tabela 10: Relacionamento com os vizinhos nos conjuntos habitacionais

CONJUNTOS HABITACIONAIS	Importância do relacionamento entre vizinhos	
	Muito importante	Importante
Ney Azambuja	86,7%	13,3%
Ivo Ferronato	43,3%	56,7%
Prado Velho	13,3%	86,7%
Stand	40%	60%

Nos conjuntos Ney Azambuja e Ivo Ferronato, os moradores consideram que o relacionamento entre os vizinhos é muito importante, seguidos pelos Prado Velho e pelo Stand.

No entanto, no Núcleo Ney Azambuja são percebidas relações cordiais de vizinhança, e não de convivência diária, ou de socialização nas áreas semi-públicas ou semi-privadas do conjunto, onde os moradores têm uma relação mais próxima com os vizinhos do seu próprio bloco de apartamentos.

Através da análise estatística, foi identificada correlação entre a *importância de ter bons vizinhos* e o nível de *satisfação com o conjunto onde moram* e (Sig. = 0,025; Spearman = 0,205), sugerindo que quanto mais acham importante ter bons vizinhos, maior é o nível de satisfação com o conjunto em que moram.

Uma correlação negativa foi encontrada entre a *importância de ter bons vizinhos* e o *nível de escolaridade* do respondente (Sig.=0,008; Spearman= -,242), ou seja, pessoas de menor renda tendem a dar maior importância para o relacionamento entre os vizinhos, enquanto que quanto maior a renda, menor importância é dada as boas relações de vizinhança. Em relação a situação específica de cada conjunto investigado, no conjunto Ivo Ferronato que apresenta menor renda, a relação entre os vizinhos torna-se mais importante, provavelmente por existir uma certa relação de dependência e apoio mútuo entre os próprios moradores, do que no conjunto Stand onde a faixa de renda é mais alta.

Quando investigadas as relações de amizade, foi perguntado sobre a quantidade de amigos que cada respondente tem no conjunto.

Tabela 11: Intensidade das relações de amizade nos conjuntos habitacionais

	Ney Azambuja	Ivo Ferronato	Prado Velho	Stand
Muitos amigos	50%	63,3%	83,3%	56,7%
Poucos amigos	46,7%	36,7%	16,7%	43,3%
Não tem amigos	3,3%	-	-	-

Nota-se que as relações de amizade são mais intensas no Prado Velhas, seguidas do Ivo Ferronato, Stand e Ney Azambuja. Somente no Ney Azambuja foi citado por um respondente que *não possui amigos*. A intensidade nas relações de amizade no Prado Velho pode ser justificada pelo tempo de

moradia das pessoas no conjunto, onde os respondentes costumam dizer que *“aqui todo mundo se conhece”*.

Uma entidade geralmente existente em conjuntos habitacionais, criada com o objetivo de tratar dos assuntos da comunidade é a associação de moradores, a qual teoricamente criaria condições de incentivar a manutenção e realização de melhorias nas áreas comuns do conjunto através da aproximação entre os moradores e conseqüentemente promover o sentido de comunidade. Por essa razão, foi investigado se a existência de uma associação de moradores no conjunto estaria afetando a intensidade da relação de amizade presente entre os moradores.

Quanto à existência de uma associação de moradores nesses conjuntos habitacionais, verificou-se no Núcleo Ney Azambuja um desconhecimento por parte dos respondentes, pois 70% disseram que não existe associação de moradores no conjunto. Em entrevistas com os moradores, percebe-se que a associação existe, mas não é atuante no conjunto, e por essa razão muitos dos moradores desconhecem sua existência. Quando perguntados se participa da associação, 10% disseram que sim, 26,7% disseram que não, enquanto que os outros 63,3% disseram que não porque não existe. Nota-se, portanto, que 6% dos 70% que disseram desconhecer sobre a existência de uma associação de moradores, provavelmente refere-se ao fato de que a associação não estaria funcionando.

Os moradores reclamam da falta de pessoas para trabalhar em prol das melhorias do conjunto habitacional. A opinião da maioria dos entrevistados é de que deveria ter uma administração de condomínio que trabalhasse para a manutenção do conjunto. As entrevistas indicam que os moradores se reúnem em grupos pequenos, por afinidade e vizinhança, e tomam decisões que irão beneficiá-los. Isso ocorre com moradores de um mesmo bloco, ou até mesmo com apenas 2 ou 3 moradores, dependendo da necessidade. Percebe-se vários exemplos dessa mobilização de 2 ou 3 moradores, como na colocação de grades nos acessos às escadas, colocação de piso nos degraus em espaços comunais, troca de corrimão nas escadas dos apartamentos, etc. Mas analisando a participação da população deste conjunto nas atividades realizadas no CAIC (escola), percebe-se que este local supre as necessidades dos moradores quanto a provisão de um local para reuniões e atividades que

reúnam a população, tornando dispensável a existência de uma associação de moradores em um prédio próprio para atender a este fim.

No Ivo Ferronato, 50% dos respondentes dizem desconhecer sobre a existência de uma associação de moradores no conjunto, enquanto que a outra metade diz que não participa. Este conjunto possui associação de moradores, mas através das entrevistas é possível verificar os problemas que existem. O presidente desta associação, segundo relatos dos próprios moradores do conjunto, não atua em benefício do conjunto, e sim em benefício próprio, já que almeja cargos políticos no município. Durante a gestão deste presidente nenhuma melhoria foi feita no conjunto habitacional, conforme opinião dos moradores; ao contrário, projetos deixaram de ser encaminhados às secretarias do município impedindo melhorias no conjunto habitacional.

O que chama a atenção neste conjunto é a organização de parte da comunidade no sentido de proporcionar aos moradores atividades que possibilitem recreação e desenvolvimento sócio-econômico da população. Isso é verificado no centro comunitário, administrado pela Pastoral da Terra (conforme mencionado anteriormente), onde são realizados cursos de artesanato para as mulheres e crianças do conjunto. Há uma agente comunitária que ajuda na administração do centro comunitário, e é bastante conhecida no conjunto, por orientar as famílias e reivindicar junto aos órgãos municipais, melhorias para o conjunto habitacional.

Já no Prado Velho, a realidade percebida é outra. Neste conjunto 100% dos respondentes sabem da existência da associação, porém somente 13,3% participam. Em entrevista com a presidente da associação, foi possível verificar que muitos esforços são feitos para que a população participe das atividades realizadas, entre elas, encontros no clube de mães, cursos, etc., e mesmo assim a participação não é significativa. Atualmente estão trabalhando para a concretização de um projeto para construir uma praça para o conjunto habitacional.

No Stand todos os respondentes sabem da existência da associação dos moradores. Mesmo assim, somente 6,7% dos respondentes participam das atividades da associação. Em visitas ao conjunto e entrevistas com os moradores, percebe-se a iniciativa de algumas pessoas, principalmente das mães, de realizar atividades na escola, como por exemplo, bingos, festas, etc., que possibilita a interação social dos moradores.

Também foi investigada a participação dos moradores em alguma atividade desenvolvida no conjunto, organizada por grupos de moradores. A maioria dos respondentes nos quatro conjuntos habitacionais investigados, disseram que não participam de nenhuma atividade. Dos respondentes que participam, as atividades mencionadas foram: os grupos de hipertensos/diabéticos no Núcleo Ney Azambuja (16,7%) e no Prado Velho (28,6%); cursos e palestras no Núcleo Ney Azambuja (3,3%), no Ivo Ferronato (13,3%) e no Stand (6,7%); clube de mães e associação dos moradores no Núcleo Ney Azambuja (3,3%), no Prado Velho (10%) e no Stand (3,3%); e ainda, atividades comunitárias como pastoral da criança, sociedade amigos do sopão, etc., no Ivo Ferronato (6,7%), no Prado Velho (3,3%) e no Stand (3,3%).

Analisando a existência ou não de uma associação de moradores nos conjuntos habitacionais e de que forma isso pode interferir na interação social dos moradores destes conjuntos, observa-se que não há uma interferência, pois os conjuntos não possuem associações ativas, e nem por isso os moradores deixam de interagir e manter boas relações de vizinhança. A falta de organização da comunidade para promover melhorias nos conjuntos, não se reflete nas relações de amizade e vizinhança dessas pessoas.

4.2.3 Conclusões sobre a hipótese 1

Após a investigação para verificar se a quantidade e a qualidade de áreas de lazer afeta a interação social da comunidade, nota-se que a falta de áreas com finalidade específica para lazer tende a não afetar a interação social dos moradores em alguns conjuntos habitacionais, já que espaços abertos comunitários dos conjuntos habitacionais tais como, calçadas, áreas verdes vazias, etc., são utilizados pelos moradores para a realização de atividades de recreação e lazer nos conjuntos. A interação entre os moradores apresenta diferentes níveis, mas nem por isso os moradores deixam de conviver socialmente nas áreas comunitárias dos conjuntos habitacionais. Essa interação varia conforme o conjunto habitacional.

A partir das observações de comportamento percebe-se que a interação social dos moradores do Núcleo Ney Azambuja se dá de maneira mais superficial, ou seja, eles possuem uma relação de vizinhança, porém não

convivem diariamente nas áreas semi-públicas ou semi-privadas dos blocos de apartamentos. No entanto, este é o único conjunto que possui um espaço semi-público destinado a realização de atividade de recreação e lazer: a praça. No Ivo Ferronato os moradores dão muita importância para as relações de vizinhança, e essa é a principal característica nesse conjunto, já que existe o hábito de se visitarem para conversar e tomar chimarrão, nota-se que a falta de áreas de lazer não afeta o nível de interação social dos moradores desse conjunto. No Prado Velho, por ser um conjunto mais antigo, os respondentes costumam dizer que *“todos se conhecem”*, mas não é tão comum o hábito de se relacionarem diariamente, e a falta de áreas de lazer afeta o nível de interação social entre os moradores. Já no Stand, também por ser um conjunto antigo, os moradores dizem que *“se dão bem com todo mundo, mas cada um na sua casa”*, não existe o hábito de se visitarem e conviverem diariamente, e a falta de áreas de lazer afeta o nível de interação social entre os moradores pois não existem locais apropriados que propiciem a convivência dessas pessoas.

4.3 RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE E A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ÁREAS DE LAZER E O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS MORADORES

Para testar a hipótese dois, que investiga se a quantidade e a qualidade dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer influenciam na avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais pelos seus moradores, foram medidos os níveis de satisfação dos moradores com o conjunto habitacional e o bairro onde moram, e com aspectos relativos a qualidade e quantidade nos conjuntos.

A partir da análise estatística os dados em relação à maneira como os respondentes se sentem vivendo no conjunto, foram identificadas correlações entre *satisfação com o conjunto onde mora* e *satisfação com a quantidade de locais para lazer no conjunto* (Sig.= 0,014; Spearman = 0,223); e correlação entre *satisfação com o conjunto onde mora* e *satisfação com a qualidade dos lugares para lazer no conjunto* (Sig.= 0,004; Spearman = 0,260). Estas correlações indicam que a adequação quantitativa e qualitativa dos locais

destinados a recreação e lazer percebida pelos moradores afeta o nível de satisfação com o conjunto.

Portanto, neste item são exploradas as relações entre variáveis adotadas a partir da literatura como indicadores de qualidade que estariam afetando o nível de satisfação dos moradores. A seguir, são apresentadas as diferenças quanto aos níveis de satisfação dos moradores dos conjuntos habitacionais estudados.

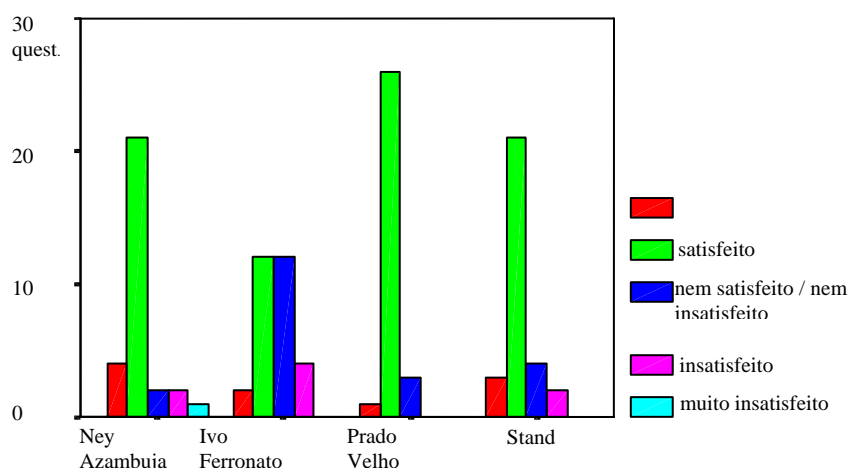


Figura 53 – Nível de satisfação com o conjunto habitacional

Segundo a figura acima, dos quatro conjuntos avaliados, os moradores do Prado Velho, que possuem a segunda renda mais baixa dentre os conjuntos e os que mais valorizam o relacionamento entre os vizinhos, são aqueles mais satisfeitos com o seu conjunto habitacional (90% dos respondentes estão satisfeitos enquanto que nenhum respondente sente-se insatisfeito). Provavelmente, neste conjunto, o nível de satisfação seja fortemente afetado pela intensidade de relacionamento existente entre os vizinhos (conforme discutido no item 4.2.2.3, 83.3% dos respondentes consideram ter muitos amigos no conjunto).

Enquanto que no Ivo Ferronato encontra-se o maior número de moradores insatisfeitos (13% dos respondentes), e 46,7% sentem-se satisfeitos. Este conjunto apresenta a faixa de renda mais baixa dentre todos os conjuntos, assim como o pior nível de manutenção, afetando negativamente a aparência do conjunto. Além disso, é o conjunto que apresenta maiores

problemas com segurança, apontada por 43,3% dos respondentes como o aspecto que menos gostam no conjunto (tabela 14 a seguir).

No Núcleo Ney Azambuja, formado por blocos de apartamentos, 83,3 % dos respondentes sentem-se *satisfeitos* ou *muito satisfeitos* em morar no conjunto habitacional, enquanto 10% sentem-se insatisfeitos. Talvez este resultado tenha sido influenciado pelo nível de satisfação com tipo arquitetônico, que proporciona um certo padrão de convívio intenso entre os moradores dos blocos, pois os respondentes consideram como um dos aspectos mais positivos do conjunto o seu próprio apartamento (tabela 9), juntamente com a satisfação com os vizinhos.

E no Stand, que é o conjunto que apresenta a faixa de renda mais elevada dentre os conjuntos estudados, 80% dos respondentes se sentem *satisfeitos* ou *muito satisfeitos* com o conjunto, e apenas 6,7% estão *insatisfeitos*. Neste conjunto, 40 % dos respondentes consideram o conjunto positivo em todos os aspectos, como mostram as tabelas 9 e 10, abaixo, mas apresenta como maior problema as precárias condições das ruas e calçadas. Este problema parece ser comum a todos os conjuntos, mas parece não afetar de maneira significativa o nível de satisfação dos moradores com o conjunto habitacional onde moram.

Para compreender quais os aspectos que afetam mais fortemente o nível de satisfação dos moradores com o conjunto, e conseqüentemente a avaliação de desempenho, foram exploradas relações entre outras variáveis relacionadas com a qualidade e quantidade de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer, como segue.

4.3.1 Relação entre satisfação com o conjunto e avaliação da aparência visual

A correlação existente entre o *nível de satisfação com o conjunto* e *nível de satisfação com a aparência do conjunto* (Sig. = 0,022; Spearman = 0,209) sugere que o nível de satisfação com o conjunto é afetado pela aparência visual do conjunto. Isto é, quanto pior a aparência do conjunto habitacional, mais insatisfeito está o respondente com o conjunto em que mora e quanto melhor a aparência, mais satisfeito está o respondente. Esta

correlação só foi identificada quando considerada a amostra total dos quatro conjuntos.

Quando observadas as frequências em cada conjunto, nota-se que os respondentes do Stand são aqueles mais satisfeitos com a aparência visual do conjunto habitacional onde moram (33% satisfeitos, 56,7% neutros e 6,7% insatisfeitos), enquanto que os respondentes mais insatisfeitos com a aparência de seu conjunto moram no Prado Velho (13,3% satisfeitos, 53,3% neutros e 16,7% insatisfeitos). Os conjuntos Ivo Ferronato (30% satisfeitos, 43,3% neutros e 13,3% insatisfeitos) e Ney Azambuja (26,7% satisfeitos, 50% neutros e 13,3% insatisfeitos) apresentam segundo e terceiro lugar quanto ao nível de satisfação com a aparência visual do conjunto onde moram.

Para compreender quais as variáveis estariam afetando o nível de satisfação com a aparência visual dos conjuntos, foram exploradas relações entre *aparência visual* e satisfação com a *aparência das ruas e calçadas do conjunto*. Confirmando os dados coletados a partir do levantamento físico, onde foi registrado o mau estado de conservação da grande maioria das ruas e calçadas dos quatro conjuntos investigados, a maioria dos respondentes acham feias ou nem bonitas/nem feias.

Nota-se que o nível de insatisfação com a aparência das ruas e calçadas é maior no Prado Velho (76,7% insatisfeitos, 6,7% satisfeitos e 13,3% neutros,) e no Stand (60% insatisfeitos, 3,3% satisfeitos e 33,3% neutros). No conjunto Ney Azambuja, embora seja o terceiro mais insatisfeito com as ruas e calçadas do conjunto (36% de insatisfeitos), é o que apresenta a maior percentagem de respondentes satisfeitos (23,3% dos respondentes). A avaliação da aparência das ruas e calçadas no Ivo Ferronato (33,3% insatisfeitos, 20% satisfeitos e 30% neutros) é muito similar ao Ney Azambuja.

Portanto, a correlação encontrada entre o que os respondentes acham da *aparência geral do conjunto* e a *aparência das ruas e calçadas do conjunto* (Sig.= 0,000; Spearman = 0,457) indica que a percepção da aparência visual do conjunto é afetada pela aparência das ruas e calçadas, isto é, quanto menos satisfatória for a aparências das ruas e calçadas, menor será o nível de satisfação com a aparência visual do conjunto. Este resultado remete a outra variável explorada: o nível de manutenção do conjunto, que segundo a literatura (vide capítulo 2) é afetada pelo nível de interação e sentido de comunidade existente entre os moradores. Neste estudo não foi encontrada

nenhuma relação entre satisfação com a aparência visual e nível de manutenção.

No entanto, como o nível de renda reflete também no nível de manutenção dos conjuntos, isto é, quanto maior for a renda, melhores são as condições dos moradores para executar melhorias e/ou executar novas construções foi explorada a relação entre nível de manutenção e renda familiar.

Na tabela abaixo é possível ver de maneira detalhada a distribuição de renda nos conjuntos habitacionais.

Tabela 12: Distribuição da renda familiar nos conjuntos habitacionais

Renda familiar	Conjuntos habitacionais			
	Ney Azambuja (nºquest. / %)	Ivo Ferronato (nºquest. / %)	Prado Velho (nºquest. / %)	Stand (nºquest. / %)
Até 1 sal. Mínimo	16,7% (5)	60% (18)	36,7% (11)	13,3% (4)
Entre 1 e 3 salários	53,3% (16)	40% (12)	40% (12)	50% (15)
Entre 3 e 5 salários	23,3% (7)	-	13,3% (4)	26,7% (8)
Entre 5 e 10 salários	6,7% (2)	-	10% (3)	10% (3)
Mais de 10 salários	-	-	-	-

No Ney Azambuja, por ser o único exemplar de blocos de apartamentos, é possível observar na entrada dos apartamentos as melhorias realizadas pelos moradores como, por exemplo, portas e janelas de melhor qualidade, e alguns revestimentos utilizados como cerâmica ou pintura diferenciada.

O Ivo Ferronato, cujos moradores apresentam a menor renda dentre os quatro conjuntos investigados, é o conjunto que possui casas em pior estado de conservação. Também é onde menos aparecem os “aumentos” nas casas, mantendo a planta original.

Por outro lado, nos conjuntos Prado Velho e Stand, onde a renda dos respondentes é maior, nota-se que o nível de manutenção das casas é melhor, e também a maioria das residências destes conjuntos sofreram alterações na planta original.

4.3.2 Relação entre satisfação com o conjunto, percepção de agradabilidade e identificação de aspectos positivos e negativos

Não foi encontrada correlação significativa entre nível de satisfação com o conjunto e agradabilidade do conjunto. No entanto, a análise das freqüências permite tecer algumas considerações.

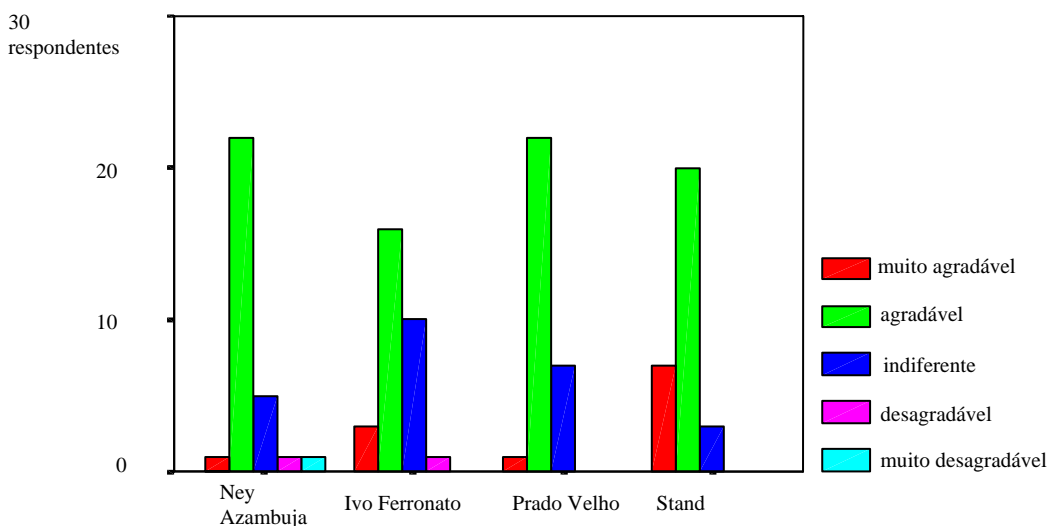


Figura 54 – Agradabilidade do conjunto habitacional onde mora

Apesar do baixo nível de satisfação com aspectos relativos a aparência dos conjuntos, a maioria dos respondentes dos conjuntos consideram o conjunto onde moram agradável, sendo que os respondentes do Stand são aqueles que consideram o conjunto mais agradável, dentre os quatro conjuntos investigados (90% satisfeitos e 10% neutros), enquanto que os respondentes do Ivo Ferronato são os menos satisfeitos em relação a agradabilidade do conjunto, 63,3% acham agradável, 33,3% são neutros e 3,3% acham desagradável. Já no Ney Azambuja e no Prado Velho o nível de agradabilidade é o mesmo (76,6%). O grau de indiferença quanto a agradabilidade é mais alto no Prado Velho (23,3%). No Ney Azambuja 6,6% acham desagradável o conjunto.

Para investigar quais os aspectos do conjunto que estariam afetando positiva e negativamente a avaliação do conjunto pelos moradores, foram investigados quais os aspectos que os moradores mais gostam e menos

gostam em seus conjuntos. Da relação dos aspectos positivos, apareceram as seguintes respostas:

Tabela 13: Principais aspectos positivos do conjunto habitacional onde mora

	Núcleo Ney Azambuja (nºresp./ %)	Ivo Ferronato (nºresp./ %)	Prado Velho (nºresp./ %)	Stand (nºresp./ %)
Bom saneamento	3,3% (1)	-	-	-
CAIC	20% (6)	-	-	-
Campo de futebol	-	-	3,3% (1)	-
Centro comunitário	-	3,3% (1)	-	-
Da própria casa	20% (6)	16,7% (5)	13,3% (4)	13,3% (4)
De nada	10% (3)	36,7% (11)	26,7% (8)	13,3% (4)
Telefones públicos (orelhões)	3,3% (1)	-	-	-
Participação no Clube de Mães	-	-	3,3% (1)	-
Pavimentação das ruas	3,3% (1)	3,3% (1)	-	-
Posto de Saúde	-	3,3% (1)	6,7% (2)	-
Privacidade	6,7% (2)	-	-	-
Prox. dos blocos de apartamentos	3,3% (1)	-	-	-
Segurança	3,3% (1)	-	-	-
Tranqüilidade	6,7% (2)	6,7% (2)	-	13,3% (4)
Transporte adequado	6,7% (2)	3,3% (1)	3,3% (1)	-
De tudo	6,7% (2)	10% (3)	3,3% (1)	36,7% (11)
Vizinhança	26,7% (8)	16,7% (5)	46,7% (14)	3,3% (10)

Quando os aspectos positivos são analisados segundo a maior frequência com que foram mencionados em cada conjunto, nota-se que no Núcleo Ney Azambuja é predominante, 26,7% gostam da vizinhança, 20% do CAIC e 20% da própria casa. No Ivo Ferronato, um dado importante: 36,7% dos respondentes não gostam de nada no seu conjunto, 16,7% gostam da vizinhança e 16,7% gostam da própria casa. No Prado Velho, 46,7% dos respondentes gostam da vizinhança, 26,7% não gostam de nada no seu conjunto e 13,3% gostam da própria casa. Já no Stand, outro dado importante: 36,7% dos respondentes gostam de tudo no seu conjunto, 33,3% gostam da

vizinhança, 13,3% gostam da própria casa e outros 13,3% não gostam de nada.

Conforme mostra a tabela acima, outras respostas apareceram com menor frequência como, por exemplo, tranquilidade, transporte adequado, posto de saúde, privacidade, etc.

Sobre o que os moradores menos gostam em seus conjuntos, isto é, aspectos que estariam afetando negativamente o nível de satisfação dos moradores e a avaliação de desempenho do conjunto, foram identificados os aspectos mencionados na tabela abaixo.

Tabela 14: O que os respondentes **menos** gostam no conjunto habitacional que moram

	Núcleo Ney Azambuja (nº quest. / %)	Ivo Ferronato (nº quest. / %)	Prado Velho (nº quest. / %)	Stand (nº quest. / %)
Barulho (bêbados, bagunça dos jovens, música alta)	23,3% (7)	3,3% (1)	6,7% (2)	3,3% (1)
Cachorros soltos nas ruas	6,7% (2)	6,7% (2)	-	-
Campo de futebol	-	-	-	3,3% (1)
Desorganização dos moradores	3,3% (1)	-	-	-
Distância do centro	-	6,7% (2)	6,7% (2)	-
Falta de lazer	-	3,3% (1)	3,3% (1)	-
Falta de manutenção no conjunto hab.	6,7% (2)	-	-	-
Falta de participação da comunidade	-	-	6,7% (2)	-
Falta de pav. (ruas c/ buraco, poeira)	-	-	13,3% (4)	40% (12)
Falta de privacidade	3,3% (1)	-	-	-
Falta de saneamento (água, luz. Esgoto)	6,7%(2)	16,7% (5)	16,7% (5)	13,3% (4)
Falta de segurança (violência, marginais, tiroteio)	3,3% (1)	43,3% (13)	16,7% (5)	-
Inadequação do Posto de Saúde	-	-	3,3% (1)	6,7% (2)
Lixo nas ruas (sujeira)	10% (3)	-	-	-
Local "muito fechado"	-	-	3,3% (1)	-

Nada (gosta de tudo)	26,7% (8)	20% (6)	13,3% (4)	40% (12)
Ônibus aos domingos (horários)	-	3,3% (1)	6,7% (2)	-
Tudo (não gosta de nada)	3,3% (1)	-	10% (3)	6,7% (2)
Vizinhos/comunidade/fofo ca	10% (3)	-	-	3,3% (1)

O quadro acima mostra que no Núcleo Ney Azambuja, 26,7% dos respondentes afirmaram que não existe nada que não gostem e 23,3% disseram que não gostam do barulho que inclui música alta e bagunça dos jovens à noite. No Ivo Ferronato, um dado importante: 43,3% dos respondentes citaram a falta de segurança como o que menos gostam, este conjunto é um dos mais violentos do município, com índices de tentativa de homicídio e tráfico de drogas. Outros 20% disseram que não há nada que não gostem e 16,7% citaram a falta de saneamento. Já no Stand, 40% dos respondentes citou a falta de pavimentação das ruas, e 40% disseram que não há nada que não gostem.

Outras respostas apareceram com menor frequência como, por exemplo, cachorros soltos nas ruas, distância do centro (principalmente no Prado Velho e no Ivo Ferronato), falta de manutenção no conjunto, falta de participação da comunidade, inadequação do posto de saúde, lixo nas ruas, etc.

4.3.3 Relação entre satisfação com o conjunto onde mora, localização do conjunto e tempo de moradia

O nível de *satisfação com o conjunto* em que mora apresentou correlação negativa com a variável *localização do conjunto* (Sig. = 0.017; Spearman = -,218), ou seja, quanto mais distante o conjunto está localizado em relação ao centro, mais insatisfeitos estão os moradores.

Quanto à distância dos conjuntos habitacionais ao centro da cidade, é importante comentar aqui a diferença entre a *distância real*, ou seja, aquela dada em metros ou quilômetros e a *distância percebida*, que é aquela que os moradores sentem por acharem que o local onde moram é longe ou muito longe do centro.

Pela distância real, o Ivo Ferronato é o conjunto que está localizado mais longe do centro da cidade (4 Km) conforme vimos anteriormente, e os respondentes deste conjunto confirmam este dado, ou seja, 70% consideram morar longe ou muito longe do centro, enquanto que apenas 10% acham perto ou muito perto. Neste conjunto 90% dos respondentes se locomovem de ônibus, 3,3% utilizam carro, 3,3% se locomovem a pé.

Já o Stand é o conjunto habitacional que se localiza mais próximo do centro (1,2 Km), nele 53,3% dos respondentes acha que o conjunto é perto do centro, enquanto que 33,3% acham que não fica nem longe/nem perto, e 13,3% acham longe do centro. Aqui a distância real e a distância percebida é a mesma, ou seja, os respondentes percebem que o conjunto em que moram está perto do centro, portanto acham realmente perto. O meio de transporte mais utilizado é o ônibus citado por 30% dos respondentes, outros 20% utilizam o carro para se deslocarem, e 16,7% dos respondentes disseram ir a pé ao centro da cidade. Alguns respondentes utilizam mais de um meio de transporte dependendo da situação e das condições financeiras, destes, 40% disseram utilizar o ônibus ou o carro e 20% disseram ir a pé ou de ônibus.

O Núcleo Ney Azambuja dista aproximadamente 1,5 Km do centro, a distância percebida é equivalente à distância do Stand, sendo que, conforme dito anteriormente, nele terminam as duas principais ruas da cidade, o que dá a impressão de estar mais próximo do centro. Quanto à localização em relação ao centro, 56,7% dos respondentes consideram que o conjunto habitacional onde moram localiza-se perto do centro, 26,7% acham que não é nem longe/nem perto, e 16,7% acham longe. Sobre o meio de transporte utilizado, 80% utilizam o ônibus, 3,3% se deslocam a pé, dos respondentes que utilizam mais de um mais de transporte, 13,3% se deslocam a pé e de ônibus e 3,3% utilizam o ônibus ou o carro.

E ainda o Prado Velho, que está localizado à aproximadamente 3 Km do centro da cidade, 60% dos respondentes acham que o conjunto está localizado longe do centro, 30% acham que não fica nem longe/nem perto, e 19% consideram que o conjunto está localizado próximo ao centro. Quanto ao meio de transporte mais utilizado, 63,3% utilizam o ônibus, 3,3% de deslocam a pé, 3,3% de bicicleta; e dos respondentes que utilizam mais de um meio de transporte 40% se deslocam de ônibus ou de carro e 16,7% se deslocam a pé ou de ônibus.

É possível que a facilidade e o meio de locomoção também afete a percepção de distância dos moradores em relação ao centro da cidade.

Em relação a variável *localização do conjunto*, cabe mencionar que quando foram exploradas as relações entre todas as variáveis, foi identificada uma correlação entre o nível de *satisfação com a aparência visual* e a *localização do conjunto o que acha da aparência do conjunto* (Sig.= 0,031; Spearman = -,197). Esta correlação negativa sugere que aqueles moradores que se consideram morando em locais mais afastados do centro da cidade, portanto em locais geralmente considerados menos qualificados, avaliam mais negativamente a aparência do conjunto onde mora. Esta correlação pressupõe a existência de uma auto-discriminação, mas não permite que sejam elaboradas análises mais aprofundadas a esse respeito.

4.3.4 Conclusões sobre a hipótese 2

Após investigada a hipótese sobre a relação entre quantidade e qualidade dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer, e a avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais pelos moradores, verifica-se que o nível de satisfação com o conjunto habitacional é afetado por aspectos que determinam a qualidade e quantidade percebida pelos moradores. A partir da análise estatística, verifica-se que ausência de alguns equipamentos nos conjuntos, como por exemplo, a creche no Ivo Ferronato influencia de forma negativa na avaliação de desempenho por parte dos moradores deste conjunto. Os moradores se sentem insatisfeitos por não terem com quem deixar as crianças para poderem trabalhar. Já nos outros conjuntos não se observa o mesmo. De maneira geral os moradores dos outros três conjuntos investigados, avaliam de forma positiva o conjunto em que moram, apesar da falta de alguns equipamentos urbanos, como por exemplo, no Stand onde há pouco foi desativado o posto de saúde para uma área próxima ao conjunto, porém isso não foi suficiente para influenciar de forma negativa os moradores deste conjunto.

4.4 ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS, SERVIÇOS E ESPAÇOS ABERTOS COMUNAIS UTILIZADOS PARA ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER SEGUNDO PARÂMETROS PROPOSTOS NA LITERATURA

Para investigar a terceira hipótese de que "*a adequação dos equipamentos, serviços e áreas de lazer disponibilizados para os moradores de conjuntos habitacionais afeta a intensidade de uso de equipamentos, serviços e áreas de lazer localizados distantes do conjunto*" foram analisados os dados obtidos através de questionários, entrevistas e observações de comportamento dos moradores. As relações e correlações encontradas nos testes estatísticos, muitas vezes corroboram essas opiniões e observações.

Foi constatado anteriormente que os respondentes dos quatro conjuntos habitacionais investigados, consideram como uma das maiores deficiências a falta de áreas de lazer nos seus conjuntos. Somente no Núcleo Ney Azambuja existe uma praça, que é utilizada por parte dos moradores, mas é freqüente a manifestação de descontentamento dos moradores do conjunto com esta área, pois comentam que a praça está em mau estado de conservação, com poucos brinquedos, poucos bancos, sem quadras esportivas adequadas. Segundo alguns entrevistados, os próprios moradores do conjunto não zelam pela sua manutenção, incluindo atos de vandalismo realizados por alguns jovens. Nesse conjunto, as áreas semi-privadas dos blocos de apartamentos também são utilizadas para realizar atividades de lazer e recreação dos moradores dos blocos de apartamentos.

Nos outros conjuntos habitacionais as atividades de lazer e recreação acontecem nas ruas, nas calçadas, terrenos desocupados e no pátio das casas. Portanto, as atividades de lazer nos conjuntos habitacionais acabam acontecendo em locais adaptados. Por exemplo, nas observações de comportamento foi possível verificar as crianças jogando futebol no meio da rua. Isso foi observado no Ivo Ferronato e no Stand, onde existem áreas verdes vazias que poderiam ser utilizadas para essa prática, mas mesmo assim, as crianças preferem jogar bola no meio da rua, próximo às suas casas. Essa prática foi observada principalmente, nos finais de semana à tarde, pois dia de semana nesses horários as crianças encontram-se na escola. Outra brincadeira freqüente é andar de bicicleta, também realizada no meio da rua, já

que as calçadas são estreitas e irregulares. Isso se percebe tanto no final da manhã, como no final da tarde, também durante a semana. Na época da aplicação dos questionários foi freqüente a presença de crianças nas áreas verdes vazias dos conjuntos soltando pipas, pois se trata de uma tradição na região, na época do feriado da Páscoa as crianças e até mesmo jovens soltam pipa nessas áreas.

No entanto, em todos os conjuntos habitacionais investigados, os respondentes afirmam utilizar uma praça para suas atividades de recreação e lazer, referindo-se a Praça dos Desportos, popularmente chamada pela população do município de Praça de Esportes. Esta praça está localizada no centro da cidade, onde são realizadas atividades abertas à comunidade, organizadas por empresas e instituições locais, como mateadas, festas de aniversário das rádios locais, shows, feiras, entre outras. Essa praça é maior e melhor equipada do município: com a dimensão de um quarteirão (100m x 100m), possui um playground com vários brinquedos, banheiro público, áreas com bancos, quadra poliesportiva, pista de skate e patinação, além de quiosques de revistas, lanches, etc.

A utilização desta praça no centro da cidade, que foi citada pela maioria dos respondentes dos quatro conjuntos habitacionais investigados, é justificada pela variedade de atrações e opções de lazer e divertimento, bom estado de conservação e facilidade de acesso. Nem a distância dos conjuntos habitacionais mais afastados do centro como o Ivo Ferronato e o Prado Velho, impedem que os moradores desses conjuntos utilizem esta praça. Essa constatação pode ser verificada na tabela abaixo que mostra as distâncias de cada conjunto ao centro da cidade e a praça que utilizam para suas atividades de recreação e lazer.

Tabela 15: Distância ao centro e utilização de praças para recreação e lazer

	NÚCLEO NEY AZAMBUJA	IVO FERRONATO	PRADO VELHO	STAND
Distância em relação ao centro	1,5 Km	4 Km	3 Km	1,2 Km
Praças mais utilizadas	Praça do conjunto e praça do centro	Praça do centro	Praça do centro	Praça do centro

Quanto aos equipamentos urbanos analisados, depois de iniciada a aplicação dos métodos de coleta de dados, verificou-se que todos os conjuntos possuem posto de saúde que são utilizados pelos moradores. Durante a aplicação dos questionários no Promorar Stand, o antigo posto de saúde foi fechado, devido à abertura de outro maior e melhor equipado, localizado a aproximadamente 500 metros do conjunto habitacional, também destinado à população do entorno. Em um primeiro momento, este fato provocou manifestações de descontentamento por parte dos moradores, pois agora tem que caminhar alguns quarteirões, mas não foi realizada uma avaliação posterior a sua implantação. Conforme os dados levantados durante o trabalho de campo, 80% dos moradores utilizavam o antigo posto de saúde.

No Núcleo Ney Azambuja, o posto de saúde localiza-se dentro do CAIC, a escola existente no conjunto. É atendido por médicos de três especialidades, e bastante elogiado pelos moradores. Aqui 63,3% dos respondentes utilizam o posto do conjunto, enquanto que 36,7% vão ao centro. Deste percentual que é atendido em outros locais do centro da cidade, alguns citaram que o motivo é porque tem algum tipo de convênio médico.

No Ivo Ferronato, 80% dos respondentes utilizam o posto de saúde do conjunto, que também é atendido por médicos de três especialidades. Outros 10% utilizam em outro bairro, num posto de saúde maior que está localizado há aproximadamente 2 Km dali, e outros 10% utilizam o posto no centro da cidade.

Já no Prado Velho, 90% dos respondentes utiliza o posto do conjunto, que durante a aplicação dos questionários foi reinaugurado, pois havia passado por reformas e ampliação das instalações. Outros 6,7% utilizam o posto de saúde do centro, e ainda, 3,3% utilizam em outro bairro.

Portanto, os resultados indicam que quando este equipamento é adequado, tende a ser majoritariamente utilizado pela população dos conjuntos.

Quanto a utilização da escola pelos moradores, a tabela abaixo mostra a realidade nos conjuntos habitacionais.

Tabela 16: Uso da escola nos conjuntos habitacionais

CONJUNTOS	Utiliza a escola			
	No seu conjunto	Em outro bairro	No centro	Não tem crianças que vão a escola
Ney Azambuja	36,7%	-	13,3%	50%
Ivo Ferronato	53,3%	16,7%	6,7%	23,3%
Prado Velho	36,7%	20%	20%	23,3%
Stand	33,3%	16,7%	26,7%	23,3%

Quando mencionado o uso de escolas em outros bairros ou no centro da cidade, justifica-se por serem escolas de 2º grau, que conforme as normas encontradas na literatura, devem atender a cidade, não havendo necessidade de cada bairro possuir uma escola de 2º grau.

Outro fator analisado foi o uso do pequeno comércio existente nos conjuntos habitacionais, supermercados, mercearias, padaria, etc.

Tabela 17: Locais utilizados para compras nos conjuntos habitacionais

CONJUNTOS	Locais mais utilizados para compras diárias			
	No seu conjunto	Em outro bairro	No centro	No conjunto e no centro
Ney Azambuja	6,7%	6,7%	86,7%	-
Ivo Ferronato	50%	10%	36,7%	3,3%
Prado Velho	60%	13,3%	20%	6,7%
Stand	56,7%	10%	20%	13,3%

No Núcleo Ney Azambuja, observa-se que a maioria dos respondentes faz suas compras no centro, esse dado é justificado pela facilidade de acesso e transporte, pela variedade encontrada nos supermercados que são maiores e porque no conjunto existem somente duas mercearias e nenhum supermercado de médio porte. Os moradores que fazem suas compras em outro bairro, o fazem em um supermercado de médio porte localizado há cinco quarteirões de distância dos blocos de apartamentos.

Já no Ivo Ferronato, a maioria dos respondentes faz suas compras no próprio conjunto por não terem condições financeiras de se deslocar até o centro, e pela facilidade de comprar “fiado” nas mercearias do conjunto que geralmente estão localizadas em partes adaptadas das casas dos proprietários de pequeno comércio. Não é previsto local para a implantação de pequeno comércio e serviços nessas áreas residenciais. Os moradores que compram no centro da cidade, o fazem pela variedade de mercadorias e pelo preço.

No Prado Velho, os respondentes que fazem suas compras no próprio conjunto, o fazem pela existência do supermercado de médio porte e pequeno comércio local, e por acharem mais econômico, pois evitam se deslocar até o centro, que consideram longe. Dos respondentes que compram no centro, o motivo é a variedade de mercadorias e o preço bom.

E no Stand, os respondentes que compram no centro, o fazem pela variedade de mercadorias, pela facilidade de acesso e pelo preço. Os respondentes que compram em um bairro vizinho, todos citaram o mesmo supermercado, por ser de médio porte e pelos bons preços.

Percebe-se então, que em todos os conjuntos habitacionais, quando os respondentes disseram que fazem suas compras no centro da cidade e não nos seus conjuntos, o motivo principal é a variedade de mercadorias, não encontradas nas mercearias dos conjuntos, também pelo preço melhor, apesar de alguns respondentes acharem que não existe essa diferença. Os respondentes que disseram que fazem suas compras no próprio conjunto, é porque evitam o uso de transporte pago, ou seja, existe a dificuldade financeira em comprar a passagem, e porque na maioria das mercearias dos conjuntos os moradores podem pagar as compras “quando podem”, ou seja, compram “fiado”. Essa última justificativa é característica principalmente do Ivo Ferronato, por ser o conjunto com renda familiar mais baixa.

4.4.1 Análise da adequação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer de acordo com as normas urbanísticas

De acordo com as distâncias para implantação de equipamentos, serviços urbanos e espaços abertos comunitários utilizados para recreação e lazer nos conjuntos habitacionais determinadas pelos diversos autores pesquisados neste trabalho, foi possível analisar o grau de adequação destes nos conjuntos habitacionais aqui investigados. Foram analisados, as escolas de 1º e 2º graus, as creches, os postos de saúde, os centros comunitários, as áreas de lazer e as áreas de comércio.

As escolas de ensino fundamental (1º grau) devem estar localizadas próximo às residências. Para alguns autores, elas devem atender a 01 unidade de vizinhança que possui de 3.000 à 15.000 pessoas e que corresponde a uma área circular de 800 metros de raio (e que foi fixada em 5.000 pessoas por

Clarence Perry), sendo assim todos os conjuntos habitacionais investigados estão dentro das normas para implantação deste equipamento, pois os conjuntos possuem aproximadamente entre 2.000 e 3.500 pessoas.

Quando ocorre a inadequação de equipamentos e serviços urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais, os respondentes são obrigados a utilizar alguns equipamentos urbanos em outros bairros ou no centro da cidade. É o caso das escolas de 2º grau que, quanto à localização recomendada por alguns autores, deve atender a bairros ou, quando especializadas, a toda a cidade. Em Bagé, as escolas de 2º grau estão localizadas no centro da cidade, portanto, os alunos que moram nesses conjuntos habitacionais deslocam-se até o centro para utilizá-las. No entanto as distâncias destas escolas são aceitáveis de acordo com as distâncias mencionadas pelos autores.

O diagrama abaixo mostra as distâncias da escola de 2º grau mais utilizada pela população, localizada no centro da cidade, aos conjuntos habitacionais investigados.

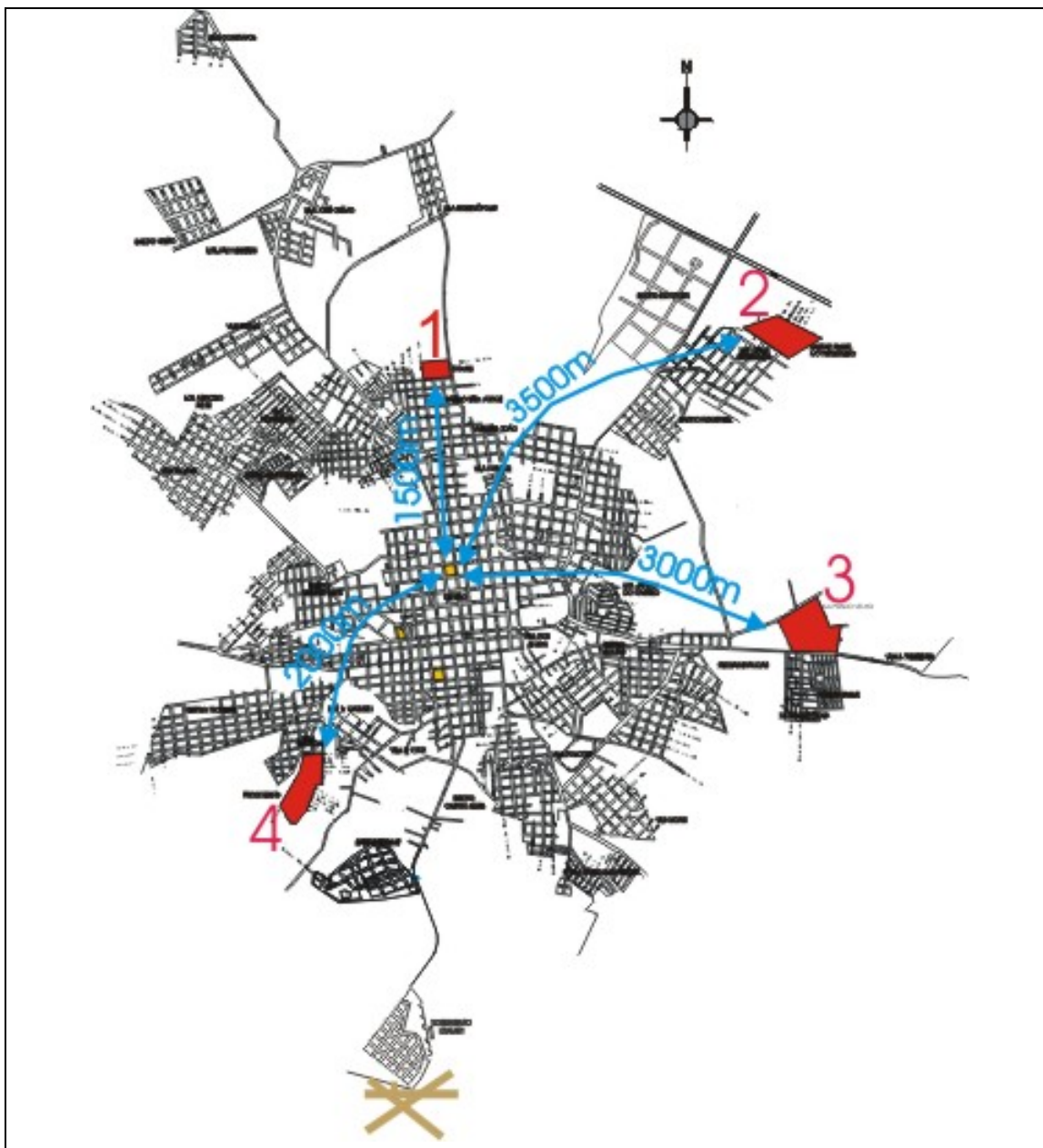


Figura 55: Distância das escolas de 2º grau localizadas no centro da cidade, utilizadas pelos adolescentes e jovens dos conjuntos habitacionais

Quanto à implantação das creches verificou-se inadequação em um dos conjuntos. Conforme os autores estudados, a creche deve estar localizada próximo às escolas de primeiro grau, de modo que as crianças possam acessar visualmente as atividades realizadas e devem atender a (01) uma unidade de vizinhança, que conforme Ferrari (1991) corresponde a 800 metros de raio. Nos conjuntos Ney Azambuja, Prado Velho e Stand, essa norma é cumprida. Em todos eles, as creches estão localizadas no mesmo quarteirão, ao lado da escola, sendo que no Stand existe apenas uma cerca metálica separando os dois prédios, possibilitando às crianças a visualização das atividades da escola

e vice-versa, conforme recomendado por Alexander (1980). Já no Ivo Ferronato não existe creche, e a creche mais próxima está localizada há aproximadamente 2 Km. Essa inadequação impede muitas mães de trabalhar, já que não possuem condições financeiras para se deslocarem até ela para deixar suas crianças. Isso é confirmado quando analisados os questionários, onde 73,3% dos respondentes citou a creche como uma prioridade para o conjunto.

Abaixo se percebe a distância da creche mais próxima ao conjunto Ivo Ferronato, utilizada pelos moradores deste conjunto (Figura 51).

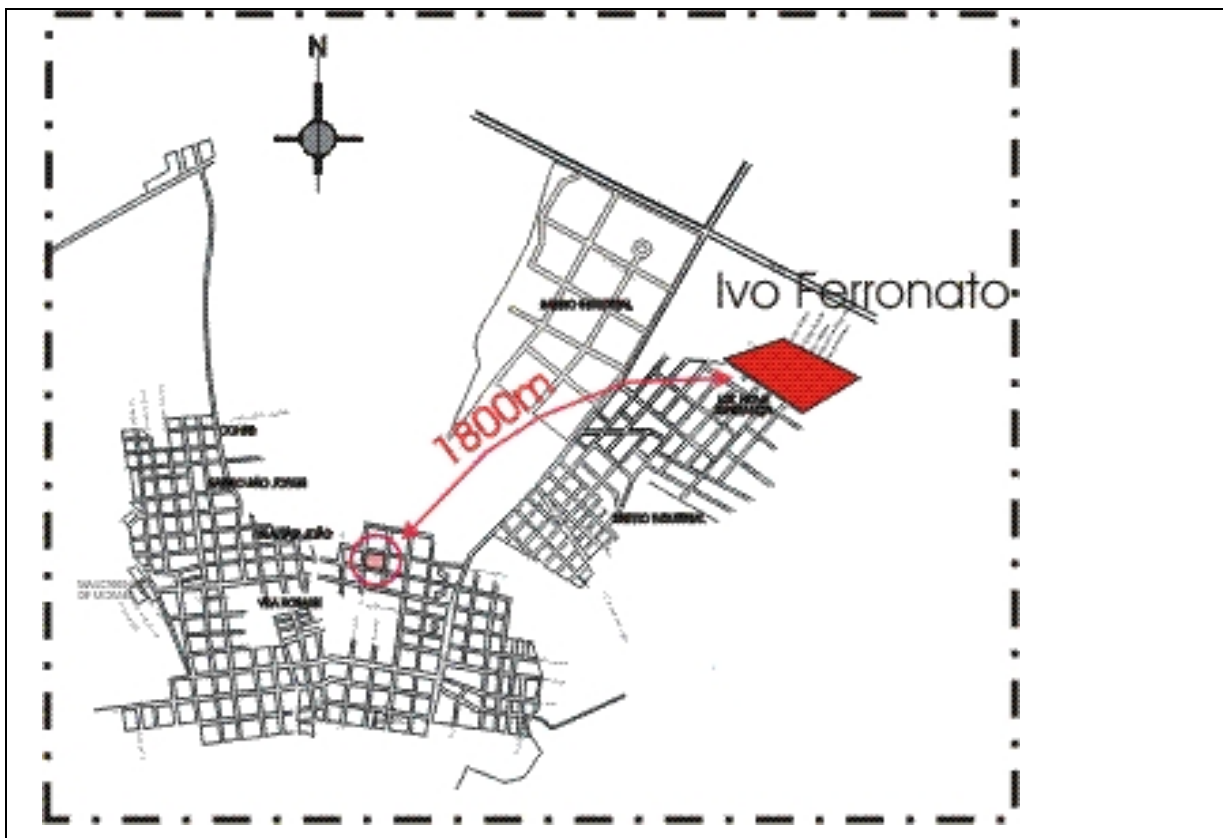


Figura 56: Distância da creche utilizada pelas crianças do conjunto habitacional Ivo Ferronato

Para os postos de saúde, as normas dizem que devem atender a (01) uma unidade de vizinhança (em torno de 7.000 moradores), e servir aos bairros para atendimentos freqüentes e imediatos. Dos conjuntos habitacionais investigados, apenas o Stand não possui posto de saúde dentro do conjunto. Havia um posto de saúde que foi fechado na época da aplicação dos questionários, porque foi inaugurado outro em um bairro vizinho com o propósito de atender a 8.000 pessoas, que atende as normas urbanísticas, já

que (01) uma unidade de vizinhança tem de 3.000 a 15.000 pessoas. O diagrama abaixo mostra a localização do novo posto de saúde, situado há aproximadamente 500 metros do conjunto Stand (Figura 52).

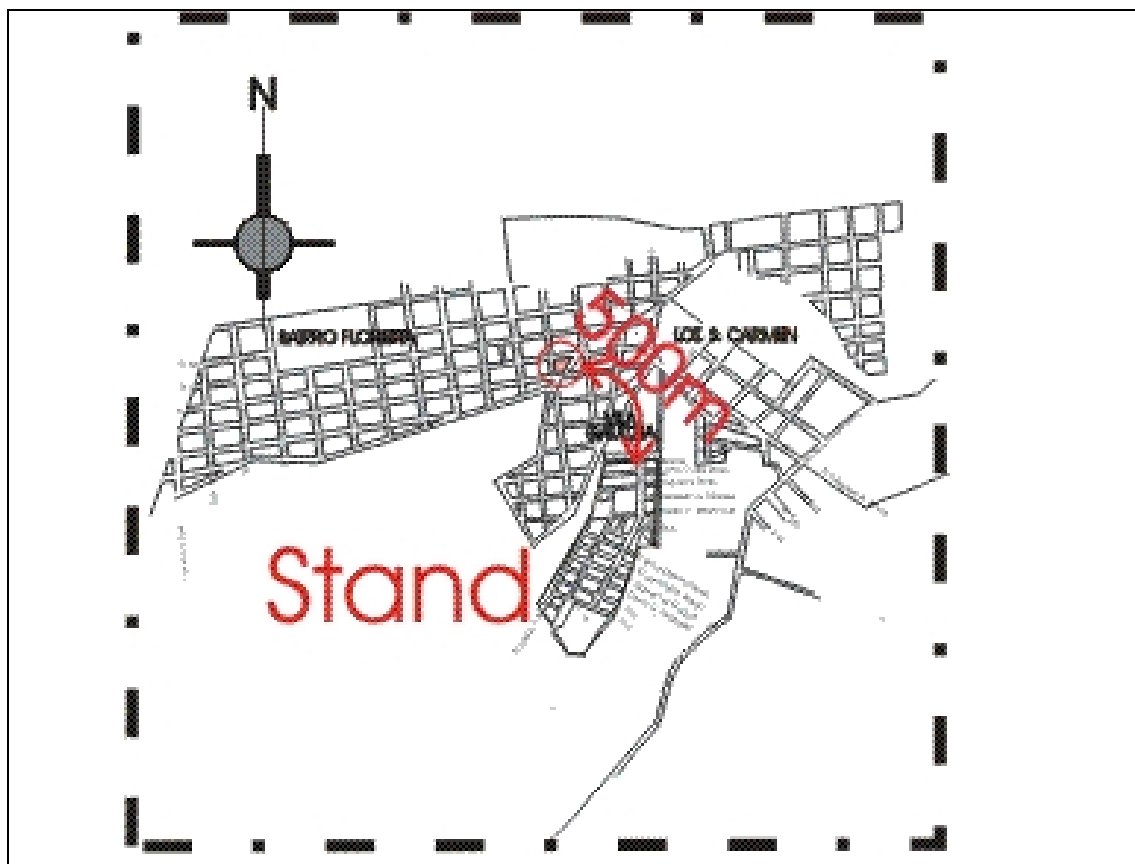


Figura 57: Distância do novo Posto de Saúde utilizado pelos moradores do conjunto habitacional Stand

Os conjuntos Ney Azambuja, Ivo Ferronato e Prado Velho, têm posto de saúde localizados próximo às escolas dos conjuntos. Alguns mais elogiados pelos respondentes do que outros. Os centros comunitários também devem atender a (01) uma unidade de vizinhança. Dos conjuntos investigados, o Ivo Ferronato e o Prado Velho possuem um prédio próprio para o centro comunitário; no Ney Azambuja as atividades da comunidade são realizadas no CAIC; e o Stand não possui centro comunitário, e foi constatado que algumas atividades comunitárias, quando acontecem, são realizadas na escola.

Sobre as áreas de comércio, as normas falam do comércio de pequeno porte, que devem ser localizados em centros de bairro para gerar aglomerações e atrair outras atividades e equipamentos para sua vizinhança (como praças, telefones públicos, etc.). Não falam em distâncias, nem na

população que deve ser atendida por esses serviços. Nos conjuntos habitacionais o que se percebe é a existência de um grande número de mercearias e em alguns deles, no Prado Velho e no Stand, mercados de médio porte (comparados aos supermercados existentes no centro). Foi observado que essas mercearias geralmente atraem as pessoas. É comum encontrar grupos de pessoas de todas as idades, conversando em frente a essas mercearias, o que gera movimento nas ruas dos conjuntos habitacionais. No entanto, como já foi mencionado anteriormente, essas áreas de pequeno comércio surgiram espontaneamente, pois não foram previstas áreas de pequeno comércio e serviços nos conjuntos habitacionais.

Quanto aos equipamentos de lazer, são classificados pelos autores em lotes de brinquedos, playgrounds, parques de recreio, etc. Adequando estes conceitos à realidade dos conjuntos habitacionais investigados, consideramos as normas para implantação dos playgrounds, ou seja, as áreas de brinquedos em pequenas praças. As normas determinam que um playground deve ter um raio de abrangência de 400 a 600 m e deve servir a 540 crianças (área de jogos e brinquedos) e 5.000 habitantes (para áreas de descanso). Como já foi visto anteriormente, somente o Ney Azambuja tem uma praça com poucos brinquedos, que não atende adequadamente às crianças deste conjunto habitacional. Os outros conjuntos não possuem nenhum tipo de área de lazer.

4.4.2 Conclusões sobre a hipótese 3

A partir da aplicação dos questionários, entrevistas e observações de comportamento, e da análise dos testes estatísticos, pode-se afirmar que os moradores dos conjuntos habitacionais investigados utilizam os equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer no centro da cidade, muitas vezes pela inadequação destes no seu conjunto. Mas isso não é regra, ou seja, o fato dos respondentes utilizarem o centro não quer dizer que é porque não existem esses equipamentos e serviços no conjunto, mas sim, porque o que existe é deficiente ou não atende às necessidades dos moradores, ou ainda porque existem diferentes níveis de oferta em cada conjunto habitacional.

Verificou-se que os jovens e adultos utilizam as escolas de 2º grau no centro ou em outros bairros. O comércio existente nesses conjuntos é informal, e as normas não são atendidas. Na maioria das vezes, não oferece bons

preços nem variedade de mercadorias. Por esse motivo, as pessoas que têm condições, deslocam-se até o centro para fazerem suas compras diárias. Nos postos de saúde dos conjuntos os médicos que atendem são pediatras, clínicos gerais e ginecologistas, para outras especialidades é necessário deslocarem-se até o centro. Nesse caso, a norma é atendida, ou seja, os postos de saúde devem dar atendimento imediato, para outros casos, existem os hospitais. Quanto às escolas de 1º grau, verificou-se que a maioria dos respondentes utiliza a escola do próprio conjunto. Sobre as creches o maior problema, como já foi dito, é no Ivo Ferronato, pois nos outros três conjuntos a creche também atende às necessidades dos usuários.

Os dois maiores problemas confirmados são a falta de áreas de lazer e a falta de previsão de pequeno comércio e serviços em todos os conjuntos. Para compensar a falta de áreas de lazer, os moradores dos conjuntos habitacionais utilizam uma praça no centro, os pátios de suas casas e as ruas e calçadas do conjunto para suas atividades de lazer, conforme a faixa etária. E quanto a inexistência de local apropriado para implantação de pequeno comércio e serviços locais, nota-se a adaptação de moradias para essa finalidade.

Apesar de não existirem normas urbanísticas no município de Bagé para a implantação de conjuntos habitacionais, percebe-se que mesmo considerando a diversidade de parâmetros sugeridos na literatura quanto a determinação das distâncias para implantação de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer, os equipamentos, serviços e áreas de lazer, quando existentes, parecem estar adequados. No entanto, ficam evidentes as conseqüências decorrentes da falta de planejamento adequado nos conjuntos habitacionais, que implica em deslocamentos constantes até outros bairros ou ao centro da cidade para o atendimento das necessidades básicas da população.

5. CONCLUSÃO

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a conclusão geral do trabalho. Discute o problema da pesquisa, os objetivos e os métodos utilizados para a investigação, bem como as conclusões sobre as hipóteses exploradas e a relevância dos resultados obtidos. Sendo assim, estabelece as implicações destes resultados nos estudos relativos ao desempenho dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda no Brasil.

5.2 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS

Esta pesquisa investigou os critérios adotados para implantação de equipamentos urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda no município de Bagé – RS. Dos onze conjuntos habitacionais existentes no município, foi selecionada para investigação uma amostra de quatro conjuntos representativos do universo de conjuntos, pela indisponibilidade de tempo em realizar uma investigação na sua totalidade.

Tendo como problema de pesquisa a provisão de equipamentos urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais, o trabalho concentrou-se no levantamento de dados e análise dos equipamentos urbanos existentes e na investigação dos parâmetros utilizados para localização destes equipamentos.

O levantamento dos dados foi realizado através da aplicação de diversos métodos, como levantamento de arquivo sobre as normas urbanísticas e o plano diretor do município de Bagé, planos diretores de cidades brasileiras, levantamento físico dos conjuntos habitacionais investigados, aplicação de questionários, observações de comportamento e entrevistas informais. A análise dos dados levantados permitiu um maior conhecimento da realidade destes conjuntos.

Os objetivos deste trabalho foram: analisar as normas urbanísticas vigentes para a implantação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais de baixa renda; avaliar a provisão e adequação dos serviços e equipamentos urbanos tais como áreas de pequeno comércio e serviços, escola de 1º grau, centro de educação infantil, posto de saúde, praças para recreação e lazer, oferecidos à população de conjuntos habitacionais; medir o impacto da adequação/inadequação ou inexistência desses serviços e equipamentos na avaliação de desempenho do conjunto; medir a importância da adequação/inadequação ou inexistência desses serviços e equipamentos no nível de apropriação dos espaços abertos do conjunto; medir a importância da adequação/inadequação ou inexistência desses serviços e equipamentos no relacionamento entre os moradores e na interação social da comunidade. Com a metodologia utilizada os objetivos propostos foram alcançados.

Para medir o impacto da adequação/inadequação ou inexistência desses equipamentos na avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais foram utilizados questionários (trinta questionários em cada conjunto), entrevistas informais e observações de comportamento, para identificar os locais utilizados pelos moradores para atender as suas necessidades.

Foi possível verificar que se os moradores que não possuem equipamentos urbanos, como postos de saúde, escolas e creches em seus conjuntos, os utilizam em bairros próximos ou no centro da cidade. A interação social e as relações de vizinhança não são afetadas pela falta de áreas de lazer nos conjuntos, já que os moradores utilizam os pátios de suas casas, as ruas, as calçadas, e as áreas entre os blocos de apartamentos para interagirem.

A investigação realizada comprovou a ineficiência da legislação urbanística vigente no que diz respeito à implantação dos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais. Apesar de não existir legislação específica nos municípios brasileiros em geral, a implantação de equipamentos urbanos, tais como escolas, posto de saúde, creche, tende a coincidir com alguns dos parâmetros sugeridos na literatura. No entanto, os projetos de conjuntos habitacionais não incluem a provisão de serviços urbanos

assim mostram-se deficientes na provisão de áreas destinadas ao lazer e recreação.

5.3 HIPÓTESES

Esta pesquisa permite fazer algumas considerações sobre a legislação urbanística e sobre as variáveis envolvidas no processo de apropriação e relações sociais nos conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda.

As hipóteses testadas nesta pesquisa foram:

- a quantidade e a qualidade de áreas de lazer afeta a interação social da comunidade;
- a qualidade e a quantidade de equipamentos e serviços urbanos afeta o desempenho dos conjuntos habitacionais;
- a adequação dos equipamentos, serviços e áreas de lazer disponibilizados para os moradores de conjuntos habitacionais afeta a intensidade de uso de equipamentos, serviços e áreas de lazer localizados distantes do conjunto

A primeira hipótese não foi confirmada, pois se verificou que a ausência de áreas de lazer nos conjuntos habitacionais não afeta a interação social dos moradores, que exercem suas atividades de recreação e lazer, e relações de vizinhança em locais adaptados.

A segunda hipótese que testava se a ausência de equipamentos e serviços urbanos afetam a avaliação de desempenho dos conjuntos habitacionais investigados foi parcialmente comprovada, ou seja, apenas os moradores do Ivo Ferronato, que não possui creche, manifestaram sua insatisfação com o conjunto por esse motivo. Os moradores dos outros três conjuntos investigados, em sua maioria, estão satisfeitos com o lugar onde moram.

Já a hipótese sobre a adequação dos equipamentos, serviços e áreas de lazer disponibilizados para os moradores de conjuntos habitacionais e seus efeitos na intensidade de uso de equipamentos, serviços e áreas de lazer localizados distantes do conjunto, foi parcialmente comprovada. Verificou-se que os usuários utilizam os equipamentos urbanos e áreas de lazer em outros

bairros ou no centro da cidade, quando não dispõem destes no seu conjunto habitacional; mas quando a provisão destes equipamentos urbanos e áreas de lazer nos seus conjuntos é adequada quanto a localização e tamanho da população atendida, os moradores utilizam os equipamentos do próprio conjunto. Quanto aos serviços locais, que inclui pequeno comércio, foi constatado que não são previstos pelo projeto, mas são implantados pelos próprios moradores em locais adaptados.

5.4 DISCUTINDO OS RESULTADOS

Na análise da legislação urbanística existente, quanto aos critérios utilizados para a localização de equipamentos urbanos e áreas de lazer nos conjuntos habitacionais, percebe-se que a falta de diretrizes para a ocupação do solo é discutida desde a década de 70, conforme comentado por Campos Filho, no capítulo 1 (p.10) desta pesquisa.

Ainda conforme visto no capítulo 2, não foi encontrada nenhuma Lei Orgânica nos municípios do Rio Grande do Sul, que mencionasse critérios de localização ou dimensionamento para equipamentos urbanos e áreas de lazer. Assim também acontece em Bagé-RS, e isso corrobora com o que foi observado nos quatro conjuntos habitacionais investigados nesta pesquisa, que não existem parâmetros de dimensionamento para implantação dessas atividades.

Já dos planos diretores analisados, poucos mencionam critérios de dimensionamento para a localização destes equipamentos. Nos planos diretores que citam alguns critérios, estes foram citados e discutidos ao longo do capítulo 2 desta pesquisa.

Observa-se que os conjuntos possuem os equipamentos urbanos básicos, como posto de saúde, escola de 1º grau e creche (com exceção do Ivo Ferronato), mas que a localização desses equipamentos deu-se sem planejamento, ou seja, sem a preocupação com o número de pessoas que iria atender e com as distâncias permitidas de deslocamento dos usuários para utilizar esses equipamentos.

Para verificar se a localização dos equipamentos urbanos existentes nos conjuntos habitacionais está atendendo às necessidades dos usuários, foi

preciso ter como base alguns dos dimensionamentos propostos pelos autores pesquisados na literatura, apesar de não haver uma concordância nos critérios utilizados.

De modo geral, os equipamentos urbanos existentes nos conjuntos habitacionais investigados, atendem às necessidades dos usuários desses conjuntos. Todos têm posto de saúde próximo a sua residência, ou seja, baseado nas poucas normas encontradas, um posto de saúde deve estar a uma distância percorível a pé de sua habitação, o que se confirma em todos eles. O único conjunto habitacional, dos quatro investigados, que não possui posto de saúde dentro do conjunto, é o Stand, mas o novo posto de saúde implantado pela prefeitura com o propósito de atender a quatro bairros do entorno, com uma população aproximada de 8.000 pessoas, encontra-se a aproximadamente 500 metros deste conjunto, portanto, dentro das normas encontradas.

As escolas de ensino fundamental também atendem as necessidades dos usuários, já que todos os conjuntos possuem escola para atender a seus moradores. Já as escolas de 2º grau estão localizadas no centro da cidade, mas conforme Santos (1988) essas escolas devem atender bairros, ou quando especializadas, a toda a cidade.

Apenas um dos conjuntos, o Núcleo Ney Azambuja, possui uma praça, mesmo assim os moradores dos quatro conjuntos utilizam uma praça localizada no centro da cidade para suas atividades de recreação e lazer. O Ivo Ferronato não possui creche, fazendo com que as mães que têm condições de pagar o transporte, se desloquem até a creche mais próxima que fica à 2 Km de distância do conjunto.

Essa situação foi a única encontrada durante a pesquisa, que mostra a falta de planejamento na distribuição dos equipamentos urbanos nesses conjuntos habitacionais, já que os outros equipamentos aqui analisados, com exceção das áreas de lazer, do modo como estão implantados, estão atendendo as necessidades dos usuários.

Conforme já foi mencionado, dos quatro conjuntos habitacionais investigados nesta pesquisa, três deles possuem creche para atender a seus usuários. E conforme as normas encontradas que definem as distâncias recomendadas para este equipamento, uma creche (ou centro de educação infantil) deve estar a uma distância máxima de 700 metros da habitação. Sendo

assim, em conjuntos habitacionais como esses aqui investigados, com população aproximada de 2.300 à 3.000 pessoas (num cálculo de 4 pessoas/habitação.), esses critérios são atendidos.

As áreas de comércio destes conjuntos habitacionais caracterizam-se por comércio de pequeno porte, mercearias, padarias, e mercados de médio porte. Esse comércio está localizado, em sua maioria, de forma adaptada na própria residência, transformando-a em uso misto.

Os critérios para dimensionamento destes equipamentos e das áreas de recreação encontrados na literatura são totalmente distintos, o que comprova a falta de parâmetros para sua determinação. Alguns autores tratam em densidade, outros em metros, em centímetros de fachada, enfim, não é possível estabelecer normas concretas de localização dos equipamentos urbanos e áreas de lazer em conjuntos habitacionais, sem parâmetros coerentes de dimensionamento.

Sobre os resultados obtidos nesta pesquisa com a metodologia aplicada, observa-se que as formas de apropriação dos espaços abertos de uso coletivo (ruas, calçadas, áreas vazias, ou áreas semi-privadas entre os blocos de apartamentos) é um dos fatores que varia em cada conjunto habitacional investigado. De acordo com Gehl (1987) mencionado no capítulo 2 (p.??), as atividades opcionais, como as atividades de recreação e lazer, para serem realizadas dependem das condições físicas oferecidas. Conforme mencionado, nenhum desses conjuntos possui locais destinados às atividades de recreação e lazer. O que se observou foram adaptações em áreas vazias dos conjuntos, como acontece no Prado velho, onde uma grande área verde é utilizada nos finais de semana pelos adultos para jogos de futebol. Atividades como conversar, tomar chimarrão, andar de bicicleta, jogar bola, etc., acontecem na rua, nos pátios das casas, nas esquinas e nas áreas semi-privadas entre os blocos de apartamentos, corroborando com os resultados de Francis (1987).

Conforme Lay e Basso (2001) citadas no capítulo 2, os espaços abertos (praças, ruas, parques), além de produzir os canais para circulação, também promovem as relações sociais, o contato com a natureza, etc. Foi comprovado que, apesar da ausência destes locais nos conjuntos habitacionais investigados, essas relações sociais não são prejudicadas, já que os moradores mantêm as relações de vizinhança em locais adaptados.

Os resultados demonstraram, de maneira geral, que os moradores dos quatro conjuntos habitacionais investigados, estão satisfeitos com o lugar onde moram.

Quando expressaram insatisfação, vários fatores foram mencionados como justificativa, entre eles a distância ao centro da cidade (principalmente no Ivo Ferronato e no Prado Velho que são os mais distantes do centro) e a falta de opções de lazer. Foi identificado que, quanto mais longe o conjunto habitacional está localizado do centro da cidade, mais baixa é a auto-estima dos moradores, que tendem a avaliar negativamente a imagem do conjunto onde moram.

5.5 RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa indicam que a avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, é um tema bastante amplo que permite desdobramentos na área de pesquisa e análise destas áreas residenciais.

Este trabalho pretendia avaliar os critérios utilizados para a localização de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda no Brasil, mais especificamente, como estudo de caso, os quatro conjuntos habitacionais no município de Bagé – RS.

A metodologia utilizada serviu para descrever uma situação real e a partir desta, estabelecer parâmetros para questionar a situação existente, se concluímos que não condiz com o desempenho ideal. Os métodos utilizados permitiram identificar as principais características socioculturais dos usuários destes conjuntos habitacionais, as características físico-espaciais, as potencialidades e os conflitos existentes nestas áreas.

Salientada a importância da pesquisa junto aos moradores dos conjuntos habitacionais, considera-se que a mesma seja de interesse de planejadores, administradores e instituições ligadas a questões sociais, a partir da constatação de que muitas das iniciativas de intervenção em áreas residenciais devem ser planejadas de modo que atenda, em primeiro lugar os interesses dos usuários destas áreas.

No entanto, o estudo mostra que a definição de critérios para localização de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais, varia conforme autores, planos diretores e cidades. Sendo assim, é impossível analisar uma determinada área e ter certeza de que o critério escolhido para essa análise foi o mais indicado. Por essa razão, este trabalho questionou a ausência desses critérios e a necessidade em estabelecer parâmetros que possam ser utilizados para avaliação de uma determinada área residencial, bairro ou cidade.

Apesar do objetivo relacionado a avaliação da legislação urbanística não ter sido plenamente alcançado, entende-se que a pesquisa realizada sobre a legislação existente pode gerar subsídios para futuros trabalhos que contemplem as normas para implantação de equipamentos urbanos e áreas de lazer em conjuntos habitacionais, já que foi constatado a deficiência dessas normas e sua aplicação em novos projetos.

O estudo demonstra também que em Bagé, apesar da falta de planejamento e de critérios determinados no plano diretor do município, os equipamentos urbanos, com algumas exceções, estão distribuídos de maneira satisfatória, conforme alguns critérios encontrados na literatura, mas nem por isso deve-se deixar de lado a preocupação em definir essas normas para implantação de projetos futuros que contemplem o uso e ocupação do solo de forma ordenada.

Ainda, o presente trabalho pretende estimular o desenvolvimento de pesquisas futuras que permitam avançar e construir propostas concretas de intervenção em áreas residenciais de baixa renda, a partir do entendimento das necessidades de seus usuários, e de que o atendimento a essas necessidades reflete diretamente na qualidade de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana – um instrumento de planejamento e gestão urbana.** (Trad. Cláudio Acioly). Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

ALEXANDER, C. **Una lenguaje de patrones.** Barcelona: Ed. Gustavo Gilli, 1980.

BASSO, Jussara. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e apropriação de espaços abertos públicos: o caso de Campo Grande-MS.** Dissertação de Mestrado, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre, 2001.

BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Ed. Global. 1986.

_____. **As origens da urbanística moderna.** Lisboa: Presença, 1987.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CAMPOS, Cândido M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1992.

_____. **Reinvente seu bairro - caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** São Paulo: Editora 34, 2003.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L.; STONE, A. **Public Space.** Environment and Behavior Series. Cambridge University Press, 1992.

CARVALHO, Thereza C. C. **As dimensões da habitação.** Revista Projeto, 1985.

CHOAY, F. **El urbanismo: Utopias e Realidades**. Barcelona: Ed. Lúmen, 1976.

_____ **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

COMAS, Carlos Eduardo D. **O espaço da arbitrariedade. Considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira**. In: Desenho Urbano – Anais do II SEDUR. Editora PINI, São Paulo, 1986.

DEBIAGI, M. **Distribuição dos equipamentos sociais urbanos**. Dissertação de Mestrado, PROPUR-UFRGS. Porto Alegre, 1978.

FERRARI, Célon. **Curso de Planejamento Municipal Integrado: Urbanismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 7ªed. , 1991.

FRANCESCATO, G. et. al. **Evaluating residents satisfaction in housing for low and moderate income families: a multimethod approach**. EDRA nº5, 1974, pp. 285-296.

GEHL, J. **Life between buildings: using public spaces**. Van Nostrand Reinhold Company, New York, 1987.

GONZALEZ, Fernando. **A estruturação urbana e a participação da comunidade: a unidade de vizinhança, o bairro, a cidade e a evolução sócio-cultural do cidadão**. Editora da Universidade, Porto Alegre, 1994.

JÚNIOR. N.S. **Novas perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro. Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Aplicação e eficácia do Plano Diretor**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1997.

KOHLER, R. **Efeitos da legislação e o desempenho de espaços abertos em áreas residenciais – estudo de caso: Ijuí/RS**. Dissertação de Mestrado, PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

LANG, J. **Creating Architectural Theory – The role of the Behavioral Sciences in Environmental Design**. Van Nostrand Reinhold Company Inc. New York, 1987.

LAY, Maria C. D.. **Responsive site design, user environmental perception and behaviour**. Tese de Doutorado, Oxford, 1992.

_____. **O impacto da qualidade da habitação popular na imagem urbana**. ENTAC, 1993.

_____. **Anais do Workshop Avaliação Pós-Ocupação**. FAU-USP. NUTAU, 1994.

_____. **Relações entre legibilidade de layout e apropriação de espaços abertos em conjuntos habitacionais**. Anais do VII ENTAC, Florianópolis, 1998.

_____ **Influência de tipos arquitetônicos e grau de acessibilidade na apropriação de espaços abertos coletivos em conjuntos habitacionais mistos**. In: ENTAC, Salvador, 2000.

LAY, Maria Cristina D; REIS, Antônio T. **Conjuntos habitacionais: projeto x desempenho**. In: Pesquisarqu: revista da biblioteca da faculdade de arquitetura da UFRGS, Porto Alegre, vol.1, n.1, nov.1999, p.107.

_____. **Qualidade do projeto arquitetônico: conjuntos habitacionais**. Visual: revista do curso de arquitetura e urbanismo. Pelotas, n.2, p.21-35, dez.2001.

_____. **The influence of physical changes in communal open spaces on performance evaluation of housing schemes**. Proceedings of the EDRA 34 – People Shaping Places Shaping People. Minneapolis, 2003, pp.123-132.

LAY, Maria C.; BASSO, J. **Effects of compositional and contextual factors on performance evaluation and appropriation of residential streets and**

public open spaces. Proceedings of the EDRA 34 – People Shaping Places Shaping People. Minneapolis, 2003, pp.112-122.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas.** (Tradução Rebeca Scherer). São Paulo: EDUSP, 1993.

LYNCH, K. **A theory of good city form.** Cambridge, Mass., MIT Press, 1981.

_____. **A Imagem da Cidade.** São Paulo, Editora Martins Fontes, 1997.227p.

MANCUSO, F. **Las experiencias del zoning.** Barcelona: GG, 1980.

MATTOS, J. **Vida e crescimento das cidades: introdução ao urbanismo.** Rio de Janeiro: Globo, 1952.

MARICATO, Ermínia. **O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática.** In: GONÇALVES, Maria Flora (org.) O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas. Editora Mercado Aberto, Porto Alegre, 1995. P.261-287.

MORETTI, Ricardo. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social. Recomendações para elaboração.** São Paulo: IPT, 1997.

MOTTA, C.F.A. ; DEL CARLO, U. **Conjuntos habitacionais: Levantamento das aspirações e necessidades do homem.** São Paulo: IPT/FAPESP, 1975.

NYGAARD, Paul D. **Bases doutrinárias em Planos diretores: um estudo dos planos elaborados para o município de Porto Alegre –1914 a 1979.** Dissertação de Mestrado, PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 1995.

REIS, Antônio T. ; LAY, Maria C. **As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômico do ambiente construído.** ANTAC, Gramado, 1995.

REIS, Antônio T.; LAY, Maria Cristina D. **Principais fatores afetando a satisfação e o comportamento dos usuários em conjuntos habitacionais.** Anais ENTAC, 1995.

REIS, Antônio Tarcísio. **Mass housing design, user participation and satisfaction.** Tese de Doutorado, Oxford, 1992.

REZENDE, V. **Planejamento Urbano e Ideologia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROVATTI, João F. **Contribuição ao estudo do planejamento urbano: promoção imobiliária e uso do solo planejado na cidade de Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

SANTOS, Carlos Néelson F. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: EDUFF, 1988.

TOLEDO, A. H.P. de.; CAVALCANTI, M (org.). **Planejamento urbano em debate.** São Paulo: Ed. Cortez e Moraes, 1978.

TOMELIN, Daniela. **Centros de bairros: espaços de convívio para o desenvolvimento equilibrado.** Revista Dynamis, FURB, Blumenau-SC. Vol.8, nº30, pp43-50, janeiro/março 2000.

TUAN, Y. **Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL S.A. , 1980.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global Editora, 1986.

WILSON, G.; BALDASSARE, M. **Overall “Sense of Community” in a suburban region: the effects of localism, privacy, and urbanization.** Environment and Behaviour, Vol.28, nº1, Janeiro de 1996, p.27-43.

ANEXO 1 – NÚCLEO DR. NEY AZAMBUJA

A) FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO:

(V02) Conjunto habitacional – NÚCLEO NEY AZAMBUJA

2. (V06) A localização deste conjunto em relação ao centro da cidade é:

- (0%) muito longe
- (16,7%) longe
- (26,7%) nem longe/nem perto
- (50%) perto
- (6,7%) muito perto

3. (V07) Qual o meio de transporte que utiliza para ir ao centro:

- (3,3%) a pé
- (80%) de ônibus
- (0%) de bicicleta
- (0%) de carro
- (13,3%) a pé e de ônibus
- (3,3%) ônibus e carro

4. (V08) Você acha o bairro onde você mora:

- (3,3%) muito agradável
- (73,3%) agradável
- (16,7%) indiferente
- (3,3%) desagradável
- (3,3%) muito desagradável

5. (V09) Como você se sente vivendo nesse conjunto?

- (13,3%) muito satisfeito
- (70%) satisfeito
- (6,7%) nem satisfeito/nem insatisfeito
- (6,7%) insatisfeito
- (3,3%) muito insatisfeito

7. Quais lugares no bairro você costuma utilizar para lazer?

- (0%) Rua (V144)
- (43,3%) Praça (V147)
- (3,3%) Igreja (V149)
- (0%) Campo de futebol (V150)

(10%) Casas da vizinhança (V151)

(33,3%) Outros (V152)

(26,7%) Nenhum (V159)

10. (V11) Você acha que a quantidade de locais para lazer no seu bairro é:

(0%) bastante suficiente

(13,3%) suficiente

(0%) nem suficiente/nem insuficiente

(63,3%) insuficiente

(23,3%) muito insuficiente

11. (V12) O que você acha da qualidade dos locais para lazer no seu bairro?

(6,7%) muito boa

(40%) boa

(0%) nem boa/nem ruim

(43,3%) ruim

(10%) muito ruim

12. Quais áreas próximas à sua casa você costuma utilizar para lazer?

(3,3%) rua (V153)

(20%) calçada (V154)

(3,3%) bar (V155)

(23,3%) casa de vizinhos (V156)

(20%) outros (V157)

(30%) não utiliza (V158)

13. (V14) De maneira geral, o que você acha da aparência do conjunto onde mora?

(3,3%) muito bonito

(26,7%) bonito

(50%) nem bonito/nem feio

(16,7%) feio

(3,3%) muito feio

14. (V15) O que você acha da aparência das ruas, calçadas e pracinhas do conjunto onde mora?

(0%) muito bonita

(23,3%) bonita

(33,3%) nem bonita/nem feia

(36,7%) feia

(6,7%) muito feia

15. (V16) Você utiliza alguma praça para realizar suas atividades de recreação e lazer?

(70%) sim

(30%) não

(V17) Onde?

(20%) no conjunto

(33,3%) no centro

(30%) não utiliza

(16,7%) no conjunto e fora do conjunto

16. (V18) Na praça que costuma utilizar, você acha que os equipamentos existentes tais como: bancos, brinquedos, são:

(30%) não utiliza

(10%) muito bons

(26,7%) bons

(10%) nem bons/nem ruins

(20%) ruins

(6,7%) muito ruins

17. (V19) O Posto de Saúde que você e sua família utilizam localiza-se:

(63,3%) no seu conjunto

(0%) em outro bairro

(36,7%) no centro

18. (V20) Onde você faz suas compras diárias?

(6,7%) no conjunto

(6,7%) em outro bairro

(86,7%) no centro

(0%) no conjunto e no centro

19. Você ou alguém da sua família utilizam a escola:

(36,7%) no seu conjunto (V21)

(0%) em outro bairro (V22)

(13,3%) no centro (V23)

20. (V24) Como as crianças vão à escola?

(36,7%) a pé

(10%) de ônibus

(0%) de bicicleta

(0%) de carro

(53,3%) não tem crianças que vão a escola

(0%) a pé e de ônibus

21. Onde as crianças costumam brincar:

(13,3%) dentro de casa (V25)

(30%) na calçada/proximidades do bloco (V26)

(6,7%) no pátio (V27)

(26,7%) na pracinha (V28)

(3,3%) na creche (V29)

(53,3%) não tem crianças (V30)

22. O que você acha que está faltando no conjunto onde mora?

(36,7%) Praça (V31)

(16,7%) Quadras esportivas (V32)

(10%) Centro comunitário (V33)

(0%) Creche (V34)

(53,3%) Outros (V35)

(16,7%) Farmácia (V36)

(3,3%) Posto policial (V37)

23. (V38) É importante ter bons vizinhos?

(86,7%) muito importante

(13,3%) importante

(0%) indiferente

(0%) pouco importante

(0%) muito pouco importante

24. (V39) Você tem amigos no conjunto onde mora?

(50%) muitos

(46,7%) poucos

(3,3%) não tem amigos

25. (V40) O conjunto/bairro possui associação de moradores?

(30%) sim

(70%) não

26. (V41) Você participa da associação de moradores?

(10%) sim

(26,7%) não

(63,3%) não existe

27. (V42) Você participa de alguma atividade desenvolvida por grupos de moradores aqui no conjunto?

(76,7%) Sim

Quais atividades?

(16,7%) Grupo de idosos/hipertensos/diabéticos

(3,3%) Cursos e palestras

(3,3%) Clubes e Associações

(0%) Atividades comunitárias

(23,3%) Não

(V43) Onde? (local das atividades)

(0%) Escola

(0%) Posto de Saúde

(23,3%) CAIC

(0%) Igreja

(0%) Campo de futebol

28. (V44) Dentro de sua residência tem algum tipo de atividade que gera renda para a família?

(73,3%) Não

(26,7%) Sim

Qual atividade?

(6,7%) Vende produtos industrializados

(10%) Produz alimentos

(3,3%) Trabalhos manuais

(6,7%) Prestação de serviços

(0%) Pequeno comércio

Informações sobre o respondente:

29. (V45) Qual a renda familiar?

(16,7%) até 1 salário mínimo

(53,3%) entre 1 e 3 salários

(23,3%) entre 3 e 5 salários

(6,7%) entre 5 e 10 salários

(0%) mais de 10 salários

(V46 a V54) Sexo

(76,7%) feminino

(23,3%) masculino

(V55 a V63) Faixa etária

(0%) entre 12 e 18 anos

(40%) entre 19 e 40 anos

(33,3%) entre 41 e 60 anos

(26,7%) acima de 60 anos

(V64 a V72) Estado civil

(56,7%) casado

(6,7%) solteiro

(10%) desquitado

(26,7%) viúvo

(V73 a V81) Nível escolar

(0%) nunca foi à escola

(56,7%) até 1º grau

(40%) até 2º grau

(3,3%) até 3º grau

30. (V82) Há quanto tempo mora no conjunto?

(10%) menos de 1 ano

(23,3%) de 1 a 5 anos

(66,7%) mais de 5 anos

31. (V83) Onde você morava antes?

(6,7%) no mesmo bairro

(70%) na mesma cidade

(23,3%) em outra cidade

(0%) na zona rural

32. (V84) O imóvel onde mora é:

(80%) próprio

(20%) alugado

(0%) emprestado

B) LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO:**6. Quais lugares você utiliza no bairro?**

(6,7%) Áreas semiprivadas (entre os blocos)

(53,3%) CAIC

(0%) Campo de futebol

(13,3%) Casa de vizinhos ou parentes

(0%) Centro comunitário

(0%) Colégio

(0%) CTG

(3,3%) Igreja

(3,3%) Mercado

(16,7%) Mercearia (minimercado)

(16,7%) Nenhum

(3,3%) Padaria

(0%) Posto de saúde

(26,7%) Praça

(0%) Todo o bairro

8. O que mais gosta no bairro?

(0%) Bom saneamento

(20%) CAIC

(0%) Campo de futebol

(0%) Centro comunitário

(20%) Da própria casa

(10%) Nada

(3,3%) Orelhões (telefones públicos)

(0%) Participação no Clube de Mães

(3,3%) Pavimentação das ruas

(0%) Posto de saúde

(0%) Praça

(6,7%) Privacidade

(3,3%) Proximidade dos blocos de apartamentos

(3,3%) Segurança

(6,7%) Tranqüilidade

(6,7%) Transporte adequado

(6,7%) Tudo

(26,7%) Vizinhança

9.O que menos gosta no bairro?

(23,3%) Barulho (bêbados, bagunça dos jovens, música alta)

(6,7%) Cachorros soltos nas ruas

(0%) Campo de futebol

(3,3%) Desorganização dos moradores

(0%) Distância do centro

(0%) Falta de lazer

(6,7%) Falta de manutenção no conjunto

(0%) Falta de participação da comunidade

(0%) Falta de pavimentação (poeira nas ruas, ruas c/ buracos, estrada)

(3,3%) Falta de privacidade

(6,7%) Falta de saneamento/água/luz/esgoto

(3,3%) Falta de segurança (violência, marginais, tiroteio)

(0%) Inadequação do posto de saúde

(10%) Lixo nas ruas (sujeira)

(0%) Local “muito fechado”

(26,7%) Nada (gosta de tudo)

(0%) Ônibus aos domingos (horários)

(3,3%) Tudo (não gosta de nada)

(10%) Vizinhos/comunidade/fofoca

18. Onde você faz suas compras diárias? Por quê?

(3,3%) É hábito

(16,7%) É mais prático (perto, não precisa ônibus)

(6,7%) Falta de mercadorias (aqui não tem supermercado)

(0%) Porque tem bom atendimento (tele-entrega)

(60%) Preço conveniente (é melhor, promoção)

(0%) Tem mercado próprio (em casa)

(3,3%) Vantagens no pagamento (cartão, convênio, fiado, conta)

(16,7%) Variedade de mercadorias (no centro)

ANEXO 2– NÚCLEO IVO FERRONATO

A) FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO

(V02) Conjunto habitacional – IVO FERRONATO

6. (V06) A localização deste conjunto em relação ao centro da cidade é:

- (30%) muito longe
- (40%) longe
- (20%) nem longe/nem perto
- (6,7%) perto
- (3,3%) muito perto

7. (V07) Qual o meio de transporte que utiliza para ir ao centro:

- (3,3%) a pé
- (90%) de ônibus
- (0%) de bicicleta
- (0%) de carro
- (3,3%) a pé e de ônibus
- (3,3%) ônibus e carro

8. (V08) Você acha o bairro onde você mora:

- (10%) muito agradável
- (53,3%) agradável
- (33,3%) indiferente
- (3,3%) desagradável
- (0%) muito desagradável

9. (V09) Como você se sente vivendo nesse conjunto?

- (6,7%) muito satisfeito
- (40%) satisfeito
- (40%) nem satisfeito/nem insatisfeito
- (13,3%) insatisfeito
- (0%) muito insatisfeito

8. Quais lugares no bairro você costuma utilizar para lazer?

- (3,3%) Rua (V144)
- (0%) Praça (V147)
- (3,3%) Igreja (V149)

- (0%) Campo de futebol (V150)
- (3,3%) Casas da vizinhança (V151)
- (23,3%) Outros (V152)
- (66,7%) Nenhum (V159)

12. (V11) Você acha que a quantidade de locais para lazer no seu bairro é:

- (0%) bastante suficiente
- (0%) suficiente
- (0%) nem suficiente/nem insuficiente
- (20%) insuficiente
- (80%) muito insuficiente

13. (V12) O que você acha da qualidade dos locais para lazer no seu bairro?

- (0%) muito boa
- (0%) boa
- (0%) nem boa/nem ruim
- (0%) ruim
- (100%) muito ruim

29. Quais áreas próximas à sua casa você costuma utilizar para lazer?

- (10%) rua (V153)
- (26,7%) calçada (V154)
- (0%) bar (V155)
- (10%) casa de vizinhos (V156)
- (16,7%) outros (V157)
- (53,3%) não utiliza (V158)

30. (V14) De maneira geral, o que você acha da aparência do conjunto onde mora?

- (3,3%) muito bonito
- (30%) bonito
- (43,3%) nem bonito/nem feio
- (13,3%) feio
- (10%) muito feio

31. (V15) O que você acha da aparência das ruas, calçadas e pracinhas do conjunto onde mora?

- (0%) muito bonita
- (20%) bonita
- (30%) nem bonita/nem feia

(33,3%) feia

(16,7%) muito feia

32. (V16) Você utiliza alguma praça para realizar suas atividades de recreação e lazer?

(50%) sim

(50%) não

(V17) Onde?

(0%) no conjunto

(50%) no centro

(50%) não utiliza

(0%) no conjunto e no centro

33. (V18) Na praça que costuma utilizar, você acha que os equipamentos existentes tais como: bancos, brinquedos, são:

(50%) não utiliza

(6,7%) muito bons

(26,7%) bons

(10%) nem bons/nem ruins

(6,7%) ruins

(0%) muito ruins

34. (V19) O Posto de Saúde que você e sua família utilizam localiza-se:

(80%) no seu conjunto

(10%) em outro bairro

(10%) no centro

35. (V20) Onde você faz suas compras diárias?

(50%) no conjunto

(10%) em outro bairro

(36,7%) no centro

(3,3%) no conjunto e no centro

36. Você ou alguém da sua família utilizam a escola:

(53,3%) no seu conjunto (V21)

(16,7%) em outro bairro (V22)

(6,7%) no centro (V23)

37. (V24) Como as crianças vão à escola?

(46,7%) a pé

- (13,3%) de ônibus
- (3,3%) de bicicleta
- (0%) de carro
- (30%) não tem crianças que vão a escola
- (6,7%) a pé e de ônibus

38. Onde as crianças costumam brincar:

- (23,3%) dentro de casa (V25)
- (30%) na calçada/proximidades do bloco (V26)
- (46,7%) no pátio (V27)
- (0%) na pracinha (V28)
- (0%) na creche (V29)
- (33,3%) não tem crianças (V30)

39. O que você acha que está faltando no conjunto onde mora?

- (50%) Praça (V31)
- (10%) Quadras esportivas (V32)
- (0%) Centro comunitário (V33)
- (73,3%) Creche (V34)
- (10%) Outros (V35)
- (3,3%) Farmácia (V36)
- (13,3%) Posto policial (V37)

40. (V38) É importante ter bons vizinhos?

- (43,3%) muito importante
- (56,7%) importante
- (0%) indiferente
- (0%) pouco importante
- (0%) muito pouco importante

41. (V39) Você tem amigos no conjunto onde mora?

- (63,3%) muitos
- (36,7%) poucos
- (0%) não tem amigos

42. (V40) O conjunto/bairro possui associação de moradores?

- (50%) sim
- (50%) não

43. (V41) Você participa da associação de moradores?

- (0%) sim

(56,7%) não

(43,3%) não existe

44. (V42) Você participa de alguma atividade desenvolvida por grupos de moradores aqui no conjunto?

(20%) Sim

Quais atividades?

(0%) Grupo de idosos/hipertensos/diabéticos

(13,3%) Cursos e palestras

(0%) Clubes e Associações

(6,7%) Atividades comunitárias

(80%) Não

(V43) Onde? (local das atividades)

(3,3%) Escola

(3,3%) Posto de Saúde

(10%) Centro comunitário

(3,3%) Igreja

(0%) Campo de futebol

45. (V44) Dentro de sua residência tem algum tipo de atividade que gera renda para a família?

(83,3%) Não

(0%) Sim

Qual atividade?

(6,7%) Vende produtos industrializados

(10%) Produz alimentos

(3,3%) Trabalhos manuais

(6,7%) Prestação de serviços

(0%) Pequeno comércio

Informações sobre o respondente:

30. (V45) Qual a renda familiar?

(60%) até 1 salário mínimo

(40%) entre 1 e 3 salários

(0%) entre 3 e 5 salários

(0%) entre 5 e 10 salários

(0%) mais de 10 salários

(V46 a V54) Sexo

(86,7%) feminino

(13,3%) masculino

(V55 a V63) Faixa etária

(10%) entre 12 e 18 anos

(56,7%) entre 19 e 40 anos

(23,3%) entre 41 e 60 anos

(10%) acima de 60 anos

(V64 a V72) Estado civil

(70%) casado

(20%) solteiro

(10%) desquitado

(0%) viúvo

(V73 a V81) Nível escolar

(16,7%) nunca foi à escola

(56,7%) até 1º grau

(26,7%) até 2º grau

(0%) até 3º grau

30. (V82) Há quanto tempo mora no conjunto?

(6,7%) menos de 1 ano

(33,3%) de 1 a 5 anos

(60%) mais de 5 anos

33. (V83) Onde você morava antes?

(0%) no mesmo bairro

(80%) na mesma cidade

(13,3%) em outra cidade

(6,7%) na zona rural

34. (V84) O imóvel onde mora é:

(73,3%) próprio

(10%) alugado

(16,7%) emprestado

B) LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO:**6. Quais lugares você utiliza no bairro?**

- (0%) Campo de futebol
- (30%) Casa de vizinhos ou parentes
- (3,3%) Centro comunitário
- (33,3%) Colégio
- (0%) CTG
- (0%) Igreja
- (0%) Mercado
- (30%) Mercearia (minimercado)
- (13,3%) Nenhum
- (16,7%) Padaria
- (20%) Posto de saúde
- (0%) Praça
- (0%) Todo o bairro

8. O que mais gosta no bairro?

- (3,3%) Bom saneamento
- (0%) Campo de futebol
- (3,3%) Centro comunitário
- (16,7%) Da própria casa
- (36,7%) Nada
- (0%) Orelhões (telefones públicos)
- (0%) Participação no Clube de Mães
- (3,3%) Pavimentação das ruas
- (3,3%) Posto de saúde
- (0%) Privacidade
- (0%) Segurança
- (6,7%) Tranqüilidade
- (3,3%) Transporte adequado
- (10%) Tudo
- (16,7%) Vizinhança

9. O que menos gosta no bairro?

- (3,3%) Barulho (bêbados, bagunça dos jovens, música alta)
- (6,7%) Cachorros soltos nas ruas
- (0%) Campo de futebol

- (0%) Desorganização dos moradores
- (6,7%) Distância do centro
- (3,3%) Falta de lazer
- (0%) Falta de manutenção no conjunto
- (0%) Falta de participação da comunidade
- (0%) Falta de pavimentação (poeira nas ruas, ruas c/ buracos, estrada)
- (0%) Falta de privacidade
- (16,7%) Falta de saneamento/água/luz/esgoto
- (43,3%) Falta de segurança (violência, marginais, tiroteio)
- (0%) Inadequação do posto de saúde
- (0%) Lixo nas ruas (sujeira)
- (0%) Local “muito fechado”
- (20%) Nada (gosta de tudo)
- (3,3%) Ônibus aos domingos (horários)
- (0%) Tudo (não gosta de nada)
- (0%) Vizinhos/comunidade/fofoca

18. Onde você faz suas compras diárias? Por quê?

- (0%) É hábito
- (53,3%) É mais prático (perto, não precisa ônibus)
- (0%) Falta de mercadorias (aqui não tem supermercado)
- (3,3%) Porque tem bom atendimento (tele-entrega)
- (43,3%) Preço conveniente (é melhor, promoção)
- (0%) Tem mercado próprio (em casa)
- (10%) Vantagens no pagamento (cartão, convênio, fiado, conta)
- (3,3%) Variedade de mercadorias (no centro)

ANEXO 3 – PROMORAR PRADO VELHO

A) FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO

(V02) Conjunto habitacional – PRADO VELHO

10. (V06) A localização deste conjunto em relação ao centro da cidade é:

(16,7%) muito longe

(43,3%) longe

(30%) nem longe/nem perto

(10%) perto

(0%) muito perto

11. (V07) Qual o meio de transporte que utiliza para ir ao centro:

(3,3%) a pé

(63,3%) de ônibus

(3,3%) de bicicleta

(0%) de carro

(16,7%) a pé e de ônibus

(13,3%) ônibus e carro

12. (V08) Você acha o bairro onde você mora:

(3,3%) muito agradável

(73,3%) agradável

(23,3%) indiferente

(0%) desagradável

(0%) muito desagradável

13. (V09) Como você se sente vivendo nesse conjunto?

(3,3%) muito satisfeito

(70%) satisfeito

(13,3%) nem satisfeito/nem insatisfeito

(0%) insatisfeito

(0%) muito insatisfeito

9. Quais lugares no bairro você costuma utilizar para lazer?

(0%) Rua (V144)

(0%) Praça (V147)

(6,7%) Igreja (V149)

- (6,7%) Campo de futebol (V150)
- (6,7%) Casas da vizinhança (V151)
- (16,7%) Outros (V152)
- (66,7%) Nenhum (V159)

14. (V11) Você acha que a quantidade de locais para lazer no seu bairro é:

- (0%) bastante suficiente
- (10%) suficiente
- (0%) nem suficiente/nem insuficiente
- (50%) insuficiente
- (40%) muito insuficiente

15. (V12) O que você acha da qualidade dos locais para lazer no seu bairro?

- (0%) muito boa
- (10%) boa
- (0%) nem boa/nem ruim
- (46,7%) ruim
- (43,3%) muito ruim

46. Quais áreas próximas à sua casa você costuma utilizar para lazer?

- (0%) rua (V153)
- (3,3%) calçada (V154)
- (0%) bar (V155)
- (6,7%) casa de vizinhos (V156)
- (10%) outros (V157)
- (83,3%) não utiliza (V158)

47. (V14) De maneira geral, o que você acha da aparência do conjunto onde mora?

- (6,7%) muito bonito
- (13,3%) bonito
- (53,3%) nem bonito/nem feio
- (16,7%) feio
- (10%) muito feio

48. (V15) O que você acha da aparência das ruas, calçadas e pracinhas do conjunto onde mora?

- (3,3%) muito bonita
- (6,7%) bonita
- (13,3%) nem bonita/nem feia

(50%) feia

(26,7%) muito feia

49. (V16) Você utiliza alguma praça para realizar suas atividades de recreação e lazer?

(30%) sim

(70%) não

(V17) Onde?

(0%) no conjunto

(30%) no centro

(70%) não utiliza

(0%) no conjunto e no centro

50. (V18) Na praça que costuma utilizar, você acha que os equipamentos existentes tais como: bancos, brinquedos, são:

(70%) não utiliza

(3,3%) muito bons

(16,7%) bons

(10%) nem bons/nem ruins

(0%) ruins

(0%) muito ruins

51. (V19) O Posto de Saúde que você e sua família utilizam localiza-se:

(90%) no seu conjunto

(3,3%) em outro bairro

(6,7%) no centro

52. (V20) Onde você faz suas compras diárias?

(60%) no conjunto

(13,3%) em outro bairro

(20%) no centro

(6,7%) no conjunto e no centro

53. Você ou alguém da sua família utilizam a escola:

(36,7%) no seu conjunto (V21)

(20%) em outro bairro (V22)

(20%) no centro (V23)

54. (V24) Como as crianças vão à escola?

(40%) a pé

- (16,7%) de ônibus
- (0%) de bicicleta
- (3,3%) de carro
- (33,3%) não tem crianças que vão a escola
- (6,7%) a pé e de ônibus

55. Onde as crianças costumam brincar:

- (13,3%) dentro de casa (V25)
- (16,7%) na calçada/proximidades do bloco (V26)
- (43,3%) no pátio (V27)
- (0%) na pracinha (V28)
- (0%) na creche (V29)
- (50%) não tem crianças (V30)

56. O que você acha que está faltando no conjunto onde mora?

- (56,7%) Praça (V31)
- (13,3%) Quadras esportivas (V32)
- (0%0%) Centro comunitário (V33)
- (0%) Creche (V34)
- (26,7%) Outros (V35)
- (10%) Farmácia (V36)
- (26,7%) Posto policial (V37)

57. (V38) É importante ter bons vizinhos?

- (13,3%) muito importante
- (86,7%) importante
- (0%) indiferente
- (0%) pouco importante
- (0%) muito pouco importante

58. (V39) Você tem amigos no conjunto onde mora?

- (83,3%) muitos
- (16,7%) poucos
- (0%) não tem amigos

59. (V40) O conjunto/bairro possui associação de moradores?

- (100%) sim
- (0%) não

60. (V41) Você participa da associação de moradores?

- (13,3%) sim

(86,7%) não

(0%) não existe

12. (V42) Você participa de alguma atividade desenvolvida por grupos de moradores aqui no conjunto?

(20%) Sim

Quais atividades?

(6,7%) Grupo de idosos/hipertensos/diabéticos

(0%) Cursos e palestras

(10%) Clubes e Associações

(3,3%) Atividades comunitárias

(80%) Não

(V43) Onde? (local das atividades)

(0%) Escola

(0%) Posto de Saúde

(16,7%) Centro comunitário

(0%) Igreja

(3,3%) Campo de futebol

13. (V44) Dentro de sua residência tem algum tipo de atividade que gera renda para a família?

(73,3%) Não

(26,7%) Sim

Qual atividade?

(6,7%) Vende produtos industrializados

(6,7%) Produz alimentos

(0%) Trabalhos manuais

(6,7%) Prestação de serviços

(6,7%) Pequeno comércio

Informações sobre o respondente:

31. (V45) Qual a renda familiar?

(36,7%) até 1 salário mínimo

(40%) entre 1 e 3 salários

(13,3%) entre 3 e 5 salários

(10%) entre 5 e 10 salários

(0%) mais de 10 salários

(V46 a V54) Sexo

(76,7%) feminino

(23,3%) masculino

(V55 a V63) Faixa etária

(3,3%) entre 12 e 18 anos

(23,3%) entre 19 e 40 anos

(56,7%) entre 41 e 60 anos

(16,7%) acima de 60 anos

(V64 a V72) Estado civil

(60%) casado

(10%) solteiro

(20%) desquitado

(10%) viúvo

(V73 a V81) Nível escolar

(6,7%) nunca foi à escola

(83,3%) até 1º grau

(6,7%) até 2º grau

(3,3%) até 3º grau

30. (V82) Há quanto tempo mora no conjunto?

(3,3%) menos de 1 ano

(10%) de 1 a 5 anos

(86,7%) mais de 5 anos

35. (V83) Onde você morava antes?

(3,3%) no mesmo bairro

(80%) na mesma cidade

(10%) em outra cidade

(6,7%) na zona rural

36. (V84) O imóvel onde mora é:

(86,7%) próprio

(3,3%) alugado

(10%) emprestado

B) LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO:

6. Quais lugares você utiliza no bairro?

- (3,3%) Campo de futebol
- (33,3%) Casa de vizinhos ou parentes
- (3,3%) Centro comunitário
- (10%) Colégio
- (0%) CTG
- (6,7%) Igreja
- (23,3%) Mercado
- (30%) Mercaria (minimercado)
- (10%) Nenhum
- (0%) Padaria
- (10%) Posto de saúde
- (0%) Praça
- (3,3%) Todo o bairro

8. O que mais gosta no bairro?

- (0%) Bom saneamento
- (3,3%) Campo de futebol
- (0%) Centro comunitário
- (13,3%) Da própria casa
- (26,7%) Nada
- (0%) Orelhões (telefones públicos)
- (3,3%) Participação no Clube de Mães
- (0%) Pavimentação das ruas
- (6,7%) Posto de saúde
- (0%) Privacidade
- (0%) Segurança
- (0%) Tranquilidade
- (3,3%) Transporte adequado
- (3,3%) Tudo
- (46,7%) Vizinhança

9. O que menos gosta no bairro?

- (6,7%) Barulho (bêbados, bagunça dos jovens, música alta)
- (0%) Cachorros soltos nas ruas

- (0%) Campo de futebol
- (0%) Desorganização dos moradores
- (6,7%) Distância do centro
- (3,3%) Falta de lazer
- (0%) Falta de manutenção no conjunto
- (6,7%) Falta de participação da comunidade
- (13,3%) Falta de pavimentação (poeira nas ruas, ruas c/ buracos, estrada)
- (0%) Falta de privacidade
- (16,7%) Falta de saneamento/água/luz/esgoto
- (16,7%) Falta de segurança (violência, marginais, tiroteio)
- (3,3%) Inadequação do posto de saúde
- (0%) Lixo nas ruas (sujeira)
- (3,3%) Local “muito fechado”
- (13,3%) Nada (gosta de tudo)
- (6,7%) Ônibus aos domingos (horários)
- (10%) Tudo (não gosta de nada)
- (0%) Vizinhos/comunidade/fofoca

18. Onde você faz suas compras diárias? Por quê?

- (0%) É hábito
- (46,7%) É mais prático (perto, não precisa ônibus)
- (3,3%) Falta de mercadorias (aqui não tem supermercado)
- (0%) Porque tem bom atendimento (tele-entrega)
- (36,7%) Preço conveniente (é melhor, promoção)
- (3,3%) Tem mercado próprio (em casa)
- (10%) Vantagens no pagamento (cartão, convênio, fiado, conta)
- (3,3%) Variedade de mercadorias (no centro)

ANEXO 4 – PROMORAR STAND

A) FREQUÊNCIA DAS PERGUNTAS FECHADAS DO QUESTIONÁRIO

(V02) Conjunto habitacional – STAND

14. (V06) A localização deste conjunto em relação ao centro da cidade é:

- (0%) muito longe
- (13,3%) longe
- (33,3%) nem longe/nem perto
- (53,3%) perto
- (0%) muito perto

15. (V07) Qual o meio de transporte que utiliza para ir ao centro:

- (16,7%) a pé
- (30%) de ônibus
- (0%) de bicicleta
- (20%) de carro
- (20%) a pé e de ônibus
- (13,3%) ônibus e carro

16. (V08) Você acha o bairro onde você mora:

- (23,3%) muito agradável
- (66,7%) agradável
- (10%) indiferente
- (0%) desagradável
- (0%) muito desagradável

17. (V09) Como você se sente vivendo nesse conjunto?

- (10%) muito satisfeito
- (70%) satisfeito
- (13,3%) nem satisfeito/nem insatisfeito
- (6,7%) insatisfeito
- (0%) muito insatisfeito

10. Quais lugares no bairro você costuma utilizar para lazer?

- (0%) Rua (V144)
- (0%) Praça (V147)
- (3,3%) Igreja (V149)

- (0%) Campo de futebol (V150)
- (13,3%) Casas da vizinhança (V151)
- (6,7%) Outros (V152)
- (76,7%) Nenhum (V159)

16. (V11) Você acha que a quantidade de locais para lazer no seu bairro é:

- (0%) bastante suficiente
- (0%) suficiente
- (0%) nem suficiente/nem insuficiente
- (16,7%) insuficiente
- (83,3%) muito insuficiente

17. (V12) O que você acha da qualidade dos locais para lazer no seu bairro?

- (0%) muito boa
- (0%) boa
- (3,3%) nem boa/nem ruim
- (13,3%) ruim
- (83,3%) muito ruim

14. Quais áreas próximas à sua casa você costuma utilizar para lazer?

- (3,3%) rua (V153)
- (0%) calçada (V154)
- (0%) bar (V155)
- (13,3%) casa de vizinhos (V156)
- (6,7%) outros (V157)
- (76,7%) não utiliza (V158)

15. (V14) De maneira geral, o que você acha da aparência do conjunto onde mora?

- (3,3%) muito bonito
- (33,3%) bonito
- (56,7%) nem bonito/nem feio
- (6,7%) feio
- (0%) muito feio

16. (V15) O que você acha da aparência das ruas, calçadas e pracinhas do conjunto onde mora?

- (3,3%) muito bonita
- (3,3%) bonita
- (33,3%) nem bonita/nem feia

(26,7%) feia

(33,3%) muito feia

17. (V16) Você utiliza alguma praça para realizar suas atividades de recreação e lazer?

(36,7%) sim

(63,3%) não

(V17) Onde?

(0%) no conjunto

(36,7%) no centro

(63,3%) não utiliza

(0%) no conjunto e no centro

18. (V18) Na praça que costuma utilizar, você acha que os equipamentos existentes tais como: bancos, brinquedos, são:

(63,3%) não utiliza

(0%) muito bons

(20%) bons

(13,3%) nem bons/nem ruins

(3,3%) ruins

(0%) muito ruins

19. (V19) O Posto de Saúde que você e sua família utilizam localiza-se:

(80%) no seu conjunto

(6,7%) em outro bairro

(13,3%) no centro

20. (V20) Onde você faz suas compras diárias?

(56,7%) no conjunto

(10%) em outro bairro

(20%) no centro

(13,3%) no conjunto e no centro

21. Você ou alguém da sua família utilizam a escola:

(33,3%) no seu conjunto (V21)

(16,7%) em outro bairro (V22)

(26,7%) no centro (V23)

22. (V24) Como as crianças vão à escola?

(40%) a pé

- (6,7%) de ônibus
- (0%) de bicicleta
- (3,3%) de carro
- (36,7%) não tem crianças que vão a escola
- (13,3%) a pé e de ônibus

23. Onde as crianças costumam brincar:

- (10%) dentro de casa (V25)
- (33,3%) na calçada/proximidades do bloco (V26)
- (30%) no pátio (V27)
- (0%) na pracinha (V28)
- (0%) na creche (V29)
- (50%) não tem crianças (V30)

24. O que você acha que está faltando no conjunto onde mora?

- (83,3%) Praça (V31)
- (10%) Quadras esportivas (V32)
- (0%) Centro comunitário (V33)
- (0%) Creche (V34)
- (13,3%) Outros (V35)
- (10%) Farmácia (V36)
- (6,7%) Posto policial (V37)

25. (V38) É importante ter bons vizinhos?

- (40%) muito importante
- (60%) importante
- (0%) indiferente
- (0%) pouco importante
- (0%) muito pouco importante

26. (V39) Você tem amigos no conjunto onde mora?

- (56,7%) muitos
- (43,3%) poucos
- (0%) não tem amigos

27. (V40) O conjunto/bairro possui associação de moradores?

- (100%) sim
- (0%) não

28. (V41) Você participa da associação de moradores?

- (6,7%) sim

(93,3%) não

(0%) não existe

29. (V42) Você participa de alguma atividade desenvolvida por grupos de moradores aqui no conjunto?

(13,3%) Sim

Quais atividades?

(0%) Grupo de idosos/hipertensos/diabéticos

(6,7%) Cursos e palestras

(3,3%) Clubes e Associações

(3,3%) Atividades comunitárias

(86,7%) Não

(V43) Onde? (local das atividades)

(0%) Escola

(0%) Posto de Saúde

(6,7%) Centro comunitário

(6,7%) Igreja

(0%) Campo de futebol

30. (V44) Dentro de sua residência tem algum tipo de atividade que gera renda para a família?

(53,3%) Não

(46,7%) Sim

Qual atividade?

(3,3%) Vende produtos industrializados

(0%) Produz alimentos

(6,7%) Trabalhos manuais

(10%) Prestação de serviços

(26,7%) Pequeno comércio

Informações sobre o respondente:

32. (V45) Qual a renda familiar?

(13,3%) até 1 salário mínimo

(50%) entre 1 e 3 salários

(26,7%) entre 3 e 5 salários

(10%) entre 5 e 10 salários

(0%) mais de 10 salários

(V46 a V54) Sexo

(86,7%) feminino

(13,3%) masculino

(V55 a V63) Faixa etária

(3,3%) entre 12 e 18 anos

(26,7%) entre 19 e 40 anos

(53,3%) entre 41 e 60 anos

(16,7%) acima de 60 anos

(V64 a V72) Estado civil

(60%) casado

(20%) solteiro

(6,7%) desquitado

(13,3%) viúvo

(V73 a V81) Nível escolar

(0%) nunca foi à escola

(86,7%) até 1º grau

(13,3%) até 2º grau

(0%) até 3º grau

30. (V82) Há quanto tempo mora no conjunto?

(3,3%) menos de 1 ano

(26,7%) de 1 a 5 anos

(70%) mais de 5 anos

37. (V83) Onde você morava antes?

(0%) no mesmo bairro

(76,7%) na mesma cidade

(23,3%) em outra cidade

(0%) na zona rural

38. (V84) O imóvel onde mora é:

(76,7%) próprio

(16,7%) alugado

(6,7%) emprestado

B) LISTA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO:

6. Quais lugares você utiliza no bairro?

- (0%) Campo de futebol
- (30%) Casa de vizinhos ou parentes
- (0%) Centro comunitário
- (16,7%) Colégio
- (3,3%) CTG
- (6,7%) Igreja
- (60%) Mercado
- (0%) Mercaria (minimercado)
- (10%) Nenhum
- (0%) Padaria
- (16,7%) Posto de saúde
- (0%) Praça
- (0%) Todo o bairro

8. O que mais gosta no bairro?

- (0%) Bom saneamento
- (0%) Campo de futebol
- (0%) Centro comunitário
- (13,3%) Da própria casa
- (13,3%) Nada
- (0%) Orelhões (telefones públicos)
- (0%) Participação no Clube de Mães
- (0%) Pavimentação das ruas
- (0%) Posto de saúde
- (0%) Privacidade
- (0%) Segurança
- (13,3%) Tranqüilidade
- (0%) Transporte adequado
- (36,7%) Tudo
- (33,3%) Vizinhança

9. O que menos gosta no bairro?

- (3,3%) Barulho (bêbados, bagunça dos jovens, música alta)
- (0%) Cachorros soltos nas ruas

- (3,3%) Campo de futebol
- (0%) Desorganização dos moradores
- (0%) Distância do centro
- (0%) Falta de lazer
- (0%) Falta de manutenção no conjunto
- (0%) Falta de participação da comunidade
- (40%) Falta de pavimentação (poeira nas ruas, ruas c/ buracos, estrada)
- (0%) Falta de privacidade
- (13,3%) Falta de saneamento/água/luz/esgoto
- (0%) Falta de segurança (violência, marginais, tiroteio)
- (6,7%) Inadequação do posto de saúde
- (0%) Lixo nas ruas (sujeira)
- (0%) Local “muito fechado”
- (40%) Nada (gosta de tudo)
- (0%) Ônibus aos domingos (horários)
- (6,7%) Tudo (não gosta de nada)
- (3,3%) Vizinhos/comunidade/fofoca

18. Onde você faz suas compras diárias? Por quê?

- (0%) É hábito
- (40%) É mais prático (perto, não precisa ônibus)
- (0%) Falta de mercadorias (aqui não tem supermercado)
- (3,3%) Porque tem bom atendimento (tele-entrega)
- (50%) Preço conveniente (é melhor, promoção)
- (10%) Tem mercado próprio (em casa)
- (0%) Vantagens no pagamento (cartão, convênio, fiado, conta)
- (6,7%) Variedade de mercadorias (no centro)